



Athena Saúde Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 31.701.408/0001-14

Relatório da Administração

A administração da Athena Saúde Brasil S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023. Os comentários de performance apresentados mantêm a comparabilidade de dados históricos e não se baseiam no CPC 50/IFRS 17. A adoção do CPC 50/IFRS 17 para contratos de seguros, que impactam as operações do Grupo Athena, introduziu alterações nas práticas contábeis e na forma de apresentação dos demonstrativos contábeis da Companhia. A reconciliação de alguns dos principais indicadores financeiros relevantes para a administração apurados conforme os requerimentos de ambas as normas estão apresentados na página 5 deste relatório.

Mensagem da administração

Os resultados do ano de 2023 refletiram as ações de controle de sinistralidade que viemos executando desde 2022 como limpeza de base, a verticalização de serviços de alto custo, alta frequência e o aprimoramento da rede própria com investimentos em infraestrutura que, não apenas melhoraram a percepção de qualidade por parte dos clientes, como também trouxeram maior eficiência operacional e consequente redução de custos. Além disso, os reajustes de preço aplicados aos planos de saúde individuais e coletivos impactaram positivamente o resultado do ano. Nosso indicador de satisfação, Net Promoter Score ("NPS"), teve nota média de 71,4 pontos em 2023, demonstrando nossa qualidade de atendimento. Nossa disciplina financeira garantiu a captura de sinergias com a integração de empresas adquiridas durante os últimos anos, resultando na diluição das despesas gerais e administrativas (G&A) de 25,0% da receita líquida em 2022 para 21,8% em 2023. Nossa base de beneficiários de planos de saúde e odontologia cresceu em 127 mil vidas de 2022 para 2023. Continuamos avaliando oportunidades de investimentos em mercados complementares às regiões em que já atuamos, com o objetivo de fortalecer ainda mais nossa posição, além de explorar novas praças que contribuam para o aumento de escala da operação. Nossa receita líquida atingiu o patamar de R\$3,1 bilhões em 2023 com aumento de 9,4% em relação a 2022, impulsionada pelo crescimento orgânico da base de beneficiários de planos de saúde e odontológicos, além do crescimento do ticket médio dos nossos planos de saúde. O EBITDA ajustado totalizou R\$301,3 milhões no ano, representando crescimento de 60,2% comparado a 2022. Continuamos confiantes no nosso sólido modelo de negócios, alavancas de geração de valor e otimistas no que diz respeito à melhoria operacional do setor de saúde no próximo ano. Esta confiança advém de um trabalho intenso da companhia para integração das operações adquiridas ao longo dos anos, da verticalização de serviços, da revisão do nosso portfólio de produtos para garantia de contratos mais lucrativos, e do forte controle das nossas despesas administrativas.

A Athena

Somos a terceira maior operadora verticalizada de saúde suplementar do país em números de beneficiários, conforme dados da ANS, oferecendo planos de assistência à saúde e à odontologia de forma integrada, contando com uma rede própria de atendimento ampla composta por hospitais, centros médicos e pronto atendimentos. Acreditamos que nosso posicionamento é diferenciado em decorrência de nossa atuação integrada, associada a entrega de qualidade, com marcas reconhecidas como referência na prestação de serviços em toda cadeia operacional do negócio, sempre buscando obter maior eficiência e satisfação dos clientes. Nosso modelo de negócios somado à oportunidade de crescimento no mercado em que atuamos nos transforma, consequentemente, em uma Companhia com alto potencial de expansão. Nossas operadoras de planos de saúde atuam de forma segmentada oferecendo planos empresarial, adesão e individual, com atendimento balanceado entre rede credenciada e rede própria, direcionados nos hospitais, centros médicos e pronto atendimentos do grupo, o que fortalece a capacidade de serviço e percepção de qualidade. Buscamos prestar um serviço de saúde humanizado, de qualidade e a um custo acessível, o que nos permite criar uma carteira de clientes pulverizada nas regiões em que atuamos, diversificada em termos de idade dos beneficiários, gênero, tipos de produto contratados e rentável. Nossa estratégia é embasada na busca pela dominância regional, de forma a melhor atender às necessidades de nossos beneficiários, que priorizam o atendimento local, resolutivo e de qualidade. Nossa missão é superar as expectativas dos nossos beneficiários oferecendo a melhor solução de saúde regional. Acreditamos que possuímos atualmente uma das melhores infraestruturas nas regiões onde atuamos. Nossos hospitais são referência em suas localidades e nossa rede de atendimento médico-hospitalar é versátil e resolutiva. Em nossa percepção, a combinação de qualidade na prestação de serviço com a nossa eficiência operacional, por meio de agilidade no atendimento, qualidade técnica e protocolos clínicos eficazes, possibilita a alta performance em todas as nossas frentes de atuação.

Comentários de Desempenho

Todos os números são comparados ao mesmo período do ano anterior, exceto quando especificado, e foram arredondados para o milhar mais próximo, contudo podem apresentar divergências quando comparado às demonstrações financeiras em virtude das casas decimais. O quadro abaixo apresenta nossas informações financeiras e operacionais selecionadas para os anos de 2022 e 2023:

Destaque Financeiro	2022	2023	Var. (%)
(R\$ milhões, exceto percentuais)			
Receita Líquida	2.855,7	3.124,7	9,4%
Sinistralidade ⁽¹⁾	(73,9%)	(72,2%)	1,7 p.p
(Prejuízo)/Lucro Líquido	(173,8)	(71,9)	(58,6%)
Margem EBITDA	(6,1%)	(2,3%)	3,8 p.p
EBITDA ⁽²⁾	59,6	241,7	305,7%
Margem EBITDA ⁽³⁾	2,1%	7,7%	5,6 p.p
EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	188,1	301,3	60,2%
Margem EBITDA Ajustado ⁽⁵⁾	6,6%	9,6%	3,1 p.p
Dívida Bruta ⁽⁶⁾	1.337,2	1.257,2	(6,0%)
Caixa Total ⁽⁷⁾	767,3	841,7	9,7%
Dívida Líquida ⁽⁸⁾	569,9	415,6	(27,1%)
Ticket Médio Saúde (em R\$)	229,9	252,8	10,0%

Destaque Operacional

	2022	2023	Var. (%)
Beneficiários de Saúde e Odonto (milhares)	1.101,9	1.228,9	11,5%
Beneficiários de Saúde	813,6	824,6	1,4%
Beneficiários de Odonto	288,3	404,4	40,2%

Hospitais

	12,0	12,0	-
--	------	------	---

Leitos

	1.320,0	1.216,7	(7,8%)
--	---------	---------	--------

Centros Médicos/Clinicas

	43,0	40,0	(7,0%)
--	------	------	--------

Pronto Atendimento

	25,0	24,0	(64,3%)
--	------	------	---------

⁽¹⁾ Sinistralidade é um índice calculado pela Companhia e refere-se ao custo dos serviços prestados dividido pela receita líquida.

⁽²⁾ EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia. O EBITDA consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, pela despesa de depreciação e amortização.

⁽³⁾ Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida da Companhia.

⁽⁴⁾ EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA, pela receita financeira oriunda do caixa restrito (receita de juros de aplicações financeiras vinculadas às coberturas das reservas técnicas exigidas pela ANS), pelas despesas relacionadas ao processo de execução das transações de fusão e aquisição realizadas pela Companhia, pelas despesas referentes à outorga de opção de ações aos beneficiários dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia (stock option) e ajustes caracterizados por eventos não recorrentes.

⁽⁵⁾ Margem EBITDA Ajustado consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida da Companhia.

⁽⁶⁾ Dívida Bruta resulta do somatório dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), contas a pagar – aquisição de empresas (Sellers Finance).

⁽⁷⁾ Caixa Total resulta do somatório de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas (circulante e não circulante).

⁽⁸⁾ Dívida Líquida consiste na Dívida Bruta deduzida do Caixa Total da Companhia.

Receita Líquida: A Receita Líquida consolidada cresceu 9,4% de 2022 para 2023, passando de R\$2,9 bilhões para R\$3,1 bilhões. O aumento foi impulsionado pelo crescimento orgânico da base de beneficiários de planos de saúde e odontológicos e do crescimento do ticket médio dos nossos planos de saúde. **Sinistralidade:** A Sinistralidade é o indicador que acreditamos ser o mais adequado para avaliação dos custos dos serviços prestados. Nossa Sinistralidade em 2023 foi de 72,2%, 1,7 pontos percentuais abaixo do resultado do ano anterior. Esta melhora ocorreu principalmente devido ao melhor índice de reajuste obtido na base de beneficiários pessoa jurídica (15,4% em 2023, comparado a 14,0% em 2022) e às ações de verticalização de serviços médicos de alto custo e alta frequência. **EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado:** O EBITDA de 2023 foi de R\$241,7 milhões, o que representa uma Margem EBITDA de 7,7%, e um aumento de R\$182,1 milhões (+305,7%) em relação ao ano anterior. O EBITDA Ajustado foi de R\$301,3 milhões em 2023, com margem de 9,6%. Este resultado representa um aumento de R\$113,2 milhões versus o 2022 e um crescimento de 60,2%. Na tabela abaixo apresentamos a reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado, para os anos de 2022 e 2023:

Reconciliação do EBITDA e EBITDA Ajustado	2022	2023	Var. (%)
(R\$ milhões, exceto percentuais)			
Lucro Líquido	(173,8)	(71,9)	(58,6%)
(+) Resultado financeiro	139,1	165,4	18,9%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(21,0)	20,4	(197,1%)
(+) Depreciação e amortização	115,3	130,4	13,0%

Reconciliação do EBITDA e EBITDA Ajustado	2022	2023	Var. (%)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(2,6)	-
EBITDA	59,6	241,7	305,7%
Margem EBITDA	2,1%	7,7%	5,6 p.p
(+) Receita Financeira – ANS ⁽¹⁾	32,6	38,9	19,4%
(-) Despesas com fusões e aquisições (M&A) ⁽²⁾	2,4	5,4	123,4%
(-) Despesa com pagamento baseado em ações (stock options) ⁽³⁾	45,8	(5,2)	(111,3%)
(-) Despesas não recorrentes ⁽⁴⁾	47,8	20,6	(57,0%)
EBITDA Ajustado	188,1	301,3	60,2%
Margem EBITDA Ajustado	6,6%	9,6%	3,1 p.p

⁽¹⁾ Juros decorrente das aplicações financeiras restritas que são vinculadas às coberturas das reservas técnicas exigidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

⁽²⁾ Despesas relacionadas ao processo de execução das transações de fusão e aquisição realizadas pela Companhia, tais como despesas com due diligence, com advogados para estruturação da combinação de negócios e fees honorários de bancos.

⁽³⁾ Despesas referentes à outorga de opção de ações aos beneficiários dos planos de opções de compra de ações da Companhia.

⁽⁴⁾ Ajustes caracterizados por eventos não recorrentes, ou seja, pontuais que acontecem no resultado da Companhia, tais como despesas referentes ao desenvolvimento da tese de negócios da Companhia, como consultoria com análises de viabilidade, assessoria jurídica, assessoria tributária e consultoria estratégica.

Lucro Líquido: O Prejuízo Líquido em 2023 foi de R\$-71,9 milhões, representando uma melhora de R\$101,9 milhões versus 2022, atrelada ao crescimento do resultado operacional (+113,3 milhões de EBITDA Ajustado comparado ao ano anterior). O Lucro Líquido é afetado principalmente pela despesa financeira relacionada aos juros das debêntures emitidas em agosto de 2021 e março de 2022. **Endividamento:** Nossa dívida bruta total segue em R\$1,3 bilhões em 31 de dezembro de 2023, tendo como principal instrumento as debêntures emitidas para gestão ordinária da companhia e reforço de capital de giro em agosto de 2021, no valor total de R\$1,0 bilhão e em março de 2022, no valor total de R\$300 milhões. Os recursos da segunda emissão foram destinados à recompra parcial da 1ª emissão no valor de R\$275 milhões ainda em março de 2022. Encerramos o ano de 2023 com uma posição de Caixa Total de R\$841,7 milhões, sendo R\$534,6 milhões caixa livre, perfazendo uma Dívida Líquida de R\$415,6 milhões e reduzindo o índice de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) de 3,0x em dezembro de 2022 para 1,4x em dezembro de 2023.

Reconciliação das informações financeiras no padrão CPC 50/IFRS 17 x informações gerenciais (CPC 11/IFRS 4)

	2023	Efeito CPC	2023
	(IFRS 4)	50/IFRS	(IFRS 17)
Demonstração do resultado			
(R\$ milhões, exceto percentuais)			
EBITDA CONTÁBIL	241.652	45.985	287.637
(-) Depreciação e amortização	(130.360)	-	(130.360)
EBIT/Resultado Operacional (líquido de equivalência)	111.292	45.985	157.277
(-) Resultado financeiro	(165.405)	38.534	(126.871)
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(20.445)	(28.736)	(49.181)
(+) Resultado de equivalência Patrimonial	2.607	-	2.607
Resultado líquido	(71.951)	55.783	(16.168)

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia passou a adotar o CPC 50/IFRS 17 que trouxe mudanças nas práticas contábeis da Companhia, o detalhamento das dessas práticas estão apresentados na nota explicativa nº 2.7.

Declaração da Diretoria Estatutária

Os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY"), emitido em 09 de abril de 2024, e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Relacionamento com o Auditor Independente

Informamos que a Companhia adota como procedimento formal ao contratar os auditores independentes, de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No período social findo em 31 de dezembro de 2023, a Ernst & Young Auditores Independentes não prestou serviços cuja remuneração global ultrapassou 5% (cinco por cento) da remuneração pelos serviços de auditoria externa. São Paulo, 09 de abril de 2024.

A Administração.

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2023, 2022 e 1º de janeiro de 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora			Consolidado			Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		2023	2022	01/01/2022	2023	2022	01/01/2022		2023	2022	01/01/2022	2023	2022	01/01/2022
Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	3	362.228	219.344	511.796	534.553	435.030	725.380							
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	-	307.118	332.305	278.404							
Contas a receber	5	-	-	-	282.009	222.006	185.097							
Ativos de contratos de seguro	13	-	-	-	12.605	2.475	2.243							
Estoques	6	-	-	-	63.712	62.922	46.962							
Tributos a recuperar	7	3.442	-	2.240	116.618	86.624	71.565							
Adiantamentos a fornecedores	130	-	-	2	20.200	28.591	-							
Partes relacionadas	19	4.547	4.547	-	-	-	19.344							
Despesas antecipadas	247	230	223	13.934	3.844	3.808								
Outros ativos	6	8	8	1.136	9.285	9.027	5.458							
Total do ativo circulante		370.600	224.129	515.397	1.360.034	1.182.824	1.338.261							
Não circulante														
Ativos de contratos de seguro	-	-	-	-	38.575	7.812	7.603							
Garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório	8	7.661	11.518	16.716	127.810	179.596	216.399							
Despesas antecipadas	-	-	-	-	1.261	-	-							
Partes relacionadas	19	-	-	-	68.755	66.982	59.935							
Ativos fiscais diferidos	27.3	31.616	31.543	15.202	270.583	251.803	174.232							
Tributos a recuperar	7	10.346	10.166	-	10.418	10.238	72							
Depósitos judiciais	20	82	-	-	76.559	81.429	68.073							
Outros ativos	-	-	-	-	15.249	11.330	14.380							
Investimentos	9	2.523.835	2.466.489	2.290.146	3.019	-	-							
Imobilizado	10	1.737	1.747	-	677.647	677.127	686.885							
Intangível	12	155.786	22.923	-	1.589.070	1.613.390	1.610.067							
Total do ativo não circulante		2.731.063	2.544.386	2.322.064	2.878.946	2.899.707	2.837.646							
Total do ativo		3.101.663	2.768.515	2.837.461	4.238.980	4.082.531	4.175.907							

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Transações de capital	Pagamento baseado em ações	Prejuízos acumulados	Patrimônio atribuível à controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.553.156	-	280.612	34.564	(112.176)	1.756.156	6.794	1.762.950
Ajuste na aplicação inicial da norma IFRS 17 (CPC 50)	-	-	-	-	25.775	25.775	-	25.775
Saldo representado em 1º de janeiro de 2022	1.553.156	-	280.612	34.564	(86.401)	1.781.931	6.794	1.788.725
Integralização de capital (Nota 1.1)	8.641	-	-	-	-	8.641	-	8.641
Efeitos cisão	(2.000)	-	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)
Efeitos de transações entre sócios	-	-	180	-	2	182	(726)	(544)
Remuneração com base em ações	-	-	-	21.762	-	21.762	-	21.762
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(160.043)	(160.043)	1.514	(158.529)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	1.559.797	-	280.792	56.326	(246.442)	1.650.473	7.582	1.658.055
Integralização de capital (

Demonstrações dos Resultados				Athena Saúde Brasil S.A.				Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto																																																																																																																																																																																		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)																																																																																																																																																																																		
Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																															
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022																																																																																																																																																																														
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)																																																																																																																																																																														
Receita																																																																																																																																																																																										
Receita líquida de serviços	22	-	681.703	647.254	(17.019)	(160.043)	(16.168)	(158.529)	-	-	(17.092)	(176.406)																																																																																																																																																																														
Receita de seguros	23	-	2.514.721	2.333.984	(17.019)	(160.043)	(16.168)	(158.529)	-	-	33.013	(171.704)																																																																																																																																																																														
Custos																																																																																																																																																																																										
Custo dos serviços prestados	24	-	(441.451)	(577.213)	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Despesas de seguro	25	-	(2.207.733)	(1.913.767)	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Lucro bruto	-	-	547.240	490.258	-	-	851	1.514	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Recargas (despesas) operacionais																																																																																																																																																																																										
Despesas comerciais	24	(169)	(364)	(13.943)	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Gerais e administrativas	24	(2.910)	(58.517)	(420.492)	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Resultado de equivalência patrimonial	9	137.529	(7.202)	2.607	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(2.857)	(1.798)	44.472	16.450	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Total	-	-	131.593	(67.881)	159.884	25.333	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro																																																																																																																																																																																										
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Receitas financeiras	26	8.196	40.062	143.966	125.514	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Despesas financeiras	26	(156.881)	(148.587)	(270.837)	(322.551)	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Total	-	-	(148.685)	(108.525)	(126.671)	(197.037)	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social																																																																																																																																																																																										
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(17.092)	(176.406)	33.013	(171.704)	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Corrente	27	-	-	(38.007)	(59.391)	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Diferido	27	73	16.363	(11.174)	72.566	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Total	-	-	73	16.363	(49.181)	13.175	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Prejuízo do exercício	-	-	(17.019)	(160.043)	(17.019)	(160.043)	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	-	851	1.514	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Resultado básico por ação	-	-	(0,0412)	(0,3870)	(0,0391)	(0,3834)	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
Resultado diluído por ação	-	-	(0,0412)	(0,3870)	(0,0391)	(0,3834)	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																														
<i>As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>																																																																																																																																																																																										
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2023																																																																																																																																																																																										
<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>																																																																																																																																																																																										
<p>1. Contexto operacional – A Athena Saúde Brasil S.A. (“Companhia” ou “Controladora” ou “Athena Brasil”), quando em conjunto com as suas controladas (“Grupo”), é uma companhia fechada, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8501, 4º andar, sala F, cidade de São Paulo. A Companhia é controlada pelo Brazilian Private Equity V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo V”). A Companhia tem como principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista no Brasil e cujo objeto social das investidas ou controladas estejam relacionadas ao segmento de saúde. O Grupo atua em operadoras de saúde (incluindo planos de saúde e odontológicos), hospitais e clínicas. 1.1. Reestruturação societária: 1.1.1. Mudanças societárias ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023: Incorporação Multivida Participações Ltda. (“Multivida”) pelo Hospital Med Imagem (“Med Imagem”): Em 01 de janeiro de 2023 a Multivida foi incorporada pelo Med Imagem em decorrência do programa de reorganização societária, tendo todos os direitos e obrigações transferidos automaticamente para o Med Imagem. Incorporação Hospital do Coração de Natal (“HCN”) pela Athena Healthcare Holding S.A. (“Athena Healthcare”): Em 01 de fevereiro de 2023 o Hospital Coração de Natal Ltda. foi incorporado pela Athena Healthcare que o sucedeu em todos os direitos e obrigações. O acervo patrimonial do HCN foi absorvido por Athena Healthcare e por consequência ocorreu sua extinção resultando em um aumento de capital na Athena Healthcare no montante de R\$ 4.185. Incorporação Unihosp (“Unihosp”) pela Humana Saúde Assistência Médica Ltda. (“Humana”): Em janeiro de 2023 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a incorporação da Unihosp pela Humana. A Humana sucedeu a Unihosp em todos os direitos e obrigações. Em 01 de fevereiro de 2023 o acervo patrimonial da Unihosp foi absorvido pela Humana e por consequência ocorreu sua extinção, com aumento de capital na Humana no montante de R\$13. Incorporação Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A. (“ASES”) em decorrência da cisão parcial entre SAMP – Espírito Santo Assistência Médica (“SAMP”) e Serviços e Assessoria Médica Especializada Ltda. (“SAMES”): Em 01 de abril de 2023 houve a cisão do acervo líquido da Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A. e incorporação por SAMP. Espírito Santo Assistência Médica e Serviços e Assessoria Médica Especializada Ltda. em decorrência disso o capital social de SAMES aumentou em R\$ 113.452 e de SAMP em R\$ 14.129. Incorporação Clínica Luiza Coelho Ltda. (“CLC”) pelo Hospital Maranhense Ltda. (“CMM”): Em 01 de julho de 2023 a CLC foi incorporada pelo CMM tendo todos os direitos e obrigações transferidos automaticamente, resultando em uma redução de capital social em R\$ 2.738 no CMM. Incorporação Clínica Imagem Plena Ltda. (“Plena”) pelo Hospital Santa Maria Ltda. (“Santa Maria”): Em 01 de julho de 2023 a Plena foi incorporada pelo Santa Maria, controladora direta que a sucedeu em todos os direitos e obrigações. Incorporação Medplan Ltda. (“Medplan”) pela Humana Saúde Assistência Médica Ltda. (“Humana”): Em julho de 2023 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a incorporação da Medplan pela Humana. A Humana sucedeu a Medplan em todos os direitos e obrigações. Em 01 de agosto de 2023 o acervo patrimonial da Medplan foi absorvido pela Humana e por consequência ocorreu sua extinção, com aumento de capital na Humana no montante de R\$ 101.025. Cisão da Serviços e Assessoria Médica Especializada Ltda. (“SAMES”) com a transferência das atividades das operações de Oncologia e Emergência pela São Bernardo Apart Hospital (“SBAH”): Em 01 de agosto de 2023 as clínicas denominadas São Bernardo Emergência e Oncologia e outras operações de SAMES foram cindidas em favor do SBAH. Em decorrência da cisão parcial houve redução do patrimônio de SAMES em R\$ 117.702 e um aumento no capital social de SBAH em R\$ 82.908. Aumento de capital na Athena Saúde Brasil S.A. (“Athena Saúde”) via reserva de capital: Em 15 de dezembro de 2023, através da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a emissão de até 95.371.457 novas ações preferenciais classe “A”, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,8250436 por ação, cujo preço total de emissão das ações será de R\$ R\$ 364.799, com possibilidade de homologação parcial (“Aumento do Capital Social”). O preço de emissão das novas ações será destinado em parte à conta de capital social da Companhia e em parte à conta de reserva de capital da Companhia, na seguinte proporção: Após o Aumento do Capital Social, o capital social da Companhia passará de R\$1.559.796.678,94 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos) para, no mínimo, R\$ 1.559.796.679,94 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos), sujeito ao montante do Aumento do Capital Social a ser efetivamente homologado pelo Conselho de Administração da Companhia. 1.1.2. Mudanças societárias ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022: Incorporação da Clínica Perinatal Vitória Ltda. (“Utin”) pelo Vitória Apart Hospital (“VAH”): Em 06 de dezembro de 2021, através da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a incorporação da Utin pelo VAH em decorrência do programa de reorganização societária do Grupo, sendo todos os direitos e obrigações transferidos automaticamente para o VAH. A incorporação ocorreu em 03 de janeiro de 2022. Incorporação da MR dos Reis Azi Unipessoal Ltda. (“MR dos Reis”) pela Athena Brasil: Em 19 de janeiro de 2022, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi deliberada a incorporação da MR Reis Azi Unipessoal Ltda. (“MR”) pela Companhia nos termos e condições do Protocolo e Justificação, com o aumento de capital na Companhia em R\$ 8.641 e emissão de 373.324 novas ações ordinárias. Com a aprovação da incorporação, o patrimônio líquido da incorporada foi absorvido pela Companhia e, desta forma, a MR foi extinta, sendo a Companhia sucessora de seus bens, direitos e obrigações e passando a deter, direta e indiretamente, 100% da participação no Hospital das Clínicas de Alagoínas. O minoritário dessa transação passou a deter 0,0887% do capital social da Athena Brasil. Cisão parcial da Athena Saúde Brasil S.A.: Em 22 de fevereiro de 2022, por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi deliberada a cisão parcial da Athena Brasil nos termos e condições do Protocolo e Justificação. O capital social da Companhia foi reduzido no montante total de R\$ 2.000, sem cancelamento de ações, representado por 420.758.081 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A parcela cindida foi incorporada pela Athena Bahia, que não sofreu alteração no valor do capital social, tendo em vista que a parcela cindida era composta pelas próprias ações de emissão da empresa. Incorporação da Athena Nordeste pela Athena Healthcare: Em 01 de abril de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Athena Nordeste pela Athena Healthcare, com objetivo de aumentar a eficiência operacional e simplificação societária. Nesse sentido, a Athena Healthcare sucedeu a Athena Nordeste em todos os direitos e obrigações. O acervo patrimonial da Athena Nordeste foi absorvido pela Athena Healthcare e, por consequência, ocorreu a extinção da Athena Nordeste, com aumento do capital social da Athena Healthcare no montante de R\$29.325. Incorporação da Serviços de Hemodinâmica do Vitória Apart Hospital (“Hemodinâmica”) pelo Vitória Apart Hospital (“VAH”): Em 01 de junho de 2022, foi aprovada em Assembleia</p>																																																																																																																																																																																										
<p>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>(17.019)</td> <td>(160.043)</td> <td>(16.168)</td> <td>(158.529)</td> </tr> <tr> <td>Resultado abrangente total do exercício</td> <td>(17.019)</td> <td>(160.043)</td> <td>(16.168)</td> <td>(158.529)</td> </tr> <tr> <td>Atribuível a:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Acionistas controladores</td> <td>(17.019)</td> <td>(160.043)</td> <td>(17.019)</td> <td>(160.043)</td> </tr> <tr> <td>Acionistas não controladores</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>851</td> <td>1.514</td> </tr> </tbody> </table> <p><i>As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i></p>														Controladora		Consolidado		2023	2022	2023	2022	Prejuízo do exercício	(17.019)	(160.043)	(16.168)	(158.529)	Resultado abrangente total do exercício	(17.019)	(160.043)	(16.168)	(158.529)	Atribuível a:					Acionistas controladores	(17.019)	(160.043)	(17.019)	(160.043)	Acionistas não controladores	-	-	851	1.514																																																																																																																																												
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																																							
	2023	2022	2023	2022																																																																																																																																																																																						
Prejuízo do exercício	(17.019)	(160.043)	(16.168)	(158.529)																																																																																																																																																																																						
Resultado abrangente total do exercício	(17.019)	(160.043)	(16.168)	(158.529)																																																																																																																																																																																						
Atribuível a:																																																																																																																																																																																										
Acionistas controladores	(17.019)	(160.043)	(17.019)	(160.043)																																																																																																																																																																																						
Acionistas não controladores	-	-	851	1.514																																																																																																																																																																																						
<p>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas</td> <td>900</td> <td>144</td> <td>3.378.149</td> <td>3.096.895</td> </tr> <tr> <td>Prestação de serviços</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>858.509</td> <td>759.169</td> </tr> <tr> <td>Resultado de contratos de seguro</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>2.514.721</td> <td>2.333.984</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas</td> <td>900</td> <td>144</td> <td>28.046</td> <td>25.632</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perda esperada de crédito</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(23.127)</td> <td>(21.890)</td> </tr> <tr> <td>Insumos adquiridos de terceiros</td> <td>(9.506)</td> <td>(12.614)</td> <td>(2.525.515)</td> <td>(2.331.615)</td> </tr> <tr> <td>Custo dos serviços prestados</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(157.824)</td> <td>(211.628)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de contrato de seguro</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(2.207.733)</td> <td>(1.913.767)</td> </tr> <tr> <td>Materiais, energia, serviços de terceiros e outros</td> <td>(5.937)</td> <td>(10.812)</td> <td>(185.656)</td> <td>(204.111)</td> </tr> <tr> <td>Perda/Recuperação de valores ativos</td> <td>-</td> <td>(1.522)</td> <td>-</td> <td>(31.463)</td> </tr> <tr> <td>Outras</td> <td>(3.570)</td> <td>(280)</td> <td>25.696</td> <td>29.354</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado bruto</td> <td>(8.607)</td> <td>(12.470)</td> <td>852.632</td> <td>765.280</td> </tr> <tr> <td>Depreciação, amortização e exaustão</td> <td>(2.268)</td> <td>(2.291)</td> <td>(109.590)</td> <td>(91.474)</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</td> <td>(10.875)</td> <td>(14.761)</td> <td>743.042</td> <td>673.806</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado recebido em transferência</td> <td>145.725</td> <td>32.860</td> <td>100.872</td> <td>54.024</td> </tr> <tr> <td>Resultado de equivalência patrimonial</td> <td>137.529</td> <td>(7.202)</td> <td>2.607</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>8.196</td> <td>40.062</td> <td>125.896</td> <td>60.980</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(27.631)</td> <td>(6.956)</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado distribuído</td> <td>134.850</td> <td>18.099</td> <td>843.914</td> <td>727.830</td> </tr> </tbody> </table> <p><i>As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i></p>														Controladora		Consolidado		2023	2022	2023	2022	Receitas	900	144	3.378.149	3.096.895	Prestação de serviços	-	-	858.509	759.169	Resultado de contratos de seguro	-	-	2.514.721	2.333.984	Outras receitas	900	144	28.046	25.632	Provisão para perda esperada de crédito	-	-	(23.127)	(21.890)	Insumos adquiridos de terceiros	(9.506)	(12.614)	(2.525.515)	(2.331.615)	Custo dos serviços prestados	-	-	(157.824)	(211.628)	Despesas de contrato de seguro	-	-	(2.207.733)	(1.913.767)	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.937)	(10.812)	(185.656)	(204.111)	Perda/Recuperação de valores ativos	-	(1.522)	-	(31.463)	Outras	(3.570)	(280)	25.696	29.354	Valor adicionado bruto	(8.607)	(12.470)	852.632	765.280	Depreciação, amortização e exaustão	(2.268)	(2.291)	(109.590)	(91.474)	Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(10.875)	(14.761)	743.042	673.806	Valor adicionado recebido em transferência	145.725	32.860	100.872	54.024	Resultado de equivalência patrimonial	137.529	(7.202)	2.607	-	Receitas financeiras	8.196	40.062	125.896	60.980	Outros	-	-	(27.631)	(6.956)	Valor adicionado distribuído	134.850	18.099	843.914	727.830																																																																						
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																																							
	2023	2022	2023	2022																																																																																																																																																																																						
Receitas	900	144	3.378.149	3.096.895																																																																																																																																																																																						
Prestação de serviços	-	-	858.509	759.169																																																																																																																																																																																						
Resultado de contratos de seguro	-	-	2.514.721	2.333.984																																																																																																																																																																																						
Outras receitas	900	144	28.046	25.632																																																																																																																																																																																						
Provisão para perda esperada de crédito	-	-	(23.127)	(21.890)																																																																																																																																																																																						
Insumos adquiridos de terceiros	(9.506)	(12.614)	(2.525.515)	(2.331.615)																																																																																																																																																																																						
Custo dos serviços prestados	-	-	(157.824)	(211.628)																																																																																																																																																																																						
Despesas de contrato de seguro	-	-	(2.207.733)	(1.913.767)																																																																																																																																																																																						
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.937)	(10.812)	(185.656)	(204.111)																																																																																																																																																																																						
Perda/Recuperação de valores ativos	-	(1.522)	-	(31.463)																																																																																																																																																																																						
Outras	(3.570)	(280)	25.696	29.354																																																																																																																																																																																						
Valor adicionado bruto	(8.607)	(12.470)	852.632	765.280																																																																																																																																																																																						
Depreciação, amortização e exaustão	(2.268)	(2.291)	(109.590)	(91.474)																																																																																																																																																																																						
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(10.875)	(14.761)	743.042	673.806																																																																																																																																																																																						
Valor adicionado recebido em transferência	145.725	32.860	100.872	54.024																																																																																																																																																																																						
Resultado de equivalência patrimonial	137.529	(7.202)	2.607	-																																																																																																																																																																																						
Receitas financeiras	8.196	40.062	125.896	60.980																																																																																																																																																																																						
Outros	-	-	(27.631)	(6.956)																																																																																																																																																																																						
Valor adicionado distribuído	134.850	18.099	843.914	727.830																																																																																																																																																																																						
<p>Fluxo de caixa das atividades operacionais</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado lucro antes do imposto de renda e contribuição social</td> <td>(17.092)</td> <td>(176.406)</td> <td>33.013</td> <td>(171.704)</td> </tr> <tr> <td>Ajustes para reconciliar resultado:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Resultado de equivalência patrimonial</td> <td>(137.529)</td> <td>7.202</td> <td>(2.607)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perda esperada de crédito</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>23.127</td> <td>21.890</td> </tr> <tr> <td>Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas</td> <td>3.569</td> <td>667</td> <td>(18.095)</td> <td>(24.817)</td> </tr> <tr> <td>Baixas de imobilizado e intangível</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>13.771</td> <td>5.344</td> </tr> <tr> <td>Baixa de passivo de arrendamento</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(1.260)</td> <td>(2.606)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>2.268</td> <td>2.291</td> <td>130.360</td> <td>115.322</td> </tr> <tr> <td>Juros e variações monetárias líquidas</td> <td>156.502</td> <td>147.971</td> <td>220.956</td> <td>221.296</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perdas com imobilizado e intangível</td> <td>-</td> <td>1.522</td> <td>-</td> <td>35.599</td> </tr> <tr> <td>Pagamento baseado em ações</td> <td>(5.161)</td> <td>45.776</td> <td>(5.161)</td> <td>45.776</td> </tr> <tr> <td>Variação nos ativos e passivos:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas a receber</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(86.917)</td> <td>(58.796)</td> </tr> <tr> <td>Ativos de contratos de seguro</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(3.151)</td> <td>(440)</td> </tr> <tr> <td>Estoques</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(790)</td> <td>(15.960)</td> </tr> <tr> <td>Tributos a recuperar</td> <td>(3.622)</td> <td>(7.926)</td> <td>(30.174)</td> <td>(25.225)</td> </tr> <tr> <td>Adiantamentos a fornecedores</td> <td>(130)</td> <td>2</td> <td>8.391</td> <td>(9.247)</td> </tr> <tr> <td>Despesas antecipadas</td> <td>(16)</td> <td>(7)</td> <td>(11.351)</td> <td>(36)</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos</td> <td>4</td> <td>609</td> <td>(800)</td> <td>1.353</td> </tr> <tr> <td>Depósitos judiciais</td> <td>(82)</td> <td>-</td> <td>4.870</td> <td>(13.356)</td> </tr> <tr> <td>Garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório</td> <td>(6.362)</td> <td>-</td> <td>1.441</td> <td>(8.539)</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>(1.094)</td> <td>(2.417)</td> <td>(15.149)</td> <td>43.156</td> </tr> <tr> <td>Provisões técnicas (ANS)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.009</td> <td>843</td> </tr> <tr> <td>Passivo de seguros</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(92.951)</td> <td>(37.523)</td> </tr> <tr> <td>Obrigações sociais e trabalhistas</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>14.384</td> <td>24.520</td> </tr> <tr> <td>Obrigações tributárias</td> <td>(72)</td> <td>(233)</td> <td>(27.336)</td> <td>52.718</td> </tr> <tr> <td>Provisões para demandas judiciais</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(1.371)</td> <td>(10.146)</td> </tr> <tr> <td>Outros passivos</td> <td>(918)</td> <td>4.597</td> <td>(5.231)</td> <td>6.925</td> </tr> <tr> <td>Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações</td> <td>(9.735)</td> <td>23.648</td> <td>148.978</td> <td>196.347</td> </tr> <tr> <td>Pagamento de parcelamentos de impostos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(6.244)</td> <td>(4.509)</td> </tr> <tr> <td>Juros pagos de parcelamentos de impostos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(4.701)</td> <td>(4.208)</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social pagos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(47.547)</td> <td>(57.006)</td> </tr> <tr> <td>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</td> <td>(9.735)</td> <td>23.648</td> <td>90.486</td> <td>130.624</td> </tr> </tbody> </table> <p><i>As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i></p>														Controladora		Consolidado		2023	2022	2023	2022	Resultado lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(17.092)	(176.406)	33.013	(171.704)	Ajustes para reconciliar resultado:					Resultado de equivalência patrimonial	(137.529)	7.202	(2.607)	-	Provisão para perda esperada de crédito	-	-	23.127	21.890	Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	3.569	667	(18.095)	(24.817)	Baixas de imobilizado e intangível	-	-	13.771	5.344	Baixa de passivo de arrendamento	-	-	(1.260)	(2.606)	Depreciação e amortização	2.268	2.291	130.360	115.322	Juros e variações monetárias líquidas	156.502	147.971	220.956	221.296	Provisão para perdas com imobilizado e intangível	-	1.522	-	35.599	Pagamento baseado em ações	(5.161)	45.776	(5.161)	45.776	Variação nos ativos e passivos:					Contas a receber	-	-	(86.917)	(58.796)	Ativos de contratos de seguro	-	-	(3.151)	(440)	Estoques	-	-	(790)	(15.960)	Tributos a recuperar	(3.622)	(7.926)	(30.174)	(25.225)	Adiantamentos a fornecedores	(130)	2	8.391	(9.247)	Despesas antecipadas	(16)	(7)	(11.351)	(36)	Outros ativos	4	609	(800)	1.353	Depósitos judiciais	(82)	-	4.870	(13.356)	Garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório	(6.362)	-	1.441	(8.539)	Fornecedores	(1.094)	(2.417)	(15.149)	43.156	Provisões técnicas (ANS)	-	-	1.009	843	Passivo de seguros	-	-	(92.951)	(37.523)	Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	14.384	24.520	Obrigações tributárias	(72)	(233)	(27.336)	52.718	Provisões para demandas judiciais	-	-	(1.371)	(10.146)	Outros passivos	(918)	4.597	(5.231)	6.925	Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	(9.735)	23.648	148.978	196.347	Pagamento de parcelamentos de impostos	-	-	(6.244)	(4.509)	Juros pagos de parcelamentos de impostos	-	-	(4.701)	(4.208)	Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(47.547)	(57.006)	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(9.735)	23.648	90.486	130.624
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																																							
	2023	2022	2023	2022																																																																																																																																																																																						
Resultado lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(17.092)	(176.406)	33.013	(171.704)																																																																																																																																																																																						
Ajustes para reconciliar resultado:																																																																																																																																																																																										
Resultado de equivalência patrimonial	(137.529)	7.202	(2.607)	-																																																																																																																																																																																						
Provisão para perda esperada de crédito	-	-	23.127	21.890																																																																																																																																																																																						
Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	3.569	667	(18.095)	(24.817)																																																																																																																																																																																						
Baixas de imobilizado e intangível	-	-	13.771	5.344																																																																																																																																																																																						
Baixa de passivo de arrendamento	-	-	(1.260)	(2.606)																																																																																																																																																																																						
Depreciação e amortização	2.268	2.291	130.360	115.322																																																																																																																																																																																						
Juros e variações monetárias líquidas	156.502	147.971	220.956	221.296																																																																																																																																																																																						
Provisão para perdas com imobilizado e intangível	-	1.522	-	35.599																																																																																																																																																																																						
Pagamento baseado em ações	(5.161)	45.776	(5.161)	45.776																																																																																																																																																																																						
Variação nos ativos e passivos:																																																																																																																																																																																										
Contas a receber	-	-	(86.917)	(58.796)																																																																																																																																																																																						
Ativos de contratos de seguro	-	-	(3.151)	(440)																																																																																																																																																																																						
Estoques	-	-	(790)	(15.960)																																																																																																																																																																																						
Tributos a recuperar	(3.622)	(7.926)	(30.174)	(25.225)																																																																																																																																																																																						
Adiantamentos a fornecedores	(130)	2	8.391	(9.247)																																																																																																																																																																																						
Despesas antecipadas	(16)	(7)	(11.351)	(36)																																																																																																																																																																																						
Outros ativos	4	609	(800)	1.353																																																																																																																																																																																						
Depósitos judiciais	(82)	-	4.870	(13.356)																																																																																																																																																																																						
Garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório	(6.362)	-	1.441	(8.539)																																																																																																																																																																																						
Fornecedores	(1.094)	(2.417)	(15.149)	43.156																																																																																																																																																																																						
Provisões técnicas (ANS)	-	-	1.009	843																																																																																																																																																																																						
Passivo de seguros	-	-	(92.951)	(37.523)																																																																																																																																																																																						
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	14.384	24.520																																																																																																																																																																																						
Obrigações tributárias	(72)	(233)	(27.336)	52.718																																																																																																																																																																																						
Provisões para demandas judiciais	-	-	(1.371)	(10.146)																																																																																																																																																																																						
Outros passivos	(918)	4.597	(5.231)	6.925																																																																																																																																																																																						
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	(9.735)	23.648	148.978	196.347																																																																																																																																																																																						
Pagamento de parcelamentos de impostos	-	-	(6.244)	(4.509)																																																																																																																																																																																						
Juros pagos de parcelamentos de impostos	-	-	(4.701)	(4.208)																																																																																																																																																																																						
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(47.547)	(57.006)																																																																																																																																																																																						
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(9.735)	23.648	90.486	130.624																																																																																																																																																																																						
<p>Fluxo de caixa das atividades de investimento</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Integralização de capital em controlada</td> <td>(56.739)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Transações societárias</td> <td>364.800</td> <td>(215.331)</td> <td>364.799</td> <td>(2.000)</td> </tr> <tr> <td>Obrigações pagas por aquisição de investimento</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(22.557)</td> <td>(32.429)</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>25.187</td> <td>(53.901)</td> </tr> <tr> <td>Aquisição de imobilizado e intangível</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(73.540)</td> <td>(100.241)</td> </tr> <tr> <td>Transações com partes relacionadas</td> <td>-</td> <td>(4.547)</td> <td>(456)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Dividendos e JSCP recebidos de subsidiárias</td> <td>3.113</td> <td>2.036</td> <td>-</td> <td>(7.047)</td> </tr> <tr> <td>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</td> <td>311.174</td> <td>(217.842)</td> <td>293.433</td> <td>(195.618)</td> </tr> </tbody> </table> <p><i>As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i></p>														Controladora		Consolidado		2023	2022	2023	2022	Integralização de capital em controlada	(56.739)	-	-	-	Transações societárias	364.800	(215.331)	364.799	(2.000)	Obrigações pagas por aquisição de investimento	-	-	(22.557)	(32.429)	Aplicações financeiras	-	-	25.187	(53.901)	Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(73.540)	(100.241)	Transações com partes relacionadas	-	(4.547)	(456)	-	Dividendos e JSCP recebidos de subsidiárias	3.113	2.036	-	(7.047)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	311.174	(217.842)	293.433	(195.618)																																																																																																																													
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																																							
	2023	2022	2023	2022																																																																																																																																																																																						
Integralização de capital em controlada	(56.739)	-	-	-																																																																																																																																																																																						
Transações societárias	364.800	(215.331)	364.799	(2.000)																																																																																																																																																																																						
Obrigações pagas por aquisição de investimento	-	-	(22.557)	(32.429)																																																																																																																																																																																						
Aplicações financeiras	-	-	25.187	(53.901)																																																																																																																																																																																						
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(73.540)	(100.241)																																																																																																																																																																																						
Transações com partes relacionadas	-	(4.547)	(456)	-																																																																																																																																																																																						
Dividendos e JSCP recebidos de subsidiárias	3.113	2.036	-	(7.047)																																																																																																																																																																																						
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	311.174	(217.842)	293.433	(195.618)																																																																																																																																																																																						
<p>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Captação de empréstimos e financiamentos</td> <td>-</td> <td>296.965</td> <td>306</td> <td>296.965</td> </tr> <tr> <td>Pagamento principal de empréstimos e financiamentos</td> <td>-</td> <td>(275.000)</td> <td>(48.778)</td> <td>(334.904)</td> </tr> <tr> <td>Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos</td> <td>(158.555)</td> <td>(120.223)</td> <td>(169.091)</td> <td>(138.298)</td> </tr> <tr> <td>Pagamento de passivos de arrendamento</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(67.638)</td> <td>(49.322)</td> </tr> <tr> <td>Dividendos pagos de subsidiárias</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>805</td> <td>203</td> </tr> <tr> <td>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</td> <td>(158.555)</td> <td>(98.258)</td> <td>(284.396)</td> <td>(225.356)</td> </tr> </tbody> </table> <p><i>As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i></p>														Controladora		Consolidado		2023	2022	2023	2022	Captação de empréstimos e financiamentos	-	296.965	306	296.965	Pagamento principal de empréstimos e financiamentos	-	(275.000)	(48.778)	(334.904)	Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(158.555)	(120.223)	(169.091)	(138.298)	Pagamento de passivos de arrendamento	-	-	(67.638)	(49.322)	Dividendos pagos de subsidiárias	-	-	805	203	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(158.555)	(98.258)	(284.396)	(225.356)																																																																																																																																							
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																																							
	2023	2022	2023	2022																																																																																																																																																																																						
Captação de empréstimos e financiamentos	-	296.965	306	296.965																																																																																																																																																																																						
Pagamento principal de empréstimos e financiamentos	-	(275.000)	(48.778)	(334.904)																																																																																																																																																																																						
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(158.555)	(120.223)	(169.091)	(138.298)																																																																																																																																																																																						
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-	(67.638)	(49.322)																																																																																																																																																																																						
Dividendos pagos de subsidiárias	-	-	805	203																																																																																																																																																																																						
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(158.555)	(98.258)	(284.396)	(225.356)																																																																																																																																																																																						
<p>de tais ativos e passivos com maior eficiência. A operação não resultou em aumento de capital. Incorporação da Humana Saúde Sul Ltda. pela Humana Saúde Sul Ltda. (antiga “Santa Rita Saúde”): Em 19 de outubro de 2022 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a incorporação de Humana Sul por Humana Sul (antiga “Santa Rita Saúde”). O acervo patrimonial de Humana Sul foi absorvido por Humana Paraná e, por consequência, ocorreu a extinção da Humana Sul, com aumento do capital social na Humana Sul (antiga “Santa Rita Saúde”) no montante de R\$243. 1.2. Athena Brasil e controladas: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui as seguintes controladas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Empresas por Ramo de Atuação</th> <th rowspan="2">Controladora Direta</th> <th rowspan="2">Local da operação</th> <th colspan="2">31/12/2023</th> <th colspan="2">31/12/2022</th> </tr> <tr> <th>Direta</th> <th>Indireta</th> <th>Direta</th> <th>Indireta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Holdings</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Athena Healthcare Holding S.A. (“Athena Healthcare”)</td> <td>Athena Brasil</td> <td>São Paulo</td> <td>99,99%</td> <td>0,01%</td> <td>100,00%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>ASG Holding S.A. (“ASG”)</td> <td>Athena Healthcare</td> <td>São Paulo</td> <td>-</td> <td>100,00%</td> <td>-</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A. (“ASES”) (a)</td> <td>Athena Healthcare</td> <td>São Paulo</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>6,71%</td> <td>93,29%</td> </tr> <tr> <td>Multivida Participações S.A. (“Multivida”) (b)</td> <td>Med Imagem</td> <td>Maringá</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Hospitais</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Hospital Med Imagem S.A. (“Med Imagem”)</td> <td>Humana</td> <td>Teresina</td> <td>-</td> <td>100,00%</td> <td>-</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Hospital São Pedro Ltda. (“São Pedro”)</td> <td>Medplan</td> <td>Teresina</td> <td>-</td> <td>100,00%</td> <td>-</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Hospital Santa Maria Ltda. (“Santa Maria”)</td> <td>Medplan</td> <td>Teresina</td> <td>-</td> <td>100,00%</td> <td>-</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>Utin Apart Hospital S.A. (“Utin”)</td> <td>SAMP</td> <td>Vitória</td> <td>-</td> <td>99,71%</td> <td>-</td> <td>99,71%</td> </tr> <tr> <td>Hospital Bom Samaritano de Maringá Ltda. (“HBSM”)</td> <td>Multivida</td> <td>Maringá</td> <td>2,93%</td> <td>97,07%</td> <td>2,93%</td> <td>97,07%</td> </tr> <tr> <td>Hospital do Coração de Natal Ltda. (“HCN”) (c)</td> <td>Athena Healthcare</td> <td>Natal</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>3,67%</td> <td>93,64%</td> </tr> <tr> <td>Hospital Maranhense Ltda. (“CMM”)</td> <td>Humana</td> <td>São Luís</td> <td>-</td> <td>100,00%</td> <td>-</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>São Bernardo Apart Hospital S.A. (“SBAH”)</td> <td>SAMES</td> <td>Colatina</td> <td>6,53%</td> <td>90,82%</td> <td>-</td> <td>91,16%</td> </tr> <tr> <td>Hospital das Clínicas de Alagoínas Ltda. (“HCA”)</td> <td>UNIHOSP</td> <td>Alagoínas</td> <td>6,01%</td> <td>93,99%</td> <td>5,81%</td> <td>94,19%</td> </tr> <tr> <td>Planos de Saúde</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Humana Saúde Sul Ltda. (antiga “Santa Rita Saúde”)</td> <td>Multivida</td> <td>Maringá</td> <td>0,13%</td> <td>99,87%</td> <td>0,13%</td> <td>99,87%</td> </tr> <tr> <td>Medplan Assistência Médica Ltda. (“Medplan”) (d)</td> <td>Athena Healthcare</td> <td>Teresina</td> <td>-</td></tr></tbody></table>													Empresas por Ramo de Atuação	Controladora Direta	Local da operação	31/12/2023		31/12/2022		Direta	Indireta	Direta	Indireta	Holdings							Athena Healthcare Holding S.A. (“Athena Healthcare”)	Athena Brasil	São Paulo	99,99%	0,01%	100,00%	-	ASG Holding S.A. (“ASG”)	Athena Healthcare	São Paulo	-	100,00%	-	100,00%	Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A. (“ASES”) (a)	Athena Healthcare	São Paulo	-	-	6,71%	93,29%	Multivida Participações S.A. (“Multivida”) (b)	Med Imagem	Maringá	-	-	-	100,00%	Hospitais							Hospital Med Imagem S.A. (“Med Imagem”)	Humana	Teresina	-	100,00%	-	100,00%	Hospital São Pedro Ltda. (“São Pedro”)	Medplan	Teresina	-	100,00%	-	100,00%	Hospital Santa Maria Ltda. (“Santa Maria”)	Medplan	Teresina	-	100,00%	-	100,00%	Utin Apart Hospital S.A. (“Utin”)	SAMP	Vitória	-	99,71%	-	99,71%	Hospital Bom Samaritano de Maringá Ltda. (“HBSM”)	Multivida	Maringá	2,93%	97,07%	2,93%	97,07%	Hospital do Coração de Natal Ltda. (“HCN”) (c)	Athena Healthcare	Natal	-	-	3,67%	93,64%	Hospital Maranhense Ltda. (“CMM”)	Humana	São Luís	-	100,00%	-	100,00%	São Bernardo Apart Hospital S.A. (“SBAH”)	SAMES	Colatina	6,53%	90,82%	-	91,16%	Hospital das Clínicas de Alagoínas Ltda. (“HCA”)	UNIHOSP	Alagoínas	6,01%	93,99%	5,81%	94,19%	Planos de Saúde							Humana Saúde Sul Ltda. (antiga “Santa Rita Saúde”)	Multivida	Maringá	0,13%	99,87%	0,13%	99,87%	Medplan Assistência Médica Ltda. (“Medplan”) (d)	Athena Healthcare	Teresina	-																																								
Empresas por Ramo de Atuação	Controladora Direta	Local da operação	31/12/2023		31/12/2022																																																																																																																																																																																					
			Direta	Indireta	Direta	Indireta																																																																																																																																																																																				
Holdings																																																																																																																																																																																										
Athena Healthcare Holding S.A. (“Athena Healthcare”)	Athena Brasil	São Paulo	99,99%	0,01%	100,00%	-																																																																																																																																																																																				
ASG Holding S.A. (“ASG”)	Athena Healthcare	São Paulo	-	100,00%	-	100,00%																																																																																																																																																																																				
Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A. (“ASES”) (a)	Athena Healthcare	São Paulo	-	-	6,71%	93,29%																																																																																																																																																																																				
Multivida Participações S.A. (“Multivida”) (b)	Med Imagem	Maringá	-	-	-	100,00%																																																																																																																																																																																				
Hospitais																																																																																																																																																																																										
Hospital Med Imagem S.A. (“Med Imagem”)	Humana	Teresina	-	100,00%	-	100,00%																																																																																																																																																																																				
Hospital São Pedro Ltda. (“São Pedro”)	Medplan	Teresina	-	100,00%	-	100,00%																																																																																																																																																																																				
Hospital Santa Maria Ltda. (“Santa Maria”)	Medplan	Teresina	-	100,00%	-	100,00%																																																																																																																																																																																				
Utin Apart Hospital S.A. (“Utin”)	SAMP	Vitória	-	99,71%	-	99,71%																																																																																																																																																																																				
Hospital Bom Samaritano de Maringá Ltda. (“HBSM”)	Multivida	Maringá	2,93%	97,07%	2,93%	97,07%																																																																																																																																																																																				
Hospital do Coração de Natal Ltda. (“HCN”) (c)	Athena Healthcare	Natal	-	-	3,67%	93,64%																																																																																																																																																																																				
Hospital Maranhense Ltda. (“CMM”)	Humana	São Luís	-	100,00%	-	100,00%																																																																																																																																																																																				
São Bernardo Apart Hospital S.A. (“SBAH”)	SAMES	Colatina	6,53%	90,82%	-	91,16%																																																																																																																																																																																				
Hospital das Clínicas de Alagoínas Ltda. (“HCA”)	UNIHOSP	Alagoínas	6,01%	93,99%	5,81%	94,19%																																																																																																																																																																																				
Planos de Saúde																																																																																																																																																																																										
Humana Saúde Sul Ltda. (antiga “Santa Rita Saúde”)	Multivida	Maringá	0,13%	99,87%	0,13%	99,87%																																																																																																																																																																																				
Medplan Assistência Médica Ltda. (“Medplan”) (d)	Athena Healthcare	Teresina	-																																																																																																																																																																																							

... continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

duais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações. **2.3. Declaração de continuidade:** A Administração avaliou a capacidade do Grupo e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.4. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Os principais elementos patrimoniais que envolvem julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e das suas controladas são os seguintes: • Provisão para perda esperada de crédito (Nota 2.18); • Vida útil do ativo imobilizado e do intangível (Nota 2.13, 2.14); • Direito de uso e passivo de arrendamentos (Nota 2.16); • Provisão riscos civis, fiscais e trabalhistas (Nota 2.19); • Análise de indicativos de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Nota 2.17); • Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos (Nota 2.22); • Mensuração da receita de serviços hospitalares incorridos e não faturados (Nota 2.20); • As estimativas e julgamentos relacionados ao CPC 50/IFRS 18 estão descritas na Nota 2.7. **2.6. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela Companhia ou indiretamente, por meio de sua controlada indireta. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem o poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar o valor de seus retornos. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não controladores. Quando necessário, as demonstrações financeiras individuais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. **2.7. Contratos de seguros:** O CPC 50/IFRS 17 que substituiu a IFRS 4 – Contratos de seguros entrou em vigor em 1 de janeiro de 2023. **(a) Definição de contratos de seguros:** A Companhia define como contrato de seguro é o contrato com o qual uma parte aceita risco de seguro significativo da outra parte, concordando em indenizar o titular da apólice caso determinado evento futuro incerto afete adversamente o titular da apólice. A definição da companhia está em linha com a orientação normativa, sendo assim, os contratos que atendem a definição de seguros devem estar mensurados de acordo com as diretrizes do CPC 50/IFRS 17. O Grupo Athena avaliou os seus contratos de seguros emitidos e considerou que os produtos de pré-pagamento da Companhia atendem às definições de contratos de seguros, e encontram-se dentro do alcance da norma CPC 50/IFRS 17. Produtos de pré-pagamento são aqueles em que o valor da mensalidade é calculado previamente com base nas coberturas contratadas pelo contratante (pessoa física ou jurídica) do plano de saúde e odontológico e que, portanto, há transferência de risco de seguro para a Companhia. Com relação aos produtos de pós-pagamento, estes estão fora do alcance do CPC 50/IFRS 17 pois não há risco de seguro e, por isso, são mensurados de acordo as regras estabelecidas pela CPC 47/IFRS 15 como contrato de serviço. **(b) Separação dos componentes de contrato:** Conforme determina o normativo um contrato de seguro pode conter diversos componentes que não estejam diretamente inter-relacionados com o contrato principal de seguros, mas sim com atributos que estariam dentro do alcance de outros normativos contábeis internacionais. Os contratos de seguros são classificados em três tipos diferentes de componentes que devem ser contabilizados separadamente caso cumpridos certos critérios: derivativos embutidos; componente de investimento; e bens e serviços. A Companhia realizou a análise de todos os seus contratos e produtos, das premissas que estão embutidas nos preços e coberturas oferecidas em seu portfólio. Não foram identificados componentes que não os de seguros, que deveriam ser apartados e reconhecidos à luz de outra norma diferente da IFRS 17 – CPC 50 – Contratos de Seguros. **(c) Nível de agregação dos contratos:** A agregação dos contratos em grupos é exigida no reconhecimento inicial para todos os contratos no âmbito do CPC 50/IFRS 17. Os contratos de seguro são agrupados com base em riscos similares e gerenciamento em conjunto, os quais são segregados por safras (períodos anuais) e, em seguida, divididos em categorias: (i) grupos de contrato que são onerosos em seu reconhecimento inicial; (ii) grupos de contrato que, em seu reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos futuramente e (iii) grupos de contratos não onerosos que, em seu reconhecimento inicial, têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos futuramente. Contratos de seguro são considerados como onerosos na data de reconhecimento inicial, segundo a norma, se os fluxos de caixa de cumprimento alocados ao contrato, na data de reconhecimento inicial forem uma saída líquida, ou seja, representando uma perda que deve ser reconhecida no resultado para o fluxo de saída líquido para o grupo de contratos onerosos, que resulte no valor contábil do passivo para o grupo sendo igual aos fluxos de caixa de cumprimento e a margem contratual de seguro do grupo sendo zero. Por representar uma perda no reconhecimento inicial, diferentemente dos contratos não onerosos, impactando negativamente o resultado, estes são mensurados de maneira separada para que a organização possa gerenciá-los mais precisamente e saber exatamente o impacto individual da onerosidade dos contratos em suas demonstrações. O Grupo Athena Saúde Brasil, atualmente, opera com transações de seguros assistenciais de saúde e odontológico. Seus portfólios são: Saúde Coletivo por Adesão e Saúde Coletivo Empresarial, Saúde Individual/Familiar, Odonto Coletivo por Adesão e Odonto Coletivo Empresarial e por fim, Odonto Individual/Familiar. **(d) Fluxos de caixa de aquisição de seguros:** Os fluxos de caixa de aquisição de seguros resultam dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos (emitidos ou com emissão prevista) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos a que o grupo pertence. Os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diferidos para o resultado linearmente de acordo com a passagem do tempo (através da receita de seguros) ou de acordo com a curva de permanência da carteira. **(e) Limites de contrato:** Os fluxos de caixa estão dentro do limite de contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relação em que a entidade pode exigir do titular do contrato o pagamento das contraprestações ou em que a entidade tem obrigação substantiva de prestar cobertura de seguro ao titular do contrato. Desta forma, para as carteiras de Produtos Individual/Familiar, firmados com Pessoa Física (PF), o limite de contrato será o momento em que o segurado optar por deixar o plano contratado, visto que a empresa que emite contrato de seguro não possui a prerrogativa de cancelar o contrato unilateralmente, com exceção da identificação de inadimplência vigente conforme normativa do regulador. E, existe um limite que é refletido no fluxo por meio da tábu biométrica de sobrevivência. Já para as carteiras de Produtos firmados com Pessoa Jurídica, sendo elas Coletivo Empresarial e Coletivo por Adesão, o limite de contrato pela projeção de contraprestações, é mensal, visto que o contrato é renovado mensalmente e pode ser cancelado por ambas as partes envolvidas. **(f) Mensuração dos contratos:** Pela norma ótica do CPC 50/IFRS 17, são apresentados novos modelos de mensuração dos contratos de seguro, nos quais a Companhia deve identificar qual o melhor modelo contábil de acordo com sua carteira de produtos, bem como, levar em consideração seus respectivos critérios específicos. A IFRS 17 estabelece três modelos de mensuração, conforme descritos abaixo: Modelo Geral (Building Block Approach – BBA) do

CPC 50/IFRS 17 requer que as empresas que emitem contratos de seguros mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa esperado, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual de seguros. A Companhia aplica o modelo geral para os contratos dos Produtos do tipo Individual/Familiar (Pessoa Física – PF). A BBA mede um grupo de contratos de seguro como o total de Fluxos de caixa de cumprimento (fluxos de caixa de entrada e saída necessários para o cumprimento dos direitos contratuais da companhia de receber recursos dos contratantes e das obrigações contratuais da Companhia frente aos segurados/beneficiários); e a CSM, que é o componente do ativo ou passivo para o grupo de contratos que represente o lucro não auferido que a entidade deve reconhecer conforme presta a cobertura de seguro no futuro. Além do Modelo Geral, o CPC 50/IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo de mensuração, o Modelo de Alocação de Prêmio (Premium Allocation Approach – PPA). Esse modelo simplificado é aplicável, segundo a norma, para contratos com limite contratual de até um ano ou aqueles que tenham um reconhecimento do resultado similar ao Modelo Geral. O Grupo Athena aplica o modelo PAA para os grupos de contratos de Produtos Coletivos por Adesão e Coletivo Empresarial (Pessoa Jurídica). A Companhia mensura a obrigação pela cobertura remanescente como os prêmios, se houver, recebidos no reconhecimento inicial, menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguro naquela data, mais ou menos qualquer valor decorrente do desconhecimento na data do ativo ou passivo reconhecido para os fluxos de caixa de aquisição de seguro que a Companhia paga ou recebe antes do grupo de contratos ser reconhecido. A Companhia não mensurou contratos pelo Modelo de Taxa Variável (Variable Fee Approach – VFA), pois está é uma variação do Modelo de Mensuração Geral (BBA), que adere aos mesmos princípios, mas a mensuração posterior difere em relação à mensuração da margem de serviço contratual (Contractual Service Margin – CSM). O VFA é aplicado a contratos de participação direta que são contratos de seguros substancialmente relacionados a investimentos. Considerando que após análise dos contratos e produtos, não há quaisquer indícios que observem este tipo de relação. **(g) Estimativas de fluxos de caixa futuros:** Segundo o CPC 50/IFRS 17, o fluxo de caixa futuro será tratado como uma estimativa, impactando diretamente na mensuração do reconhecimento inicial dos contratos de seguro. A Companhia incluirá na mensuração de um grupo de contratos de seguro todas as entradas e saídas esperadas dentro do limite contratual de cada grupo de contratos. Desta forma, a Companhia pode estimar os fluxos de caixa futuros a um nível de agregação mais elevado e então alocar os fluxos de caixa de cumprimento resultantes a grupos de contratos individuais. A Athena entende que os seguintes fluxos de caixa estão dentro do escopo do contrato de seguro:

Item	Premissas
Contraprestações	Cancelamento
	Mortalidade
	Reajustes
	Reenquadramento etário
	Inadimplência
Eventos a Ocorrer	VCMIH
	Sinistralidade
	Percentual de comissões
	Percentual de impostos (PIS/Cofins)
	Percentual de despesas com pessoal
Comissões	Percentual de despesas com serviços de terceiros
	Percentual de tributos e taxas
	Percentual de outras despesas
	Fator de desenvolvimento
	Padrão de pagamento
Impostos	Custo Valorizado
	Padrão de pagamento
Despesas	Glosa
	Percentual de despesas relacionadas

PEONA Adicionalmente, a Companhia deve realizar a projeção dos fluxos de caixa de modo que seja possível que o valor contábil de grupo de contratos de seguro no fim de cada período possa ser segregado entre: passivo para cobertura remanescente compreendendo os fluxos de caixa de cumprimento relativos a coberturas de seguro futuros alocados ao grupo nessa data e o passivo para sinistros ocorridos, compreendendo os fluxos de caixa de cumprimento relativos a coberturas de seguro passadas alocados ao grupo nessa data. Passivo para cobertura remanescente (Liability for remaining coverage – LRC) é a obrigação da Companhia de investigar e pagar sinistros válidos de acordo com contratos de seguro existentes para eventos segurados que ainda não ocorreram (ou seja, a obrigação que se refere à parcela não vencida do período de cobertura). Também abrange pagamentos relativos a: Serviços e cobertura de contratos de seguro que ainda não foram prestados, e quaisquer componentes de investimento ou outros valores que não são relacionados com os serviços de cobertura de contratos de seguro e não foram transferidos para o passivo de sinistro ocorrido. Passivo de sinistro ocorrido (Liability for incurred claims – LIC) é a obrigação da Companhia de investigar e pagar sinistros válidos para eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais os sinistros não foram avisados, e outras despesas de seguro incorridas. Também abrange o pagamento de valores não abrangidos no parágrafo anterior, mas que seja relativa a: Serviços e cobertura de contratos de seguro que já foram prestados, e quaisquer componentes de investimento ou outros valores que não são relacionados com os serviços de cobertura de contratos de seguro e não estão alocados no passivo de cobertura remanescente. **(h) Taxas de desconto:** Conforme determina a norma, a Companhia deve ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa. Esta pode ser construída a partir de duas metodologias: *Top-Down* ou *Bottom-Up*. Na metodologia *Top-Down*, a taxa de desconto deve ser baseada na curva de rendimento implícito que reflete as taxas correntes de mercado na mensuração do valor justo de carteira de referência de ativos. A norma não especifica restrições na carteira de referência de ativos. Já na metodologia *Bottom-Up*, a taxa de desconto deve refletir a curva de juros, na moeda (ou indexador) apropriado para instrumentos que coloquem os detentores a um risco de crédito nulo ou insignificante, ajustado para refletir as características de liquidez do grupo de contratos de seguro. Esse ajuste deve refletir a diferença entre as características de liquidez do grupo de contratos de seguro e as características de liquidez dos ativos utilizados para determinar a curva de desconto. A taxa de desconto utilizada pelo Grupo Athena para descontar os fluxos de caixa para todos os produtos é a *Bottom-Up*. O cálculo da Taxa de Desconto foi realizado a partir de uma taxa livre de risco, que no Brasil considera-se a ETJJ IPCA da SUSEP, sobre a qual se acrescenta o risco de liquidez. O risco de liquidez mede o risco exposto no caso de não recebimento de determinado cupom, ou seja, mede o quanto isso causa de impacto no cumprimento das obrigações da empresa que emite contratos de seguro. **(i) Ajuste de risco (Risk Adjustment – RA):** O ajuste ao risco não financeiro é um ajuste sobre os fluxos de caixa projetados que reflete a compensação que a entidade exige por arcar com a incerteza em relação ao montante e prazo dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros inerentes ao contrato de seguro. Para o cálculo foi adotada a abordagem estocástica, por metodologia da distribuição de probabilidade observando o excesso do valor em risco no 60% percentil (nível de confiança alvo). Para o LIC, a metodologia de *Bootstrapping* aplicada sobre o método de Chain Ladder, que permite aproximar a distribuição das perdas esperadas pela distribuição empírica dos dados baseado em uma amostra de resultados possíveis de tamanho finita, gerada através de simulação de Monte Carlo. Essa abordagem é baseada no conceito de reamostragem aleatória de resíduos, permitindo a geração de triângulos alternativos baseados nos dados do triângulo de desenvolvimento original. Para o LRC, a companhia utiliza de uma estrutura de simulação estocástica do teste de adequação de passivo para o cálculo do Risk Adjustment por meio de um processo de Monte Carlo. **(j) Alocação da margem contratual de serviço (CSM):** A Margem de Serviços Contratual é uma parcela do Passivo de Cobertura Remanescente que representa o lucro não ganho que a Companhia irá reconhecer na medida em que irá oferecer cobertura e outros serviços no âmbito do contrato de seguro. A avaliação da CSM no reconhecimento inicial, com exceção de contratos onerosos, é definida a partir do resultado decorrente: do montante dos fluxos de caixa de cumprimento no reconhecimento inicial, quaisquer fluxos de caixa decorrentes do grupo de contratos de seguro no reconhecimento inicial, o desconhecimento, no reconhecimento inicial, de qualquer ativo de custo de aquisição reconhecido anteriormente ao reconhecimento inicial do grupo de contratos de seguro, e quaisquer outros ativos e passivos reconhecidos anteriormente ao reconhecimento inicial do grupo de contratos de seguro. A entidade deve reconhecer a margem contratual de seguro ao longo da duração do grupo de contratos de forma sistemática que reflita a transferência dos benefícios do seguro de acordo com o contrato. Vale ressaltar que a CSM só é mensurada para os contratos que seguem a metodologia BBA ou VFA, desta forma, apenas os contratos de produtos Individual/Familiar (PF – pessoa física) mensuram a CSM. O Grupo Athena aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar os serviços de contratos de seguros prestados para cada portfólio. As bases para determinar a quantidade de cobertura fornecida para cada produto para a apropriação da CSM são determinadas com base nos fluxos de entrada pelo número de segurados expostos e sua projeção pelas premissas de mortalidade como medida de esgotamento do fluxo. Os juros sobre a CSM serão reconhecidos usando a curva de desconto no reconhecimento inicial. **(k) Transição:** A norma determina que o IFRS 17 deve ser aplicado retrospectivamente como se sempre fosse aplicada, desde o reconhecimento inicial dos grupos de contratos de seguro, com aplicação de cálculos retrospectivos em datas anteriores e movimentações de saldos até a data de transição. Entretanto, a IFRS 17 entende que podem

existir limitações para essa aplicação completa da norma retrospectivamente, desta forma, quando a aplicação da norma for impraticável, a companhia poderá aplicar outros tipos de abordagem de transição, são elas: abordagem retrospectiva completa, abordagem retrospectiva modificada e abordagem de valor justo. O Grupo Athena aplica a Abordagem Retrospectiva Modificada para os grupos de contratos de seguro emitidos até 2021. Abaixo tem-se detalhado a forma de mensuração: **Abordagem retrospectiva modificada:** Quando for impraticável aplicar a abordagem retrospectiva completa a Companhia poderá realizar a aplicação de outro tipo de abordagem que seja mais viável. Em conformidade com o IFRS17/CPC 50, a abordagem retrospectiva modificada tem como objetivo alcançar o resultado mais próximo da aplicação retrospectiva completa possível, com base em informações razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Para isso, ao aplicar essa abordagem, a companhia deve: a) Utilizar informações razoáveis e sustentáveis. Caso a companhia não puder obter informações razoáveis e sustentáveis necessárias para aplicar a abordagem retrospectiva modificada, ela deve aplicar a abordagem do valor justo; b) Maximizar o uso de informações que teriam sido utilizadas para aplicar a abordagem retrospectiva completa, mas dever utilizar apenas informações disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A norma esclarece que para conclusão do objetivo da abordagem retrospectiva modificada, a companhia tem permissão para usar modificar, somente na medida em que a companhia não possuir informações razoáveis e sustentáveis para aplicar a abordagem retrospectiva completa. **(l) Apresentação:** Carteiras de contratos de seguro que são ativos e aqueles que são passivos, são apresentados separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa antes do reconhecimento do grupo de contratos de seguros são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. As despesas e receitas de seguro excluem quaisquer componentes de investimento e são reconhecidas como segue. **Receitas de seguros – Contratos calculados por BBA:** O Grupo Athena reconhece a receita de seguros à medida que satisfaz suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços sob grupos de contratos de seguros. Para os contratos mensurados pelo BBA, a receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações no passivo por cobertura remanescente que se relacionam aos serviços atuais pelos quais a Companhia espera receber contraprestação e compreende os itens a seguir: • As despesas com serviços de seguros esperadas o período; • As mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro; • O valor a ser liberado de CSM pelas coberturas prestadas no período; e • Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de contraprestações relacionadas ao período atual ou passado, se houver. Além disso, o Grupo Athena aloca uma parcela das contraprestações referentes à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na passagem do tempo. A Companhia reconhece o valor alocado, ajustado pelo acréscimo de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do grupo de contratos relacionados, como receita de seguros e igual valor como despesas de serviços de seguros. **Receitas de seguros – Contratos calculados por PAA:** Para os contratos mensurados pelo PAA, a receita de seguro de cada período é o valor dos recebimentos de contraprestações esperadas pela prestação de serviços no período,ase de preparação e apresentação e das principais políticas contábeis. **Despesas de seguros:** As despesas com serviços de seguros decorrentes de contratos de seguros são reconhecidas no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens: • Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas no período; • Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas em períodos anteriores (relacionados a serviços passados); • Outras despesas de serviço de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período; • Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros; • Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período; e • Mudanças no PCR relacionadas ao serviço futuro que não ajustam a CSM, pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos. **Receitas e despesas financeiras de seguros:** As receitas e despesas financeiras de seguros incluem variações nos valores contábeis de grupos de contratos de seguro decorrentes dos efeitos do valor monetário temporal, do risco financeiro e das variações de taxas e hipóteses. A Companhia reconhece na DRE, o resultado de juros referente aos contratos de seguros e, em outros resultados abrangentes o valor referente a variação nas taxas e hipóteses financeiras. O objetivo da apresentação segregada das receitas e despesas financeiras da entidade tem como finalidade evitar maior volatilidade nos resultados do período. **2.8. Ágio na aquisição de investimentos societários:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável ("impairment"). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ou em um ano a partir da combinação de negócios a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. O Grupo, conforme estabelecido no CPC 15/IFRS 3, faz uso, quando necessário, do expediente relacionado ao período de mensuração da combinação de negócios, onde é estabelecido que, caso uma combinação de negócios esteja incompleta ao término do período de reporte, seja reportado pelo adquirente, em suas demonstrações contábeis, os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta e, caso sejam identificadas modificações em ativos adquiridos e passivos assumidos, estes sejam ajustados retrospectivamente até o final da data de reporte, desde que atrelados a fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição. **2.9. Classificação circulante e não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.10. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata seguem a mesma política interna e não são mantidos para vencimento e outros fins. **2.11. Aplicações financeiras vinculadas:** Trata-se de fundos de investimento dedicados à ANS como ativo garantidor das respectivas provisões técnicas, além de aplicações financeiras atreladas como garantia de empréstimos e financiamentos. Por conta dessas características não compõem o grupo contábil de caixa e equivalentes de caixa referidos no item anterior. **2.12. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos. **2.13. Imobilizado:** Terrenos, edificações, benfeitorias, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação dos ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado (taxas médias) – exercício de 2023:

Computadores e periféricos	27% ao ano
Benefetórias	12% ao ano
Edificações	3% ao ano
Máquinas e equipamentos	21% ao ano
Móveis e utensílios	12% ao ano
Veículos	36% ao ano
Ativo de direito de uso	13% ao ano

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.14. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado (taxas médias) – exercício 2023:

Marca com vida útil definida	5% ao ano
Carteira de clientes	11% ao ano
Software e outros	10% ao ano

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

2.15. Investimentos: Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são reconhecidos inicialmente ao custo e contabilizados subsequentemente com base no método da equivalência patrimonial. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. O ágio relativo é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a controlada são eliminados em proporção à participação. A soma da participação do Grupo nos resultados é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas. As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento do Grupo. O Grupo determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros", na demonstração do resultado. Ao perder influência significativa sobre o investimento, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. **2.16. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Grupo como arrendatário:** O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Unidade fabril e máquinas: 1 a 20 anos; • Veículos automotores e outros equipamentos: 2 a 5 anos. **Passivos de arrendamento:** Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.17. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma

metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflète uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. **2.18. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia tiver o direito incondicional de compensar tais valores ou líquidos simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas eram: Aplicações financeiras vinculadas, Contas a receber, Partes relacionadas, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Parcelamentos de impostos, Contas a pagar – aquisição de empresas os quais foram classificados como "Custo amortizado" ou ao valor justo por meio do resultado. A Companhia e suas controladas avaliam mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os recebíveis não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juro efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias de crédito e outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 720 dias para as empresas do segmento hospitalar e para as empresas do segmento de planos de saúde é considerado inadimplido os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos). No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **2.19. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios:** Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita. **Garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório:** Os reembolsos esperados por outras partes necessários para liquidar uma provisão é reconhecido somente quando for praticamente certo que o reembolso será recebido. O reembolso é tratado como um ativo separado e não ultrapassa o valor da provisão. **2.20. Reconhecimento da receita:**

Receita de contrato com clientes na atividade Hospitalar: Nas empresas hospitalares, as receitas são reconhecidas conforme estabelece o CPC 47/IFRS 15 e decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida no momento da prestação dos serviços médicos, na extensão ou proporção que satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo registradas líquidas da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais. As receitas decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas por um valor que reflète a contrapartida a que a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente e são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados. A Companhia controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente, sendo que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares. Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Convênios, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e futuras, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade do regime contábil da competência. **2.21. Tributos: Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O regime de tributação adotado pela Companhia e pelas controladas é pelo lucro real, cuja apuração é efetuada de forma individual por cada empresa do Grupo. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Algumas controladas apuram o lucro tributável pelo regime de lucro presumido. **Tributos diferidos ativos e passivos:** É gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária. **2.22. Custos de transação:** Custos de transação são somente aqueles incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias para distribuição primária de ações ou bônus de subscrição, na aquisição e alienação de ações próprias, na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos ou financiamentos ou pela emissão de títulos de dívida, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido. Os custos de transação, enquanto não captados os recursos a que se referem, são apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. Quando da emissão dos títulos, os valores são confrontados com o valor da captação e/ou ressarcidos dependendo da emissão primária ou secundária. Caso a emissão de títulos não seja efetuada, os valores ativados não reembolsados são registrados como despesa tão logo as condições de não emissão seja decidida. Esses custos estão na demonstração financeira na rubrica de despesas antecipadas. **2.23. Plano de incentivos de longo prazo ("stock options"):** O incentivo dos executivos baseada em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que a execução e/ou condição de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflète a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, ele é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e é designado como plano substituído na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original. **2.24. Resultado por ação:** **Básico:** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. **Diluído:** O resultado por ação diluído é calculado, quando aplicável, por meio da divisão do resultado ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela: (a) quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício; e (b) mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações. **2.25. Distribuição de lucros:** O Grupo reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **2.26. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até o exercício social das demonstrações financeiras da Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo adotará essas normas novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação de vendedor de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o valor de arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenantos futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existis-

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

tentes podem exigir renegociação. Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **2.27. Retificação para fins de comparabilidade:** O IASB emitiu o CPC 50/IFRS 17, em substituição à CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Em decorrência da adoção inicial do CPC 50 "Contratos de Seguros" e do IFRS 17 "Insurance Contracts", os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors. O resumo dos efeitos da reapresentação do Balanço Patrimonial findo em 01 de janeiro de 2022 e do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicional findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentado abaixo:

Balanço Patrimonial – 2021

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022	01/01/2022	01/01/2022	01/01/2022
Refe- (originalmente	(reapre-	(originalmente	(reapre-	
rência	apresentado)	sentado)	apresentado)	sentado)
Ajuste			Ajuste	
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	511.796	511.796	725.380	725.380
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	278.404	278.404
Contas a receber	(a)	-	259.833	(74.736)
Ativos de contratos de seguro	(a)	-	-	2.243
Estoques	-	-	46.962	46.962
Tributos a recuperar	2.240	2.240	71.565	71.565
Adiantamentos a fornecedores	2	2	-	-
Partes relacionadas	-	-	19.344	19.344
Despesas antecipadas	(a)	223	26.608	(22.800)
Outros ativos	-	1.136	5.457	5.457
Total do ativo circulante	515.397	515.397	1.433.553	(95.293)
Não circulante				
Ativos de contratos de seguro	(a)	-	-	7.603
Garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório	16.716	16.716	216.399	216.399
Despesas antecipadas	(a)	-	35.737	(35.737)
Partes relacionadas	-	-	59.935	59.935
Ativos fiscais diferidos	15.202	15.202	174.232	174.232
Tributos a recuperar	-	-	72	72
Depósitos judiciais	-	-	68.073	68.073
Outros ativos	-	-	14.380	14.380
Investimentos	2.264.371	25.775	2.290.146	-
Imobilizado	-	-	686.885	686.885
Intangível	-	-	1.610.067	1.610.067
Total do ativo não circulante	2.296.289	25.775	2.865.780	(28.134)
Total do ativo	2.811.686	25.775	4.299.333	(123.427)
Balanço Patrimonial – 2021				
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	(a)	3.512	-	3.512
Passivo de arrendamento	-	-	20.998	20.998
Provisões técnicas (ANS)	(a)	-	300.540	(299.851)
Passivos de contratos de seguro	(a)	-	-	142.722
Empréstimos e financiamentos	-	30.614	-	94.483
Dividendos a pagar	-	-	2.690	2.690
Obrigações sociais e trabalhistas	-	9.742	-	95.554
Obrigações tributárias	-	421	-	107.413
Contas a pagar – aquisição de empresas	-	8.631	-	60.339
Parcelamentos de tributos	-	-	8.863	8.863
Outros passivos	-	133	-	11.749
Total do passivo circulante	53.053	-	774.688	(162.773)
Não circulante				
Passivos de contratos de seguro	(a)	-	-	16.833
Empréstimos e financiamentos	-	994.051	-	1.098.571
Passivo de arrendamento	-	-	226.799	-
Provisões técnicas	(a)	-	17.889	(16.542)
Passivos fiscais diferidos	(c)	-	16.543	13.280
Parcelamentos de tributos	-	-	51.167	51.167
Contas a pagar – aquisição de empresas	-	-	146.246	146.246
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	8.426	-	193.993
Obrigações tributárias	-	-	5.359	5.359
Outros passivos	-	-	5.128	5.128
Total do passivo não circulante	1.002.477	-	1.761.695	(13.571)
Total do passivo	1.055.530	-	2.536.383	(149.202)
Patrimônio líquido				
Capital social	1.553.156	1.553.156	1.553.156	1.553.156
Reserva de capital	-	-	-	-
Transações de capital	280.612	280.612	280.612	280.612
Pagamentos baseado em ações	34.564	-	34.564	-
Prejuízos acumulados	(a)/(c)	(112.176)	25.775	(86.401)
Total do patrimônio líquido atribuível a controladora	1.756.156	25.775	1.756.156	25.775
Participação de não controladores	-	-	6.794	-
Total do patrimônio líquido	1.756.156	25.775	1.762.950	25.775
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.811.686	25.775	4.299.333	(123.427)
Balanço Patrimonial – 2022				
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	219.344	219.344	435.030	435.030
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	332.305	-
Contas a receber	(a)	-	314.971	(92.965)
Ativos de contratos de seguro	(a)	-	-	2.475
Estoques	-	-	62.922	62.922
Tributos a recuperar	-	-	86.624	86.624
Adiantamentos a fornecedores	-	-	28.591	28.591
Partes relacionadas	(a)	4.547	-	-
Despesas antecipadas	-	230	45.890	(42.046)
Outros ativos	-	8	9.027	9.027
Total do ativo circulante	224.129	-	1.315.360	(132.536)
Não circulante				
Ativos de contratos de seguro	-	-	-	7.812
Garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório	11.518	11.518	179.596	179.596
Despesas antecipadas	(a)	-	54.052	(54.052)
Partes relacionadas	-	-	66.982	66.982
Ativos fiscais diferidos	31.543	31.543	251.803	251.803
Tributos a recuperar	10.166	10.166	10.238	10.238
Depósitos judiciais	-	-	81.429	81.429
Outros ativos	-	-	11.330	11.330
Investimentos	(b)	2.425.435	41.054	2.466.489
Imobilizado	-	1.747	-	677.127
Intangível	-	22.923	-	1.613.390
Total do ativo não circulante	2.503.332	41.054	2.945.947	(46.240)
Total do ativo	2.727.461	41.054	4.261.307	(178.776)
Balanço Patrimonial – 2022				
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	-	1.095	-	117.883
Passivo de arrendamento	-	-	-	23.768
Provisões técnicas (ANS)	(a)	-	336.431	(333.552)
Passivos de contratos de seguro	(a)	-	-	114.962
Empréstimos e financiamentos	-	54.761	-	104.449
Dividendos a pagar	-	-	2.893	2.893
Obrigações sociais e trabalhistas	-	33.756	-	144.088
Obrigações tributárias	-	188	-	156.494
Contas a pagar – aquisição de empresas	-	-	44.603	44.603
Parcelamentos de tributos	-	-	10.184	10.184
Outros passivos	(a)	4.730	-	20.988
Total do passivo circulante	94.530	-	961.781	(230.301)
Não circulante				
Passivos de contratos de seguro	(a)	-	-	7.070

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de Publicações Legais no site do www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

	Consolidado					2023					
	Taxa média anual de amortização	2022	Adição	Baixas	Amortização	Transferência	2023	Passivos para cobertura remanescente (LRC)		Passivo para sinistros ocorridos (LIC)	
Marca sem vida útil definida		10.350	-	-	(323)	(3.362)	6.665	Excluindo o componente de perda		Estimativa do VP dos Fluxos de Caixa ao Risco	
Marca com vida útil definida	5%	22.523	-	-	(1.172)	3.362	24.713	Ajuste		Total	
Carteira de clientes	11%	257.935	371	-	(32.432)	-	225.874	do VP dos Fluxos de Caixa ao Risco			
Software e outros	10%	88.710	27.028	(2.220)	(15.572)	-	97.946				
Total		379.518	27.399	(2.220)	(49.499)	-	355.198				
Agio por rentabilidade futura		1.233.872	-	-	-	-	1.233.872				
Total		1.613.390	27.399	(2.220)	(49.499)	-	1.589.070				

	Consolidado					2022					
	Taxa média anual de amortização	2021	Adição (b)	Impairment (c)	Amortização	Transferência	2022	Passivos para cobertura remanescente (LRC)		Passivo para sinistros ocorridos (LIC)	
Marca sem vida útil definida		10.385	-	-	(35)	(35)	10.350	Excluindo o componente de perda		Estimativa do VP dos Fluxos de Caixa ao Risco	
Marca com vida útil definida	5%	23.914	-	-	(1.529)	138	22.523	Ajuste		Total	
Carteira de clientes	11%	280.061	10.264	(341)	(30.810)	(1.239)	257.935	do VP dos Fluxos de Caixa ao Risco			
Software e outros	10%	53.130	43.291	(880)	(6.729)	(102)	88.710				
Total		367.490	53.555	(1.221)	(39.068)	(1.238)	379.518				
Agio por rentabilidade futura		1.242.577	21.175	(31.118)	-	1.238	1.233.872				
Total		1.610.067	74.730	(32.339)	(39.068)	-	1.613.390				

(b) Adição decorrente dos ajustes nos valores provisórios contabilizados na aquisição em especial das empresas HCA e Grupo São Bernardo. Conforme disposto no CPC 15 – Combinação de Negócios, durante o período de mensuração, o adquirente deve reconhecer os ajustes nos valores provisórios da combinação de negócios e ajustá-los quando necessário. (c) Baixa do valor contábil das UGCs Hospital das Clínicas de Alagoinha S.A. e Hospital Marechal Cândido Rondon S.A. ao seu valor recuperável através do reconhecimento de uma perda por impairment em contrapartida ao ágio nos montantes de R\$ 25.331 e R\$ 5.256, respectivamente. Para maiores detalhes vide nota 14.1 – Teste de redução ao valor recuperável. 12.1. Teste de redução ao valor recuperável – impairment: O ágio é submetido anualmente, ou sempre que apresentar indícios, à teste de redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023, o valor recuperável foi superior aos seus valores contábeis e não foi identificada necessidade de redução dos seus valores contábeis. O teste de impairment foi realizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos/IAS 36 e os valores de ágio foram alocados por Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), assim como os ativos intangíveis com vida útil indefinida. O Grupo determina o valor recuperável de uma UGC com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio e outros ativos de vida útil indefinida foram alocados para as unidades geradoras de caixa (UGC) do Grupo (divisões operacionais) como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Grupo CMM	71.426	71.426
CSSB	123.927	123.927
Humana Saúde Sul	61.076	61.076
HBSM	63.678	63.678
HCA	85.732	85.732
HCN	222.582	222.582
HMCR – Operadora	15.768	15.768
São Pedro	7.044	7.044
Humana	31.557	31.557
Med Imagem	20.255	20.255
Medplan	14.532	14.532
Plena	4.195	4.195
Samp	150.448	150.448
Santa Maria	18.943	18.943
SBAH	54.388	54.388
Humana Saúde Sul	55.142	55.142
UNIHOSSP	215.848	215.848
VAH	17.331	17.331
Total	1.233.872	1.233.872

O Grupo realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e considerou, entre outros fatores, as seguintes premissas relevantes:

WACC	2023	2022
Hospitais	13,6%	15,13%
Planos	15,4%	17,97%

A média das seguintes premissas macro foram utilizadas para o período de abrangência dos cálculos:

	2023	2022
IPCA	4,87%	5,8%
PIB	2,93%	3,1%
SELIC	11,69%	13,8%
Custo médio da dívida	13,8%	16,8%

As premissas utilizadas no cálculo contemplam indicadores macroeconômicos que são obtidos com base em índices publicados, além de considerar riscos no mercado atual e riscos individuais do negócio, crescimento orgânico e verticalização da Companhia. As estimativas de resultado levam em consideração a experiência passada, ajustado principalmente pelos seguintes fatores: • Crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento históricos e o plano de negócios atualizado do Grupo; • Presume-se que o preço dos serviços aumente em linha com a inflação prevista para os próximos anos; • As premissas de custos e despesas operacionais seguiram a linha das utilizadas para receita de modo que venham a refletir os comportamentos históricos, efeitos do plano de negócios do Grupo para os próximos anos, assim como condições mercadológicas; • As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. Para um período acima de cinco anos, é usada uma taxa que baliza um cenário de crescimento conservador em níveis da inflação, que foi estimada para os períodos subsequentes, e esta taxa é de 3,5% a.a. A Administração da Companhia acredita que essa taxa de crescimento é justificada com base no planejamento estratégico do Grupo para os próximos anos e de projeções de mercado. Em 2002 a perda por impairment das UGCs Hospital das Clínicas de Alagoinha S.A. e Hospital Marechal Cândido Rondon S.A. decorre, substancialmente, da ociosidade operacional dos hospitais. O teste de impairment realizado em 2022 indicou perda no nível dos ativos da UGC Hospital Marechal Cândido Rondon S.A. (ativo imobilizado), no valor de R\$ 4.136, em mais valia no valor de R\$ 875 e no ágio no valor de R\$ 5.256. A UGC Hospital das Clínicas de Alagoinha S.A. sofreu perda por impairment no ágio no montante de R\$ 25.331. Não foram identificados indicadores de perda por impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

13. Contratos de seguro

	Consolidado – 2023			Consolidado – 2022		
	PAA	BBA	Total	PAA	BBA	Total
Passivo de contratos de seguro	(66.822)	-	(66.822)	(113.189)	(8.843)	(122.032)
Ativo do contrato de seguro	2.811	48.369	51.180	515	9.772	10.287

(a) Movimentação dos contratos de seguros – PAA

	Passivos para cobertura remanescente (LRC)		Passivo para sinistros ocorridos (LIC)		Total
	Excluindo o componente de perda	Estimativa do VP dos Fluxos de Caixa	Ajuste ao Risco	Total	
Ativos de contrato de seguro	515	-	-	515	
Passivos de contrato de seguro	99.323	(210.178)	(2.334)	(113.189)	
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 01/01/2023	99.838	(210.178)	(2.334)	(112.674)	
Receita de seguro	1.754.155	-	-	1.754.155	
Contratos mensurados pela abordagem retrospectiva modificada	1.754.155	-	-	1.754.155	
Despesas de serviço de seguro	(38.285)	(1.427.883)	2.372	(1.463.796)	
Sinistros incorridos e outras despesas	-	(1.427.883)	2.372	(1.425.511)	
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(38.285)	-	-	(38.285)	
Resultado do serviço de seguro	1.715.870	(1.427.883)	2.372	290.359	
Resultado financeiro de seguros	-	(13.477)	(38)	(13.515)	
Mudanças totais na demonstração de resultado	1.715.870	(1.441.360)	2.334	276.844	
Prêmios recebidos	(1.706.368)	-	-	(1.706.368)	
Sinistros e outras despesas pagas	-	1.425.199	-	1.425.199	
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	52.988	-	-	52.988	
Total de Fluxos de caixa	(1.653.380)	1.425.199	-	(228.181)	
Contrato de seguro líquido ativo/passivo em 31/12/2023	162.328	(226.339)	-	(64.010)	
Ativos de contrato de seguro	2.855	(44)	-	2.811	
Passivos de contrato de seguro	159.473	(226.295)	-	(66.822)	
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 31/12/2023	162.328	(226.339)	-	(64.011)	

(c) Realização da margem de cobertura – CSM

	Consolidado					
	Até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
Seguro Direto	76.081	59.990	47.432	37.607	29.899	124.751
Total	76.081	59.990	47.432	37.607	29.899	124.751

(d) Rentabilidade dos Contratos de Seguros

	Consolidado					
	Até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
Seguro Direto	119.978	95.168	75.617	60.187	47.992	199.318
Total	119.978	95.168	75.617	60.187	47.992	199.318

(c) Realização da margem de cobertura – CSM

	Contratos Emitidos		Contratos Emitidos		Total
	Não onerosos	Onerosos	Não onerosos	Onerosos	
Estimativa do valor presente das saídas de fluxos de caixa futuros, excluindo custos de aquisição	(388.247)	(23.870)	(412.117)	(337.143)	(72.389)
Estimativa das saídas de fluxos de caixa de custos de aquisição	(29.291)	(2.764)	(32.055)	(37.351)	(13.944)
Estimativas das futuras saídas de fluxos de caixa a valor presente	(417.538)	(26.634)	(444.172)	(374.494)	(86.333)
Estimativa do valor presente das entradas de fluxos de caixa futuros	475.395	26.864	502.259	461.609	81.484
Ajuste de Risco	(10.182)	(587)	(10.769)	(6.484)	(1.491)
CSM	(47.675)	-	(47.675)	(80.631)	(80.631)
Perdas em contratos onerosos no reconhecimento inicial	-	(357)	(357)	-	(6.340)



14. Empréstimos e financiamentos – Os empréstimos e financiamentos foram obtidos, basicamente, para aquisição de ativo imobilizado e para capital de giro e são compostos como segue:		Controladora		Consolidado		
Contrato/Modalidade	Custo da dívida (% a.a.)	Vencimento	2023	2022	2023	2022
Debêntures	CDI + 2,3%	2026 – 2027	1.072.325	1.074.378	1.072.325	1.074.378
Cédula de Crédito Bancário – 4131	CDI + 1,6%	2025	–	–	58.906	106.257
Leasing – Investimentos	6,1% a 15,4%	2022 – 2026	–	–	583	925
Contrato de Empréstimo – General Electric Healthcare Financial Services	Variação cambial + Libor + 5,5% a 6,3%	2022 – 2024	–	–	30	412
			1.072.325	1.074.378	1.131.844	1.181.972
Circulante			324.916	54.761	372.765	104.449
Não circulante			747.409	1.019.617	759.079	1.077.523
A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:						
			Controladora		Consolidado	
Saldo final em 31 de dezembro de 2021			1.024.665	1.193.054		
Adição			300.000	300.000		
Juros incorridos e apropriação de custos			145.199	162.481		
Amortizações			(275.000)	(334.904)		
Juros pagos			(120.223)	(138.298)		
Variação cambial			–	(98)		
Custo de emissão			(3.035)	(3.035)		
Amortização de custo de transação			2.772	2.772		
Saldo final em 31 de dezembro de 2022			1.074.378	1.181.972		
Adição			–	306		
Juros incorridos			153.497	164.541		
Amortizações			–	(48.778)		
Juros pagos			(158.555)	(169.091)		
Variação cambial			–	(110)		
Amortização do custo de transação			3.005	3.004		
Saldo final em 31 de dezembro de 2023			1.072.325	1.131.844		
Os vencimentos das parcelas classificadas no não circulante em 2023 são os seguintes:						
Ano de vencimento			Controladora		Consolidado	
2025			339.863	351.547		
2026			340.917	340.923		
2027			66.629	66.609		
Total			747.409	759.079		
14.1. Garantias e obrigações restritivas (“covenants”): Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia são garantidos por: (i) aval e (ii) alienação fiduciária de bens financiados. A Companhia se obriga ainda, como <i>covenant</i> referente à operação de debêntures (incluindo nova emissão de debêntures conforme (Nota 15.2) e demais operações de crédito, de forma consolidada, a manter nível de alavancagem financeira, monitorado anualmente através da razão entre dívida financeira líquida e EBITDA, menor ou igual a 3,5x. Adicionalmente, os contratos possuem cláusulas e obrigações restritivas relacionadas a hipóteses de vencimento antecipado das dívidas, como por exemplo adimplemento de obrigações pecuniárias e não pecuniárias, protesto de títulos, transferência do controle acionário. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia encontra-se adimplente com os <i>covenants</i> . 14.2. Emissão de debêntures: Em 12 de agosto de 2021, a Athena Brasil realizou sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor total de R\$1.000.000. As debêntures são remuneradas a CDI + 2,31% ao ano, tem vencimento final em cinco anos contados da data de emissão, com amortização em três parcelas anuais e consecutivas a partir do 3º ano, e são afiançadas por determinas controladas da Companhia. Os recursos líquidos obtidos estão sendo utilizados para financiamento do plano de fusões e aquisições da Athena Brasil, com transações de M&A que visam reforçar o posicionamento estratégico da Companhia fortalecendo sua presença nos mercados em que já atua bem como expandindo sua presença no território nacional. A liberação dos recursos, com a integralização das debêntures, ocorreu em 20 de agosto de 2021. As condições contratuais restritivas (“covenants”) estão explicadas na Nota 15.1 acima. 14.2.1. 1ª Emissão de debêntures da Athena Brasil – Aquisição Facultativa: Em 14 de março de 2022, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia a aquisição facultativa de 275.000 debêntures objeto da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia (“Aquisição Facultativa”). A aquisição facultativa foi realizada no mercado secundário, pelo saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures, e as debêntures adquiridas foram canceladas pela Companhia. A aquisição facultativa foi concluída em 21 de março de 2022. 14.2.2. 2ª Emissão de Debêntures da Athena Brasil: Em 18 de março de 2022, a Athena Brasil realizou sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor total de R\$300 milhões. As debêntures da primeira série, no valor de R\$200 milhões, são remuneradas a CDI + 2,00% ao ano, tem vencimento final em março de 2027, com amortização em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir de março de 2025. As debêntures da segunda série, no valor de R\$100 milhões, são remuneradas a CDI + 2,0% ao ano, tem vencimento final em agosto de 2026, com amortização em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir de agosto de 2024. Os recursos líquidos obtidos serão utilizados para negócios de gestão ordinária da Companhia e/ou de suas controladas, como reforço de capital de giro, de caixa e repêrimento da dívida. A liberação dos recursos, com a integralização das debêntures, ocorreu em 28 de março de 2022. As condições contratuais restritivas (“covenants”) estão explicadas na Nota 15.1 acima.						
15. Obrigações sociais e trabalhistas						
			Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
Salários e gratificações a pagar			–	–	25.044	21.028
INSS e FGTS a recolher			–	–	16.905	32.297
Provisão sobre férias e encargos			–	–	39.728	43.543
Provisão para gratificações			–	–	14.895	2.295
Provisão para pagamento baseado em ações			15.555	33.756	15.555	33.756
Outras obrigações trabalhistas			–	–	28.144	11.169
Total			15.555	33.756	140.271	144.088
16. Obrigações tributárias						
			Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS a recolher			93	136	16.756	23.208
ISS a recolher			–	–	63.115	77.511
IRPJ e CSLL a recolher			–	–	27.398	41.938
IRRF a recolher			6	1	4.220	6.473
INSS a recolher			–	–	2.782	4.755
Outros impostos a recolher			17	51	10.319	8.753
Total			116	188	124.590	162.638
Circulante			116	188	117.696	156.494
Não circulante			–	–	6.894	6.144
17. Parcelamento de tributos – Entre os anos de 2011 e 2013, mediante Leis nº 11.941 e nº 12.966, e em 2017, mediante Lei nº 13.496, as investidas da Companhia realizaram parcelamentos de dívidas tributárias. Foram realizados parcelamentos de dívidas de PIS, COFINS, IPI e INSS. O saldo em aberto no consolidado é como segue:						
			Consolidado			
			2023	2022		
Secretaria da Receita Federal – SRF			28.801	32.368		
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN			10.814	10.992		
Instituto Nacional de Seguro Social – INSS			12.341	12.531		
Parcelamento Municipal – ISS			4.013	5.149		
Total			55.969	61.040		
Circulante			9.918	10.184		
Não circulante			46.051	50.856		
A movimentação dos parcelamentos de impostos no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:						
			Consolidado			
			2023	2022		
Saldo final em 31 de dezembro de 2021			60.030	61.040		
Adição			–	5.237		
Juros incorridos			–	4.490		
Amortização de principal			–	(4.208)		
Juros pagos			–	(4.509)		
Saldo final em 31 de dezembro de 2022			61.040	61.040		
Adição			–	1.173		
Juros incorridos			–	4.701		
Amortização de principal			–	(6.244)		
Juros pagos			–	(4.701)		
Saldo final em 31 de dezembro de 2023			55.969	55.969		
Os vencimentos das parcelas classificadas no não circulante são os seguintes em 31 de dezembro de 2023:						
Ano de vencimento			Consolidado			
2025			10.490	10.490		
2026			8.356	8.356		
2027			8.157	8.157		
2028			6.732	6.732		
2029 em diante			12.316	12.316		
Total			46.051	46.051		
18. Contas a pagar – aquisição de empresas						
			Consolidado			
			2023	2022		
Aquisição de parcela minoritária GMI – valor depositado			21	1.321		
Aquisição Grupo CMM			18.303	19.051		
Aquisição SAMP e SAMES			–	7.420		
Aquisição UNIHOSP			11.724	9.247		
Aquisição UTIN			336	876		
Aquisição – Humana Sul			5.461	4.555		
Aquisição Hospital de Alagoinhas			19.670	22.691		
Aquisição Grupo São Bernardo			69.590	84.196		
Aquisição Hospital e Maternidade São Marcos			274	5.396		
Aquisição Gestão e Transformação			–	477		
Total de parcela retida (Sellers Finance)			125.379	155.230		
Passivo circulante			31.639	44.603		
Passivo não circulante			93.740	110.627		
Total			125.379	155.230		
A movimentação das contas a pagar por aquisição de empresas é como segue:						
			Consolidado			
			2023	2022		
Saldo em 31 de dezembro de 2020			206.585	206.585		
Ajuste de preço de aquisições			7.470	7.470		
Adição			–	477		
Pagamentos efetuados			–	(32.429)		
Liquidação com troca de ações			–	(8.631)		
Compensação entre GRC e contas a pagar – aquisição de empresas (Nota 8)			–	(39.781)		

Athena Saúde Brasil S.A.

Ajuste a valor presente	887
Atualização monetária	20.652
Saldo em 31 de dezembro de 2022	155.230
Adição	2.159
Pagamentos efetuados	(24.716)
Compensação entre GRC e contas a pagar – aquisição de empresas (Nota 8)	(27.651)
Ajuste a valor presente	115
Atualização monetária	20.242
Saldo em 31 de dezembro de 2023	125.379

Valor retido para eventuais contingências, conforme acordado entre as partes.

19. Partes relacionadas

Empresa	Controladora 2022			Controladora 2021		
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Athena Healthcare Holding S.A. (c)	–	4.547	–	–	–	–

2023

Empresa	2023			2022		
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
A & R C Serviços Médicos Sc Ltda. (a)	–	–	–	–	–	–
Biomax Comercio Importação E Representações De Produtos Médico Hospitalares Ltda. (a)	–	–	–	–	–	–
Cirurgia Geral do VAH SC Ltda. (a)	–	4	1	–	17	4
Clínica Médica Dr. Johnni Oswaldo Zamponi (a)	–	–	–	–	–	–
Clínica Cavalieri SS Ltda. (b)	–	20	–	–	–	–
Gama 2 Consultoria e Assessoria em Gestão Empresarial Ltda. (a)	–	–	–	–	–	–
Gana Atividades Médicas de Alagoi-nhas Ltda. (a)	–	191	–	–	11	–
Genesis Serviços Administrativos Ltda. (a)	–	–	–	–	–	–
HC Cardio (a)	–	25	136	–	15	91
HC Invest (a)	–	6.147	–	–	514	5.780
Hiran Alencar Mora Castilho Idris Lopes Saldanha (a)	–	–	–	–	–	–
Life Guard Participações (a)	–	–	–	–	–	–
Luiz Henrique Camarão Bacelar M & M Azi Sociedade Simples – ME (a)	–	–	–	–	–	–
M S Moura Barreto (a)	–	–	–	–	–	–
Mauro Roberto dos Reis Azi Medeiros & Gurgel SS (a)	–	–	–	–	–	–
Medicina Hiperbarica Vitoria S/S Ltda (a)	–	17	102	–	12	–
Mega Consultoria Eireli MM Participações S/A (a)	–	5.849	49	–	5	491
Multivida Farmácias Ltda. (a)	–	94	23	–	189	136
Oncoclinicas São Marcos P Girio Matos Eireli (a)	–	3.714	–	–	–	–
Pontocom News Comunicação e Produ-ções Ltda (a)	–	–	–	–	–	–
Profile Serviços Médicos Solservice Soluções em Saúde S S Ltda. (a)	–	28	–	–	–	–
TME Participações Ltda. (a)	–	621	–	–	55	–
Mocoembru Empreendimentos e Participações Ltda. (a)	–	825	–	–	75	–
HSM Empreendimento e Participa-ções Ltda. (a)	–	1.801	–	–	150	–
8S Holding Ltda. (a)	–	666	–	–	169	–

2022

Empresa	2022			2021		
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
A & R C Serviços Médicos Sc Ltda. (a)	–	–	–	–	–	–
Biomax Comercio Importação E Representações De Produtos Médico Hospitalares Ltda. (a)	–	–	–	–	–	–
Cirurgia Geral do VAH SC Ltda. (a)	–	–	–	–	–	–
Clínica Médica Dr. Johnni Oswaldo Zamponi (a)	–	–	–	–	–	–
Clínica Cavalieri SS Ltda. (b)	–	–	–	–	–	–
Gama 2 Consultoria e Assessoria em Gestão Empresarial Ltda. (a)	–	–	–	–	–	–
Gana Atividades Médicas de Alagoi-nhas Ltda. (a)	–	–	–	–	–	–
Genesis Serviços Administrativos Ltda. (a)	–	–	–	–	–	–
HC Cardio (a)	–	25	136	–	15	91
HC Invest (a)	–	6.147	–	–	514	5.780
Hiran Alencar Mora Castilho Idris Lopes Saldanha (a)	–	–	–	–	–	–
Life Guard Participações (a)	–	–	–	–	–	–
Luiz Henrique Camarão Bacelar M & M Azi Sociedade Simples – ME (a)	–	–	–	–	–	–
M S Moura Barreto (a)	–	–	–	–	–	–
Mauro Roberto dos Reis Azi Medeiros & Gurgel SS (a)	–	–	–	–	–	–
Medicina Hiperbarica Vitoria S/S Ltda (a)	–	17	102	–	12	–
Mega Consultoria Eireli MM Participações S/A (a)	–	5.849	49	–	5	491
Multivida Farmácias Ltda. (a)	–	94	23	–	189	136
Oncoclinicas São Marcos P Girio Matos Eireli (a						

... continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

21. Patrimônio líquido – 21.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social é composto por ações, ordinárias, sem valor nominal distribuídas entre sócios da seguinte forma:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações – ordinárias	Valor integralizado	Quantidade de ações – Preferenciais	Valor Integralizado
Fundo V	370.758.260	88,12%	1.438.745	1.438.745
Hiran Alencar Moura Castilho	29.341.020	6,97%	53.187	53.187
Ações em tesouraria	1.053.350	0,25%	-	-
Outros	19.605.451	4,66%	67.865	67.865
Alcantil Empreendimentos	-	-	95.371.457	100,00%
Total	420.758.081	100,00%	1.559.797	1.559.797

Em 19 de janeiro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a incorporação da MR Reis Unipessoal Ltda. pela Companhia nos termos e condições do Protocolo e Justificação, com aumento de capital na Companhia de R\$8.641 e emissão de 373.324 novas ações ordinárias decorrentes da incorporação. A MR era detentora de 6,25% de participação no Hospital das Clínicas de Alagoinhas (vide nota 1.1). **21.2 Reserva de capital:** Conforme descrito na nota 1.1, em 15 de dezembro de 2023 ocorreu a destinação do preço de emissão de novas ações à conta de reserva de capital da Companhia no montante de R\$ 364.799. **21.3 Transações de capital:** Conforme descrito na nota 1.1, durante o exercício de 2023, em decorrência das transações de trocas de ações, as transações de capital totalizaram R\$5.045.

	2023		2022	
	Básico	Diluído	Básico	Diluído
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(16.168)	(16.168)	(158.529)	(158.529)
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	413.502	413.502	413.502	413.462
Resultado por ação básico e diluído (em R\$)	(0,0391)	(0,0391)	(0,3834)	(0,3834)

Em razão dos prejuízos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os instrumentos emitidos possuem efeito não dilutivo, e, portanto, não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação.

22. Receita líquida de serviços prestados

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Outras operações de plano de assistência à saúde	10.943	17.746	10.943	17.746
Prestação de serviços médico-hospitalar	814.575	760.379	814.575	760.379
Outras prestações de serviços	4.352	4.072	4.352	4.072
(-) Glosas sobre serviços médico-hospitalar	(9.476)	(13.988)	(9.476)	(13.988)
Receitas de serviços prestados	820.394	768.209	820.394	768.209
(-) Impostos sobre receita (a)	(138.691)	(120.955)	(138.691)	(120.955)
Total	681.703	647.254	681.703	647.254

(a) Os impostos são PIS no percentual de 0,65%, COFINS com percentuais que variam de 3% a 4% e ISS com percentuais que variam de 2% a 3%.

23. Receita de seguro

(a) Receitas referentes a contratos BBA

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Reconhecimento CSM	96.294	138.384	96.294	138.384
Liberação de ajuste ao risco	15.621	11.654	15.621	11.654
Sinistros esperados	519.849	472.325	519.849	472.325
Despesas esperadas	109.742	114.813	109.742	114.813
Recuperação de custo de aquisição	19.060	18.947	19.060	18.947
Subtotal de receita de seguro BBA	760.566	756.123	760.566	756.123

(b) Receitas referentes a contratos PAA

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Reconhecimento de prêmios	1.754.155	1.577.861	1.754.155	1.577.861
Subtotal de receita de seguro PAA	1.754.155	1.577.861	1.754.155	1.577.861
Total de receita de seguro	2.514.721	2.333.984	2.514.721	2.333.984

24. Custos e despesas de serviços prestados – Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras (IAS 1), a seguir está apresentado o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Eventos conhecidos ou avisados	-	-	(110.763)	(201.553)
Salários e benefícios a empregados	(34)	(1)	(449.434)	(462.085)
Materiais e medicamentos	-	-	(7.855)	(8.469)
Honorários médicos	-	-	(13.364)	(13.702)
Utilidades	(280)	(299)	(50.302)	(46.383)
Provisões e provisão para perda esperada de crédito	-	-	(23.127)	(21.890)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	3.380	74
Despesas com viagens e hospedagens	(13)	(235)	(6.354)	(6.058)
Aluguel e condomínio	-	-	(7.483)	(10.940)
Depreciação e amortizações	(2.080)	(2.291)	(109.589)	(91.474)
Consultorias e assistências	(5.560)	(10.260)	(21.581)	(68.055)
Manutenção	-	-	(48.831)	(47.278)
Taxas e tributos	(131)	(143)	(8.515)	(16.094)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	-	-	-	(176)
Outras despesas	(329)	(17)	(22.537)	(18.953)
Outras receitas	900	531	19.206	21.087
Garantia de reembolso de contingências	(3.569)	(667)	20.574	27.050
Despesa por pagamento baseado em ações (a)	5.161	(45.776)	5.161	(45.776)
Perda por recuperabilidade de ativos	-	-	-	(31.463)
Total	(5.936)	(60.679)	(831.414)	(1.042.138)

Classificados como:
Custo dos serviços prestados - (441.451) (577.213)
Despesas comerciais (169) (364) (13.943) (32.656)
Gerais e administrativas (2.910) (58.517) (420.492) (448.719)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (2.857) (1.798) 44.472 16.450
Total (5.936) (60.679) (831.414) (1.042.138)

(a) Despesa decorrente da mudança na data para oferta inicial de ações da Companhia (IPO), condição de vesting, após a desistência.

25. Despesas de seguro – (a) Despesas referentes a contratos BBA

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Sinistros incorridos e outras despesas	(701.211)	(600.425)	(701.211)	(600.425)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(19.060)	(18.947)	(19.060)	(18.947)
Perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas	(23.666)	(10.186)	(23.666)	(10.186)
Subtotal de despesa de seguro BBA	(743.937)	(629.558)	(743.937)	(629.558)

(b) Despesas referentes a contratos PAA

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Sinistros incorridos e outras despesas	(1.425.511)	(1.242.982)	(1.425.511)	(1.242.982)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(38.285)	(41.227)	(38.285)	(41.227)
Subtotal de despesa de seguro PAA	(1.463.796)	1.284.209	(1.463.796)	1.284.209
Total de despesa de seguro	(2.207.733)	(1.913.767)	(2.207.733)	(1.913.767)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras:				
Descontos de fornecedores	16	-	4.858	3.942
Juros ativos	-	-	5.059	5.763
Variação cambial	-	-	25	3.318
Rendimentos de aplicações financeiras	8.180	40.062	12.574	46.463
Rendimentos de aplicações financeiras ANS	-	-	38.901	32.569
Variação monetária	-	-	6.672	9.413
Receitas por recebimentos em atraso	-	-	13.233	11.319
Receitas de contratos de seguro	-	-	37.950	6.007
Outras receitas financeiras	-	-	6.544	6.720
Total	8.196	40.062	125.816	125.514
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	(156.502)	(147.971)	(167.545)	(164.759)
Juros sobre arrendamento	-	-	(27.879)	(25.671)
Juros sobre parcelamento de impostos	-	-	(4.701)	(4.490)
Juros/AVP sobre aquisição de empresas	-	-	(20.358)	(21.452)
Variação cambial	-	-	(2)	(4.965)
Juros e variação monetária	-	-	(9.348)	(14.533)
Descontos concedidos	-	-	(12.673)	(8.511)
Multas e tarifas bancárias	-	-	(4.701)	(5.318)
Despesas com contratos de seguro	-	-	-	(64.449)
Outras despesas financeiras	(379)	(616)	(5.480)	(8.403)
Total	(156.881)	(148.587)	(252.687)	(322.551)
Resultado financeiro, líquido	(148.685)	(108.525)	(126.871)	(197.037)

27. Imposto de renda e contribuição social – A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 se encontra disposta abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Impostos correntes				
Imposto de renda	-	-	(27.794)	(43.685)
Contribuição social	-	-	(10.213)	(15.706)
	-	-	(38.007)	(59.391)

Impostos diferidos

	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda	54	12.037	(8.380)	54.425
Contribuição social	19	4.326	(2.794)	18.141
	73	16.363	(11.174)	72.566

Imposto de renda e contribuição social no resultado

	2023	2022	2023	2022
	73	16.363	(49.181)	13.175

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social contábeis e o montante determinado pela alíquota nominal conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.092)	(176.406)	33.013	(171.704)
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	5.811	59.978	(11.224)	58.379
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva	46.760	(2.449)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	46.760	(2.449)	-	-
Receitas não tributáveis (despesas indedutíveis)	423	21.731	(15.400)	125.061
Dedução de benefícios programa alimentação trabalhador	-	-	371	(339)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	48	(8.246)
Efeito dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal não constituídos (a)	(52.921)	(62.897)	(16.407)	(161.702)
Outros	-	-	(6.929)	21
Imposto de renda e contribuição social no resultado	73	16.363	(49.181)	13.174

(a) Valor corresponde a apuração dos prejuízos fiscais e base negativa do exercício nas Holdings, para os quais não são constituídos impostos diferidos. O prejuízo fiscal acumulado possui compensação limitada a 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal e não possui data de vencimento. A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social tenham as seguintes realizações:

	2024	2025	2026	2027	2028 – 2033	Total
	17.195	23.369	32.845	46.426	27.818	147.653

Para as demais diferenças temporárias a Administração estima a realização a realização entre 1 e 5 anos. **Imposto diferido sobre prejuízos fiscais não contabilizados:** Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui R\$ 116.705 de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais não contabilizados (R\$89.643 em 2022). **27.3 Impostos diferidos consolidados:** O prejuízo fiscal acumulado possui compensação limitada a 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal e não possui data de vencimento. A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e as demais diferenças temporárias sejam realizadas em um ou cinco anos. A movimentação dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, calculadas de acordo com a alíquota nominal de 34% está composta conforme segue:

	2022		2023	
	2022	2023	2022	2023
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição	114.115	33.538	114.115	33.538
Provisão para perda esperada de crédito	46.482	8.799	46.482	8.799
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	30.375	2.916	30.375	2.916
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	(13.136)	(44.871)	(13.136)	(44.871)
Amortização da mais-valia sobre combinações de negócios	30.898	16.210	30.898	16.210
Efeitos sobre arrendamento mercantil	(8.471)	16.659	(8.471)	16.659
Provisão para eventos ocorridos e não avisados – SUS	(430)	1.466	(430)	1.466
Ajuste de taxa de amortização e depreciação fiscal	17.677	(23.535)	17.677	(23.535)
Pagamento baseado em ações	30.628	(1.755)	30.628	(1.755)
Outros	3.665	6.629	3.665	6.629
Total do ativo fiscal diferido	251.803	18.056	251.803	18.056
Passivo				
Custo atribuído – ativo imobilizado	(16.491)	65	(16.491)	65
Outros	(11)	(559)	(11)	(559)
Efeito CPC 50/IFRS 17	(21.150)	(28.736)	(21.150)	(28.736)
Total do passivo fiscal diferido	(37.652)	(29.230)	(37.652)	(29.230)
Efeito líquido	214.151	(11.174)	214.151	(11.174)

Adições (baixas) que afetaram resultado

	2022	2023
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição	114.115	33.538
Provisão para perda esperada de crédito	46.482	8.799
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	30.375	2.916
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	(13.136)	(44.871)
Amortização da mais-valia sobre combinações de negócios	30.898	16.210
Efeitos sobre arrendamento mercantil	(8.471)	16.659
Provisão para eventos ocorridos e não avisados – SUS	(430)	1.466
Ajuste de taxa de amortização e depreciação fiscal	17.677	(23.535)
Pagamento baseado em ações	30.628	(1.755)
Outros	3.665	6.629
Total do ativo fiscal diferido	251.803	18.056

Adições (baixas) que afetaram patrimônio

	2022	2023
Custo atribuído – ativo imobilizado	(16.491)	65
Outros	(11)	(559)
Efeito CPC 50/IFRS 17	(21.150)	(28.736)
Total do passivo fiscal diferido	(37.652)	(29.230)
Efeito líquido	214.151	(11.174)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado – taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, assim como monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. A Diretoria reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discutir sobre os riscos e as exposições. **28.1 Gestão do risco de capital:** O Grupo administra seu capital para assegurar que a Companhia e suas controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral do Grupo não sofreu alteração. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido deduzido pelo caixa e saldos bancários e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participação de não controladores. A Administração revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. **28.2 Gestão do risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e/ou suas controladas a incorrerem em perdas financeiras. A Companhia e suas controladas adotaram a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Por meio de controles internos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra perdas esperadas de créditos consideradas prováveis. A exposição máxima do risco de crédito da Companhia e de suas controladas é representado pelos valores contábeis das contas a receber consolidados de R\$282.009 (R\$222.006 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia e suas controladas não detêm nenhuma garantia de crédito para cobrir seus riscos de créditos associados aos seus ativos financeiros. Visando minimizar o risco de crédito relacionado a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia e suas controladas concentram a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras de grande porte. **28.3 Gestão do risco de liquidez:** A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração do Grupo, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A seguir, posição dos passivos financeiros por vencimento: A seguir, posição dos passivos financeiros por vencimento:

|--|

... continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

Risco de seguro: O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde. No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada. Adicionalmente, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e o impacto direto nos contratos com os clientes. No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade. (i) Análise de sensibilidade: A tabela abaixo analisa como a CSM comporta no resultado que seria aumentado ou diminuído se as mudanças nas variáveis de risco de subscrição que eram razoavelmente possíveis na data de relatório tivessem ocorrido. Esta análise apresenta as sensibilidades antes e depois da mitigação de risco.

	2023		2023	
	Mudanças nas premissas	Resultado antes dos impostos	Resultado depois dos impostos	Resultado depois dos impostos
31 de dezembro de 2023				
Despesa Administrativa (aumento)	5,00%	(10.709)	(6.425)	
Sinistro (aumento)	5,00%	(10.458)	(6.275)	
Despesa Administrativa (diminuição)	5,00%	11.680	7.008	
Sinistro (diminuição)	5,00%	11.423	6.854	

(ii) Desenvolvimento de Sinistros: A Athena informa que o desenvolvimento de sinistros é normalmente resolvido dentro de um ano, fruto da sua estrutura de prestadores próprios (rede semi-verticalizada). Em que é de 84% dos sinistros são resolvidos em até 1 ano, 15% entre 1 e 2 anos e o restante acima de 2 anos.

28.4 Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros				
Circulante:				
Aplicações financeiras restritas	-	-	307.118	332.305
Contas a receber	-	-	282.009	222.006
Partes relacionadas	4.547	4.547	-	-
Não circulante:				
Contas a receber	-	-	3.786	-
Partes relacionadas	-	-	68.755	66.982
Passivos financeiros				
Circulante:				
Fornecedores	-	1.095	98.623	113.772
Arrendamentos	-	-	25.857	23.768
Empréstimos e financiamentos	324.916	54.761	372.765	104.449
Dividendos a pagar	-	-	3.698	2.893
Contas a pagar – Aquisição de empresas	-	-	31.639	44.603
Parcelamentos de impostos	-	-	9.918	10.184
Não circulante:				
Arrendamentos	-	-	229.093	224.827
Contas a pagar – Aquisição de empresas	-	-	93.740	110.627
Empréstimos e financiamentos	747.409	1.019.617	759.079	1.077.523
Parcelamentos de impostos	-	-	46.051	50.856

28.4 Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros				
Circulante:				
Aplicações financeiras	362.201	219.999	510.961	391.462

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Nível 1. Mercado Ativo: Preço-SE os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • Nível 3. Sem Mercado Ativo: “Inputs” para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. O Grupo não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não efetuou transferências entre níveis hierárquicos. **28.6 Gestão do risco de taxa de juros:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de taxa de juros, uma vez que elas possuem empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um “mix” apropriado de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas. Adicionalmente, devido à saúde financeira da Companhia, ela não possui histórico de aquisições de empréstimos que não seja via combinação de negócios (os quais não são renovados após a quitação dos saldos). Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI. O Grupo tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2023, a dívida bruta indexada ao CDI totalizava R\$1.131.231 (R\$1.180.635 em 31 de dezembro 2022). O Grupo considera o risco de variações da taxa CDI como fator de risco de mercado relevante. Em 31 de dezembro de 2023, o CDI foi de 11,65%, conforme obtido na B3. Para realização da análise de sensibilidade abaixo, consideramos valorização da ordem de 25% e 50% do CDI acumulado e deste modo, os efeitos no resultado poderiam ser assim observados:

Operação	Base de cálculo	Cenário I - Deterioração de 25%		Cenário II - Deterioração de 50%	
		2023	2022	2023	2022
Aplicações indexadas ao CDI	818.079	23.806	47.694	-	-
Empréstimos indexados ao CDI	(58.936)	(1.715)	(3.436)	-	-
Debêntures indexadas ao CDI	(1.072.325)	(31.205)	(62.517)	-	-
Resultado de Juros sobre o caixa líquido indexado em CDI		(9.114)	(18.359)		
Taxa anual do CDI em dezembro de 2023		11,65%	14,56%	17,48%	5,83%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários			2,91%		

29. Pagamento baseado em ações: O plano de pagamento baseado em ações foi originalmente outorgado considerando as ações da Athena Healthcare, em 31 de janeiro de 2020. Entretanto, como parte da reestruturação societária do Grupo, em 30 de setembro de 2020 a Companhia aprovou a migração do Plano com os mesmos termos e características aprovados na AGE originária da respectiva outorga. Tal modificação não trouxe impactos para os participantes no respectivo plano. Em 01 de outubro de 2020 foi realizada uma nova outorga pela Companhia, por meio de aprovação em assembleia realizada pelo Conselho de Administração

da Companhia. Novas outorgas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de junho de 2021 e 01 de novembro de 2021. O plano concede opções de compras de ações para os profissionais selecionados pelo Conselho de Administração, dentre os Administradores, Executivos, Empregados da Companhia e suas controladas. O plano foi dividido em 3 lotes: • Lote 1 (prazo de carência de 2, 3 e 4 anos em relação à data de outorga); • Lote 2 (prazo de carência de 3, 4 e 5 anos em relação à data de outorga); • Lote 3 (prazo de carência de 4, 5 e 6 anos em relação à data de outorga). As condições de carência ligadas ao desempenho da companhia foram: • Performance de mercado: Valorização mínima da ação, atingindo no menos 3x o preço de exercício da outorga; • Performance “não de mercado”: o direito às opções só é adquirido se/quando houver o IPO. Para todos os lotes, o vencimento das opções é um ano após o fim da carência e há lockup de seis meses para exercer as opções do primeiro terço das ações outorgadas. Caso a oferta inicial de ações da Companhia (IPO), seja realizada antes do prazo de carência, poderá haver antecipação do prazo de carência de 1/3 das opções. O Conselho de Administração poderá definir em cada Contrato de Opção outras hipóteses de antecipação do prazo de carência. Para o exercício das opções outorgadas, os participantes deverão pagar um preço de exercício por opção, o qual corresponderá ao preço de emissão ou de aquisição da ação. O preço de exercício será fixado pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá optar por liquidar as opções exercidas em dinheiro, ação na B3 S.A. no dia do exercício, caso o evento de liquidez seja um IPO e as opções venham a ser exercidas após o IPO; ou (ii) se o evento de liquidez não for um IPO, o preço de compra por ação pago pelo terceiro no evento de liquidez; em qualquer caso a Companhia mediante o pagamento do delta positivo entre o preço de exercício e (i) o preço da ação da Companhia no IPO, caso as opções sejam exercidas no contexto do IPO; (ii) o preço de cotagem das ações de descontinuará e reterá quaisquer tributos aplicáveis. A Companhia utiliza o modelo de cálculo binomial para definir o valor justo das opções de seu plano. As premissas relevantes aplicadas no modelo são as seguintes:

Premissa	Índice
Volatilidade esperada	58,84% ao ano calcula com base na média do histórico das ações de outras companhias do mesmo setor.
Inflação projetada	5,22% estimado com base no NTN-B Principal. Foi utilizado o título do tesouro com vencimento em 2029 como referência média, considerando as alternativas de vencimento dos títulos disponíveis e o prazo médio de vida das opções.
Taxa de juros livre de risco	Taxa média de 10,06% DI futuro estimado com base na data de vencimento das opções

Movimentação durante o período: Em 16 de abril de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social, à razão de 4:1, sendo mantido o valor do capital social da Companhia. A tabela a seguir apresenta o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (MPPE) e o movimento das opções de ações durante o período, considerando o grupamento:

	Quantidade	MPPE (R\$)
Em aberto em 16 de abril de 2021 – data do grupamento	15.945.026	3,92
Outorgadas durante o período	918.932	4,31
Canceladas durante o período	(537.778)	(3,94)
Em aberto em 31 de dezembro de 2021	16.326.180	4,29
Outorgadas durante o período	3.584.863	4,13
Canceladas durante o período	(3.320.496)	3,92
Exercíveis em 31 de dezembro de 2022	16.590.547	3,99
Outorgadas durante o período	1.345.198	4,22
Canceladas durante o período	(937.212)	3,92
Exercíveis em 31 de dezembro de 2023	16.998.533	4,80

A vida esperada das opções é baseada em dados históricos e não indica necessariamente padrões de exercício que possam ocorrer. A volatilidade esperada reflete a presunção de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, que podem não corresponder ao cenário real. Os efeitos relacionados com planos de pagamento baseado em ações foram refletidos conforme quadro abaixo:

	Consolidado
Ativo	Nota
Ativos fiscais diferidos	28.873
Passivo	
Obrigações sociais e trabalhistas	15.555
Patrimônio líquido	33.756
Pagamento baseado em ações	69.366
Resultado	24 (5.161) (45.776)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reavaliou a estimativa definida na data do evento de liquidez utilizada para atualização do pagamento baseado em ações, motivo que contribuiu para a redução da despesa registrada no exercício.

30. Cobertura de seguros – A contratação de apólices de seguros da Companhia é realizada a nível de grupo econômico de forma que tanto a Companhia quanto suas controladas contêm cobertura dos sinistros nos termos das respectivas apólices. Os seguros são contratados com base na natureza da operação. Conforme demonstrado abaixo, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha apólices de seguros abrangentes, para cobertura de incêndios, raios, explosões e implosões relacionados aos riscos declarados de suas unidades em operação, equipamentos de alto custo e veículos, bem como seguro de vida de funcionários e de responsabilidade civil para os administradores, diretores e conselheiros do Grupo.

Itens	Tipo de Cobertura	Limite de indenização
Edifícios, Instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Compreensivo, Incêndio Queda de raio, Explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos moveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas, perdas/pagamentos de aluguel, roubo/turto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoronamento, equipamentos eletrônicos, dentre outros	R\$120.250
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros. cobertura compreende danos morais, bens e garantias pessoais, custos emergenciais, entre outros	R\$100.000
Frota de Veículos	Compreensivo, danos materiais, danos corporais e bens móveis	Ajustável
Funcionários	Seguro de vida dos funcionários do Grupo	Ajustável

31. Transações que não afetaram caixa – Transações abaixo relacionadas não afetaram o caixa no exercício:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Direito de uso – Adições e remensurações	-	46.790
Troca de ações	6.362	8.641
Cisão da Athena Bahia	-	2.000
Incorporação de controladas	273.500	29.568
Ganho/perda por diluição de participação e outros efeitos de transações entre sócios	5.046	179
Compensação de contingência com garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório	(288)	4.144
Contas a pagar relativas as aquisições em etapas	-	-
Ajuste de preço de aquisição – ágio de rentabilidade futura e contas a pagar aquisição de empresa	-	7.470

32. Eventos subsequentes – Incorporação Casa de Saúde São Bernardo S.A. (“CSSB”) e de Serviços e Assistência Médica Especializada Ltda. (“SAMES”) pela SAMP – Espírito Santo Assistência Médica Ltda. (“SAMP”) Em 08 de fevereiro de 2024 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a incorporação da CSSB e de SAMES pela SAMP. Em 01 de março de 2024 o acervo patrimonial de CSSB e SAMES foram absorvidos por SAMP que as sucedeu em todos os direitos e obrigações cumprindo com o programa de reorganização societária da companhia.

Diretores

Fábio Minamisawa Hirota Carmem Campos Pereira Rodrigo Nogueira Silva – CRC CE - 023.516/O

Contador

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e aos Administradores da Athena Saúde Brasil S.A. | São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Athena Saúde Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme descrito na nota explicativa 2.27, em decorrência das mudanças de práticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previstos na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações

financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Recuperabilidade de ativos não financeiros (impairment) – ágios:** Conforme divulgado nas notas explicativas 2.17 e 12.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ativos não financeiros significativos, representados principalmente pelo ativo intangível de ágios gerados em combinações de negócios. Tais ativos são avaliados anualmente com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo os ágios, devem ser submetidos a testes de impairment anualmente, independente de indicadores de deterioração. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos. Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e alto grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (ii) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela diretoria para recuperabilidade destes ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; (iv) avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Adoção inicial do IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros:** Conforme mencionado nas notas explicativas 2.7 e 2.27 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros, divulgado em maio de 2017, estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e a divulgação dos contratos de seguros, com adoção para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia, por meio de suas controladas que comercializam contratos de seguros, aderiram ao referido pronunciamento de forma retrospectiva, em conformidade ao previsto no IAS 8 (CPC23) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A adoção do IFRS 17 (CPC 50) exigiu da administração da Companhia, entre outras atividades, um investimento relevante em pessoas, tecnologia, recursos financeiros, planejamento detalhado de diagnóstico e implantação, treinamentos, bem como um alto grau de subjetividade nas definições das premissas e metodologias necessárias para implantação do referido normativo. Sendo assim, pela adoção da referida norma, definimos como um dos principais assuntos de

auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) discussão com a diretoria e consultores externos da Companhia para entendimento das metodologias e premissas adotadas; (ii) acompanhamento do andamento da implementação do projeto; (iii) reuniões com a diretoria, bem como com demais órgãos de governança envolvidos; (iv) entendimento dos controles operacionais existentes; (v) reconciliação dos registros contábeis com os controles que suportam os valores registrados; (vi) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados; (vii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia; (viii) a validação das informações utilizadas nos cálculos dos contratos de seguros; e (ix) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre a adoção inicial do IFRS 17 (CPC 50), consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos respectivos contratos de seguros, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Conforme divulgado nas notas explicativas 2.21 e 27 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$270.583 mil em 31 de dezembro de 2023, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração com base em premissas e critérios utilizados na determinação das projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: (i) Utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases tributárias conforme legislação tributária vigente; (ii) análise e avaliação das premissas e metodologia usadas pela Administração, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução dos resultados, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos e matemáticos, bem como compararmos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos competentes da Companhia; e (iv) avaliarmos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos – Demonstrações do valor**

continua ...



... continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de

a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 09 de abril de 2024.

Ernst & Young
Audidores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 015.199/0

Alexandre Dias Fernandes
Contador
CRC DF 012.460/O

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira em lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

CNPJ/MF nº 30.262.440/0001-88

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	Notas	Controladora		Consolidado	Notas	Controladora		Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.060.485	20.741.514	76.833.364	22	3.597.060	4.788.500	7.395.889	5.712.564	10 e	(43.995.264)	(19.770.835)	(44.167.282)	
Contas a receber clientes	5	816.432	2.013.089	971.004		(2.582.963)	(10.885.895)	(6.086.674)	(10.885.895)	Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes:				
Tributos a recuperar	6	1.898.941	814.467	2.001.925		1.014.097	(6.097.395)	1.309.215	(5.173.331)	Depreciação e amortização	11	8.206.966	5.746.037	8.206.966
Adiantamentos	7	53.180.823	7.657.630	55.622.009						Amortização de arrendamentos	12	-	-	2.525.884
Dividendos a receber		194.671	194.671	-						Resultado de equivalência Juros sobre Outorga	8	15.053.708	2.819.804	-
Outras contas a receber		232.618	113.189	232.618						Juros sobre mútuos	19	14.521.683	9.487.177	14.521.683
Despesas antecipadas	8	3.456.697	553.257	3.456.697						Juros sobre debêntures - instagível	14	32.660.762	23.582.567	39.063.037
		132.840.667	32.087.817	139.117.617						Partes relacionadas	14	381.511	-	381.511
										Juros sobre arrendamento	15	1.411.418	-	1.843.817
										Provisão de imposto diferido s/ prejuízo fiscal	25	(14.908.142)	(10.532.781)	(22.692.502)
										Provisão de contingência trabalhista	20	5.072	1.265.477	5.072
										Baixa de ativo imobilizado e intangível	10	2.763.947	-	2.763.947
										Aumento nos ativos operacionais:				
										Despesas antecipadas	8	(7.394.212)	(1.931.780)	(7.394.212)
										Adiantamentos a terceiros	7	(50.473.193)	(5.146.941)	(52.914.378)
										Recebimentos de clientes	5	1.196.658	(2.008.981)	1.051.478
										Tributos a recuperar	6	(1.084.474)	(457.377)	(1.179.778)
										Partes relacionadas	19	(916.725)	-	-
										Depósitos judiciais	20	(87.463)	(60.506)	(60.506)
										Outras contas a receber		(119.429)	23.038	(119.232)
										Aumento nos passivos operacionais:				
										Formecedores	13	24.837.827	4.146.624	24.824.796
										Obrigações tributárias e trabalhistas	16	6.317.958	3.300.448	6.239.958
										Imposto de renda e contribuição social pagas	6	-	-	(11.084)
										Adiantamento de cliente	7	20.670.210	3.188.263	20.789.478
										Outras contas a pagar	18	7.230.082	-	7.990.084
										Concessão de serviços públicos	17	(3.294.988)	3.223.995	(3.294.988)
										Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		12.983.912	16.054.578	(1.653.206)
										Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
										Aquisição de imóvel	10	(1.207.247)	(9.764.540)	(1.207.247)
										Aquisição de intangível	11	(299.997.548)	(125.716.219)	(299.997.548)
										Aquisição de direito de uso	12	(38.533.092)	-	(53.032.802)
										Adições, pagamentos e incorporações dos investimentos	8	(10.000)	(16.983)	-
										Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(339.747.888)	(135.497.742)	(354.237.598)
										Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
										Empréstimos tomados de terceiros / debêntures	14	260.000.000	170.000.000	358.157.977
										Participação dos acionistas não controladores		-	-	(195)
										Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		52.318.972	18.065.575	55.215.412
										Caixa e equivalentes de caixa		52.318.972	18.065.575	55.215.412
										Caixa e equivalentes de caixa:				
										No início do exercício	4	20.741.514	2.675.939	21.617.952
										No final do exercício	4	73.060.485	20.741.514	76.833.364
										Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		52.318.972	18.065.575	55.215.412

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	
Prejuízo do exercício		(43.995.264)	(19.770.835)	(44.167.282)
Total do resultado abrangente do exercício		(43.995.264)	(19.770.835)	(44.167.282)
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da Companhia		(43.995.264)	(19.770.835)	(43.821.538)
Não controladores		-	(173.726)	712
		(43.995.264)	(19.770.835)	(43.995.264)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total	Participação de não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/21	22.000.000	(28.298.685)	(6.298.685)	-
Prejuízo do exercício	(19.770.835)	(19.770.835)	472	(19.770.363)
Saldo em 31/12/22	22.000.000	(48.069.520)	(26.069.520)	472
Prejuízo do exercício	(43.995.264)	(43.995.264)	(172.016)	(44.167.280)
Saldo em 31/12/23	22.000.000	(92.064.784)	(70.064.784)	(71.544)

qualquer impacto. **Ativos financeiros, classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **Custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa e outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constitu

continuação

e consolidadas, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custos orçados dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. **3.7 Consolidado:** **3.7.1 Controladas:** Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Transações *intercompany*, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor ("impairment") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **3.7.2 Coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo, e o montante acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da coligada após a data de aquisição. **3.7.3 Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na Data Explicativa nº 2.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	4.837.104	305.857	4.848.344	1.182.296
Aplicações financeiras (*)	68.223.381	20.435.656	71.985.020	20.435.656
	73.060.485	20.741.514	76.833.364	21.617.952

(*) As aplicações financeiras estão representadas por aplicação automática e compromissada em instituição financeira de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e indexador pós fixado, e possuem liquidez imediata a partir do 2º dia. Segue a composição das aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	20.435.656	2.665.796	20.435.656	2.665.796
Aplicações	387.278.698	251.627.171	392.338.449	251.627.171
Rendimentos	1.360.471	267.493	1.371.756	267.493
Resgates	(340.850.619)	(234.074.004)	(342.920.017)	(234.074.004)
IOF	(787)	(1.304)	(787)	(1.304)
IRRF	(38)	(49.496)	(38)	(49.496)
	68.223.381	20.435.656	71.225.020	20.435.656

5. CONTAS A RECEBER:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	816.432	2.013.089	971.004	2.022.483
A vencer	12.204	1.329.019	12.204	1.338.413
Vencidos até 30 dias	60.447	-	60.447	-
Vencidos de 31 a 60 dias	-	327.996	-	327.996
Vencidos de 61 a 90 dias	-	138.118	-	138.118
Vencidos acima de 90 dias	548.373	217.956	702.946	217.956
Vencidos acima de 365 dias	195.408	195.408	195.408	195.408
	816.432	2.013.089	971.004	2.022.483

A Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos. Até a presente data, não registrou valores em perda, por não identificar perdas prováveis em sua carteira, ou eventos e condições não usuais que viessem ser necessários ou uso de novas estimativas.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS a recuperar	272.113	114.736	282.027	114.736
COFINS a recuperar	1.123.564	520.936	1.169.222	520.936
IRRF sobre aplicações financeiras a recuperar	496.111	171.641	498.236	179.320
IRPJ saldo negativo	-	-	24.332	-
CSLL saldo negativo	-	-	13.248	-
Outros tributos a recuperar	7.154	7.154	14.860	7.154
	1.898.941	814.467	2.001.925	822.146

Referem-se principalmente a créditos de PIS/COFINS oriundos da conta de ativo imobilizado e intangível, a serem utilizados para pagamento de tributos federais e de IRRF sobre aplicações financeiras, IRPJ e CSLL por estimativa que caracterizam saldo negativo no ano subsequente e será utilizado quando apresentar base para tributação de impostos Federais.

7. ADIANTAMENTOS

A composição apresenta os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	53.178.202	7.650.268	55.619.388	7.650.267
Adiantamento a fornecedores (*)	2.621	7.363	2.621	7.363
Adiantamentos a empregados	53.180.823	7.657.630	55.622.009	7.657.630

(*) Os adiantamentos a fornecedores, referem-se de forma geral a condições comerciais estabelecidas com prestação de serviços gerais de terceiros necessários aos investimentos no curso pré-operacional das obras do Complexo do Pacaembu.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo	23.858.472	3.188.261	23.993.155	3.203.677
Adiantamento de clientes (*)	23.858.472	3.188.261	23.993.155	3.203.677

(*) Os adiantamentos de clientes, referem-se de forma geral a contratos firmados com terceiros relacionados a locação de espaços a serem utilizados a partir de 2024 no Complexo do Pacaembu.

8. DESPESAS ANTECIPADAS:

As despesas antecipadas, referem-se a apólices de seguro necessárias às atividades do complexo, despesas com terceiros e garantias financeiras correlatas com a captação de endividamentos para financiamento das obras, as quais são apropriadas perante a vigência, conforme princípio de competência.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Apólices de seguro	486.185	553.257	486.185	553.257
Emissão de debêntures	7.395.103	621.767	7.395.103	621.767
Fianças bancárias	1.843.427	1.155.478	1.843.427	1.155.478
	9.724.715	2.330.503	9.724.715	2.330.503

9. INVESTIMENTO:

Descrição	PACA	ARPA	SP40	Total
	Eventos e Serviços S.A.	Comércio e Serviços S.A.	Comunicações S.A.	
Capital social da controlada	10.000	10.000	10.000	30.000
Quantidade de ações possuídas	10.000	6.993	10.000	26.993
Patrimônio líquido	(14.010.250)	(573.036)	9.803	(14.573.483)
% participação societária	100%	70,03%	100%	
Prejuízo do exercício	(14.645.861)	(579.665)	(197)	(15.225.724)
Valor contábil do investimento 31/12/2022	-	6.736	-	6.736
Aporte de Capital	-	-	10.000	10.000
Resultado de equivalência patrimonial	(635.227)	(6.736)	(197)	(642.160)
Valor contábil do investimento 31/12/2023	-	-	9.803	9.803

As investidas a seguir, apresentaram no exercício de 2023, patrimônio líquido negativo, nesta situação, o procedimento contábil, na investidora, é registrar normalmente a equivalência patrimonial e apresentar os saldos negativos em seu passivo, como "Provisão para Perdas com Investimento". O procedimento com as empresas coligadas, no qual sua equivalência acumulada apresenta saldo negativo, para esses casos, diminuímos o saldo ativo do investimento até que este esteja "zerado", com isso, não se registrando, portanto, qualquer parcela a título de investimento negativo. Seguindo a determinação do CPC 18 (R2), esses valores foram apresentados no grupo do passivo não circulante.

Descrição	PACA	ARPA	Comércio e	Total
	Eventos e Serviços S.A.	Serviços S.A.	Serviços S.A.	
Capital social da controlada	10.000	10.000	20.000	
Capital subscrito	9.990	6.993	-	17.003
Quantidade de ações possuídas	10.000	7.003	-	17.003
Patrimônio líquido	(14.010.250)	(573.036)	(14.583.286)	

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

Descrição	PACA Eventos e Serviços S.A.	ARPA Comércio e Serviços S.A.	Total
	% participação societária	100%	70,03%
Prejuízo do exercício	(14.645.861)	(579.665)	(15.225.526)
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2022	-	-	-
Resultado de equivalência Patrimonial	(14.010.250)	(401.297)	(14.411.547)
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2023	(14.010.250)	(401.297)	(14.411.547)

10. IMOBILIZADO:

a) Composição do saldo - Controladora:

Descrição	Benfeito- rias	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Inform. - Hardware	Total
	Saldos em 31/12/2021	-	12.058	-	4.600
Adições	9.543.287	156.276	27.050	37.927	9.764.540
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	9.543.287	168.334	27.050	42.527	9.781.198
Adições	1.145.383	3.260	-	58.605	1.207.247
Baixas	(9.543.287)	-	-	-	(9.543.287)
Saldos em 31/12/2023	1.145.383	171.594	27.050	101.132	1.445.159

I. Composição do Saldo - Controladora (depreciação):

Descrição	Benfeito- rias	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Inform. - Hardware	Total
	Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	20%
Saldos em 31/12/2021	-	1.448	-	613	2.062
Depreciação	3.168.922	5.914	-	-	3.181.400
Saldos em 31/12/2022	3.168.922	7.362	902	6.276	3.183.462
Depreciação	4.755.801	17.024	2.705	11.921	4.787.450
Depreciação - baixas	(6.779.340)	-	-	-	(6.779.340)
Saldos em 31/12/2023	1.145.383	24.386	3.607	18.197	1.191.572

II. Valor Líquido (bens - depreciação):

Descrição	Benfeito- rias	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Inform. - Hardware	Total
	Saldos em 31/12/2021	-	10.610	-	3.987
Adições	6.374.365	160.972	26.148	36.251	6.597.736
Baixas	-	147.208	23.443	82.935	253.587
Saldos em 31/12/2022	6.374.365	160.972	26.148	36.251	6.597.736

b) Composição do saldo - Consolidado:

Descrição	Benfeito- rias	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Inform. - Hardware	Total
	Saldos em 31/12/2021	-	12.058	-	4.600
Adições	9.543.287	156.276	27.050	37.927	9.764.540
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	9.543.287	168.334	27.050	42.527	9.781.198
Adições	1.145.383	3.260	-	58.605	1.207.247
Baixas	(9.543.287)	-	-	-	(9.543.287)
Saldos em 31/12/2023	1.145.383	171.594	27.050	101.132	1.445.159

Composição do Saldo - Consolidado (depreciação):

Descrição	Benfeito- rias	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Inform. - Hardware	Total
	Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	20%
Saldos em 31/12/2021	-	1.448	-	613	2.062
Depreciação	(3.168.922)	(5.914)	-	-	(3.181.400)
Saldos em 31/12/2022	(3.168.922)	(7.362)	(902)	(6.276)	(3.183.462)
Depreciação	(4.755.801)	(17.024)	(2.705)	(11.921)	(4.787.450)
Depreciação - baixas	6.779.340	-	-	-	6.779.340
Saldos em 31/12/2023	(1.145.383)	(24.386)	(3.607)	(18.197)	(1.191.572)

I. Valor Líquido (bens - depreciação):

Descrição	Benfeito- rias	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Inform. - Hardware	Total
	Saldos em 31/12/2021	-	10.610	-	3.987
Adições	6.374.365	160.972	26.148	36.251	6.597.736
Baixas	-	147.208	23.443	82.935	253.587
Saldos em 31/12/2022	6.374.365	160.972	26.148	36.251	6.597.736

11. INTANGÍVEL (CONCESSÃO):

Em 15/05/2018, a Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias em exercício, e o Secretário Municipal de Esporte e Lazer resolveram celebrar o contrato de concessão do complexo do Pacaembu (o complexo contempla: piscina aquecida, ginásio poliesportivo coberto, ginásio de tênis coberto, arquibancada, quadra externa de tênis, quadra externa de futsal/vôlei, salas de ginásticas e pista de corrida), através de despacho autorizatório número SEI 8397303. Compreendendo a prestação dos serviços de modernização, gestão, operação e manutenção no Complexo do Pacaembu, no Município de São Paulo e demais normas que regem a matéria, disciplinando-se pelas cláusulas e condições fixadas no instrumento de concessão, contrato este assinado em 16/09/2019. O prazo de vigência do contrato será de 35 (trinta e cinco) anos, contados da data da ordem de início. O valor global inicialmente previsto corresponde a R\$ 752.409.974 (setecentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais), que corresponde ao valor dos investimentos, despesas e custos operacionais obrigatórios estimados para execução das obrigações do contrato, cumulado com o somatório dos valores da outorga, composta tanto pela taxa fixa no valor de R\$ 115.408.655 (cento e quinze milhões, quatrocentos e oito mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais), como pelas parcelas de outorga variável, durante todo o prazo de vigência da concessão.

Outorgas Concessão Pacaembu:

	31/12/2023	31/12/2022
Parcela Fixa I	79.262.473	79.262.473
Parcela Fixa II (a)	36.146.182	36.146.182
	115.408.655	115.408.655

a) Parcela fixa II: O montante de R\$ 36.146.182 (trinta e seis milhões, cento e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), será pago em 10 (dez) prestações iguais fixas anuais, a partir do 4º (quarto) ano contado na data de ordem de início, no qual em 2023, a Concessionária realizou o pagamento da primeira parcela, no montante de R\$ 4.649.359 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais). As prestações serão ajustadas conforme variação do IPC-SP ou índice que vier a substituí-lo. **a) Projetos e obras em andamento:** Durante o exercício de 2023 a Concessionária registrou os projetos em desenvolvimento e obras em andamento o montante acumulado de R\$ 447.950.695 (quatrocentos e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil, seiscentos e noventa e cinco reais), decorrentes da realização de investimentos e melhorias na infraestrutura do complexo do Pacaembu a qual apresenta a seguinte composição por natureza:

continuação

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

3,89% (três vírgula oitenta e nove por cento) a.a. A seguir, estão demonstradas as movimentações das operações de mútuo e conta corrente:

Movimentação dos empréstimos		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	
Saldo no início do exercício	170.935.112	58.087.864	
Captação de empréstimos	358.157.977	170.000.000	
Juros incorridos s/empréstimos	39.063.037	23.582.567	
Custas sobre debêntures	381.511		
(-) Amortização principal	(53.751.613)	(53.364.918)	
(-) Amortização juros	(38.969.564)	(27.370.401)	
Saldo no final do exercício	475.816.461	170.935.112	

O cronograma de amortização anual das debêntures, tanto para a controladora como para o consolidado são os seguintes:

I. Controladora:

	2024	2025	Total
2º Debêntures	39.780.172	126.601.309	166.381.481
3º Debêntures	59.213.281	201.672.367	260.885.648
Total dos empréstimos e debêntures	98.993.452	328.273.676	427.267.128

II. Consolidado:

	2024	2025	Total
2º Debêntures	39.780.172	126.601.309	166.381.481
3º Debêntures	59.213.281	201.672.367	260.885.648
CCB Luso Brasileiro S.A.	25.698.439	22.850.894	48.549.333
Total dos empréstimos e debêntures	124.691.891	351.124.570	475.816.461

15. ARRENDAMENTOS:

Dos contratos abrangidos pelo CPC 06 (R2) consideramos o valor acordado em contratos para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros, descontada taxa incremental de juros, fixada 9,41% em 2023, a ser reavaliada para 2024, conforme novo cenário de média a ser obtida. Abaixo, apresentamos a posição para a controladora e consolidado.

Movimentação dos arrendamentos

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	-	-
Constituição do arrendamento	38.533.092	53.032.802
Juros arrendamento	1.411.418	1.843.817
(-) Amortização principal	(2.538.582)	(4.134.879)
(-) Amortização juros	(1.411.418)	(1.843.817)
Saldo no final do exercício	35.994.510	48.897.923

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas		
Ordenados, salários e benefícios	36.052	28.943
Provisões trabalhistas	80.647	73.051
Provisões encargos sociais	28.065	28.065
INSS retido na fonte	862.426	199.522
IRRF sobre salário	27.845	15.185
FGTS a recolher	6.455	4.298
Outras obrigações	-	486
1.041.490	321.485	1.041.490
Tributárias		
ISS a recolher	461.244	55.631
PIS/COFINS/CSLL a recolher	149.889	39.427
IRRF retido a recolher	60.301	15.403
PIS a Recolher	2.073	-
Cofins a Recolher	11.317	-
Imposto de Renda a recolher	-	24.422
Contribuição Social a recolher	-	13.281
Outros tributos	296.728	3.390
IOF a recolher (a)	5.887.760	3.334.564
IRRF s/ mútuo (a)	5.353.976	3.176.919
12.223.287	6.625.333	12.262.167
Total Trabalhistas + Tributárias	13.264.776	6.946.818

17. CONCESSÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS A PAGAR:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Outorga fixa e variável	42.767.116	46.062.104
42.767.116	46.062.104	

a) Outorga fixa 2:
O montante de R\$ 36.146.182 (trinta e seis milhões, cento e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), será pago em 10 (dez) prestações iguais fixas anuais, a partir do 4º (quarto) ano contado na data de ordem de início, no qual em 2023, a Concessionária realizou o pagamento da primeira parcela, no montante de R\$ 4.649.359 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais). As prestações serão ajustadas conforme variação do IPC-SP ou índice que vier a substituí-lo.

b) Saldo outorga fixa a variável:
Outorga fixa 2 42.681.350
Outorga variável 1 85.266
Outorga variável 2 500
Total 42.767.116

Além da outorga fixa 2, o anexo IV – mecanismo de pagamento da outorga, prevê o recolhimento da outorga variável 1, que incide anualmente sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária e demais empresas do grupo no equivalente a 1% e o recolhimento da outorga variável 2, que incide 1% sobre a totalidade das receitas brutas trimestrais. A outorga variável 1 deve ser recolhida até o dia 20 (vinte) de maio de cada ano, sobre a receita bruta anual do exercício fiscal imediatamente anterior. Já a outorga variável 2 deve ser recolhida em até 50 (cinquenta) dias do encerramento do trimestre, exceto no último trimestre civil de cada ano, caso em que deverá ser paga em até 100 (cem) dias do encerramento do trimestre.

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Demais obrigações com terceiros a pagar (a)	780.920	780.920
Incentivos fiscais a aplicar (b)	-	760.000
Fianças bancárias a pagar (a)	1.646.215	1.646.215
Retenção contratual com fornecedores (a)	30.446	177.497
2.457.581	177.497	3.217.581

(a) Refere-se a demais prestações de serviços de administração das atividades da Concessionária, garantias financeiras previstas contratualmente na captação de dívidas para financiamentos das obras do complexo e retenções financeiras contratuais de serviços prestados por terceiros. (b) Incentivos fiscais recebidos a aplicar na Feira de Arte Brasileira – ARPA 2024, conforme inscrição do projeto sob o nº 237381 no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), enquadrado no Art. 18º Lei nº 8.313, de 23/12/1991.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:
A Concessionária mantém transações comerciais com a Progen S.A. As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, sejam administradores e empregados ou acionistas, são efetuadas sob condições de mercado e pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os valores registrados como mútuos são atualizados com base no índice CDI, e acrescidos a taxa de juros de

20. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS:
Na data das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava as seguintes passivos relacionados a contingências e bloqueios / depósitos judiciais:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Bloqueios judiciais	74.798	74.798
Depósitos judiciais	12.665	12.665
87.463	87.463	

a) Movimentação de provisão para contingência:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31/12/2021	-	-
Adições	1.265.477	1.265.477
Reversões	(5.072)	(5.072)
Saldo em 31/12/2022	1.260.405	1.260.405
Adições	1.270.549	1.270.549
Reversões	-	-
Saldo em 31/12/2023	2.530.954	2.530.954

b) Natureza das contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos, cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por prestadores de serviços que solicitam responsabilização solidária e subsidiária vinculados a verbais trabalhistas e demais pleitos indenizatórios.

c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: Em 31/12/2023 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima o valor de R\$ 1.833.547 (um milhão, oitocentos e trinta e três mil, quinhentos e quarenta e sete reais) decorrentes de causas trabalhistas, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia é indicada para a uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:
Capital social: Em 31/12/2023 o total subscrito e integralizado é de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), composto de 22.000.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1 cada uma.

22. RECEITA LÍQUIDA:
A composição das receitas operacionais, por natureza é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Receita de Locação de Espaços - Eventos	4.170.397	4.936.482
Receita de Eventos - Patrocínios	-	612.500
Receita sobre comissão	-	498.871
Receita de Organização de Eventos	-	646.863
Catering	1.973	32.491
Receita Bruta de vendas	4.172.370	5.548.982
(-) Pis s/ vendas de serviços	(65.410)	(91.558)
(-) Cofins s/ vendas de serviços	(301.281)	(421.723)
(-) ISS s/ vendas de serviços	(208.618)	(247.201)
Receita líquida de vendas	3.597.060	4.788.500

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:
A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Com pessoal	(1.107.972)	(708.725)
Serviços terceiros	(1.950.195)	(1.454.553)
Impostos e taxas	(778.865)	(228.168)
Despesas gerais e administrativas	(4.025.395)	(9.218.334)
Depreciação e amortização	(7.009.212)	(2.569.253)
(14.871.639)	(14.179.032)	(30.278.964)

24. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Receita Financeira		
Outras receitas financeiras	5.146	31.448
Aplicações financeiras	1.360.918	870.576
(-) PIS s/receita financeira (*)	(9.023)	(9.028)
(-) COFINS S/receita financeira (*)	(55.529)	(55.914)
1.301.511	902.024	1.316.918
Despesa Financeira		
Despesas bancárias	(1.268.165)	(229.697)
Juros s/ empréstimos	(6.957.093)	(13.359.379)
Juros s/ mútuos com partes relacionadas	(14.521.683)	(9.487.177)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(2.596.993)	(1.642.593)
Mora/ multa	(53.092)	(76.979)
Variação cambial	(261)	(2.514)
Taxa Fiança - Empréstimos e Financiamentos	(2.655.868)	(1.099.191)
Outras despesas financeiras	(247.018)	(86.932)
Juros IRRS 16	(1.411.418)	(1.843.817)
(29.711.591)	(12.625.083)	(37.776.115)
Resultado financeiro líquido	(28.410.080)	(11.723.059)

(*) Segregação de PIS e COFINS em 2023 sobre receitas financeiras para melhor classificação contábil de despesas tributárias para despesas financeiras.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA:
O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes do prejuízo fiscal,

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Pacaembu (Intangível): A Companhia tem intangível no valor de R\$ 552.979.192, em 31/12/2023, oriundo do contrato de prestação de serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu. Os bens vinculados à concessão em construção, registrados conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, são classificados como ativo intangível. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada a partir do momento de primeiro registro. A amortização reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão ou de sua vida útil. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro, ou em função da identificação de indícios de impairment. Consideramos a particularidade relativa ao processo de capitalização de custos de construção, a avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, a avaliação de indícios de impairment, a materialidade dos montantes envolvidos e sua relação na determinação das receitas de construção, como significativos em nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo. • Reuniões com a Administração para entendimento das políticas e procedimentos implementados e registro dos ativos decorrentes de contrato de prestação de serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu, além da classificação como ativo classificável para capitalização; • Realização de investigações específicas e teste documental das obras em andamento em base de amostragem; • Testes documental sobre amostra da rubrica de intangível; • Avaliação das movimentações e classificações contábeis da rubrica intangível das concessões; • Revisão das políticas contábeis estabelecidas e divulgadas pela Companhia e sua correspondência às normas contábeis vigentes; • Realização de procedimentos analíticos substantivos sobre os cálculos de amortização; • Avaliação da análise de indícios de impairment executada pela Companhia. Com base nos procedimentos de auditoria executados e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas as políticas contábeis, demais avaliações adotadas pela Administração relativos à infraestrutura das concessões para serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu (intangível) e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Admi-**

nistracão pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de uma Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28/03/2024.

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador
CRC 1 SP 223326/O-3

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

que ainda não estraram em vigor em 31/12/2023: Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

6. CONSOLIDAÇÃO:

6.1. Controladas: Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ao direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Transações intercompany, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor ("impairment") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia. 6.2. Coligadas: Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo, e o montante acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da coligada após a data de aquisição. 6.3. Demonstrações contábeis consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na Nota Explicativa nº 14. As demonstrações contábeis das Companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). 6.4. Moeda funcional e apresentação das demonstrações contábeis: A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Operações no exterior: As demonstrações contábeis de 31/12/2023, das controladas no exterior Promotora Geradora de Ingenierias, S.A.P.I. DE C.V., cuja moeda funcional é o Peso México (MXN) a qual foi adaptada às práticas contábeis adotadas no Brasil, quando aplicável, e estão convertidas para reais por meio dos seguintes procedimentos: "I. Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real, na data dos respectivos balanços; II. O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio líquido inicial durante o período corrente são convertidas pelas taxas das transações, em suas respectivas datas; III. As receitas, custos e despesas são convertidos pela taxa média mensal de câmbio; IV. As variações cambiais resultantes dos itens (II), (III) e (IV) acima, são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes Acumulados de Conversão". Na consolidação foram eliminados os saldos de investimentos e de ativos e passivos, decorrentes de transações efetuadas entre as sociedades.

7. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

7.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, diária e não superior a 12 meses, com vencimentos originais em média de 18 meses e com risco insignificante de mudança de valor. 7.2. Aplicações em títulos e valores mobiliários: As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas no custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. 7.3. Ativos financeiros: 7.3.1. Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Outras contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa", Empréstimos, financiamentos e debêntures. 7.4. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber ("impairment"). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela perda estimada para "impairment", se necessária. 7.4.1. Contas a receber por competência - POC: O entendimento da Administração é de que a política de reconhecimento das receitas e custos das transações de serviços prestados deve ser reconhecido pelo método evolutivo de construção (POC - Percentage of completion), uma vez que a transferência dos riscos e benefícios ocorre de forma contínua, seguindo os seguintes procedimentos: a) O custo incorrido (mão de obra alocada, gastos com máquinas e equipamentos) correspondente aos serviços medidos é apropriado integralmente ao resultado; b) É apurado o percentual do custo incorrido dos serviços prestados, em relação ao seu custo total orçado, sendo este percentual aplicado sobre a receita de serviços, ajustado segundo as condições dos contratos, sendo assim determinado o montante das receitas e das despesas comerciais a serem reconhecidas; c) Na medida em que a receita dos serviços é realizada os valores provisionados no contas a receber são baixados contra a provisão do resultado. 7.5. Outras contas a receber (circulante e não circulante) : Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. 7.6. Investimentos em controladas: A Companhia Progen S.A. avalia e registra seus investimentos nas controladas Progen Planway Eng. e Consultoria Ltda., Promotora Geradora de Ingenierias, S.A.P.I. DE C.V., Progen Servicios de Manutenção Elétrica Ltda, Progen Locações Ltda, Progen Facilities Ltda. e Progen Energia S.A. pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2). De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período, ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores (exceto feita para as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09) é reconhecida como receita (ou despesa), classificados no grupo de outras receitas e outras despesas. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. 7.7. Imobilizado: Demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº15, que levam em consideração a taxa fiscal. A Companhia e suas Controladas não avaliam o ativo imobilizado das Companhias pelo valor justo considerando que: (i) O método do custo amortizado, deduzido das perdas estimadas, é o melhor método para avaliar o ativo imobilizado; (ii) O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; e (iii) As Companhias possuem controles eficazes sobre os bens dos ativos imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a companhia e suas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos, para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não houve necessidade constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31/12/2023 e 2022. 7.8. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. As composições são de Licenças de (software)

PROGEN S.A.

adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas descritas na Nota Explicativa nº16. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelas Companhias do Grupo Progen e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 16. 7.9. Fornecedores e outras contas a pagar: As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 7.10. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 7.11. Provisões: As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor justo é estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 7.12. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido: As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, quando aplicável, o imposto também será reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e passivos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. 7.13. Benefícios a funcionários demitidos: Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. 7.14. Apuração do resultado: Os custos e as despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência na medida em que as medições são apuradas e emitidas, com base nos serviços prestados. Execução de projetos de engenharia: Serviços: As receitas de serviços prestados são reconhecidas na medida em que as medições são apuradas e emitidas. Demais receitas: As demais receitas com prestação de serviços são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e efetiva realização. Despesas: As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a períodos futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração. Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. 7.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia quando aplicável e aprovado pelos Acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. 7.16. Fluxo de caixa: A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento. 7.17. Arrendamento: 7.17.1. Direito de Uso do Ativo de arrendamento: A Companhia adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento em 01/01/2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Companhia, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável. Na data da adoção inicial, a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento a pagar a partir de 01/01/2019, sem qualquer atualização das informações comparativas. A depreciação do direito de uso é avaliada em função da opção de compra prevista ou não em cláusula contratual. Caso tenha, o bem é depreciado por toda vida útil, caso contrário, é verificada vida útil do bem ou prazo de vigência de cada contrato de arrendamento, sendo considerada, dos dois o menor. Os contratos de arrendamento com vigência inferior a doze meses e ativo identificável com valor de mercado inferior a 5.000,00 USD não foram enquadrados no IFRS 16. 7.17.2. Passivo de arrendamento: Na data de início, a mensuração do passivo em arrendamento foi calculada com base no valor presente dos pagamentos fixos do arrendamento que não foram efetuados até essa data. Os valores das parcelas a pagar foram descontados pela taxa incremental sobre empréstimo (taxa de desconto), acrescidos de outras obrigações contratuais previstas nos contratos de arrendamento ajustados ao valor presente. A Companhia optou por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares. A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, é a taxa incremental anual dos contratos de empréstimos da Companhia de 9,41%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento, sendo revisado anualmente conforme posição de endividamento da Companhia e premissas estabelecidas pelo CPC 06 (R2) (IAS 17). O valor do ajuste ao valor presente será apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício. Determinações a respeito de: provisão de desmobilização (não possui custo significativo e portanto não foi considerado no custo de formação do ativo), os montantes já consideram os valores das parcelas atualizadas conforme as definições contratuais (IGPM, por exemplo), os prazos de arrendamento, foram estendidos, quando aplicável, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com plena valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com trafo, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na linha do ativo imobilizado pela sua natureza (bem tangível com os investimentos realizados e a realizar), passivo a valor presente.

8. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO:

8.1. Fatores de risco financeiro: A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. 8.1.1. Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e debêntures de longo prazo. Os empréstimos e debêntures emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e debêntures emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. 8.1.2. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. (a) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades

operacionais. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Table with 4 columns: Data, Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e 5 anos. Rows include Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota nº 18), Arrendamentos (Nota nº 19), Fornecedores e outras contas a pagar, and similar for 2023.

8.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA:

Table with 4 columns: 31/12/2023, 31/12/2022, Empréstimos e Recebíveis, Outros passivos financeiros. Rows include Total dos empréstimos (Nota nº 18), Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota nº10), Dívida líquida, Total do patrimônio líquido, Total do capital, Índice de alavancagem financeira - %.

Em 31/12/2022

Ativos, conforme o balanço patrimonial: Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados, Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10).

Em 31/12/2023

Ativos, conforme o balanço patrimonial: Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados, Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10).

Em 31/12/2022

Passivos, conforme o balanço patrimonial: Empréstimos, financiamentos e debêntures, Fornecedores, Outras contas a pagar.

Em 31/12/2023

Passivos, conforme o balanço patrimonial: Empréstimos, financiamentos e debêntures, Fornecedores, Outras contas a pagar.

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

Table with 4 columns: 31/12/2023, 31/12/2022, Controladora, Consolidado. Rows include Caixas e bancos, Aplicações financeiras (*), Total.

(*): As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez em sua maioria imediata ou em até 30 dias. Segue a composição das aplicações financeiras:

Table with 4 columns: 31/12/2023, 31/12/2022, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo Inicial, Aplicações, Rendimentos, Resgates, IOF, IRRF.

11. CONTAS A RECEBER:

Table with 4 columns: 31/12/2023, 31/12/2022, Controladora, Consolidado. Rows include Mercado Interno, Retenção contratual de clientes (a), A vencer, Vencidos até 30 dias, Vencidos de 31 a 60 dias, Vencidos de 61 a 90 dias, Vencidos acima de 90 dias.

(a) As retenções contratuais de clientes, são valores retidos que visam a garantia e o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, assim como de eventuais despesas administrativas e judiciais estabelecidas entre as partes. Esse valor será devolvido a Companhia ao término do contrato. A Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos. Até a presente data, registrou valores em perda no montante de R\$ 3.885.702 (três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e dois reais), pelos valores identificados como perdas prováveis em sua carteira.

Table with 4 columns: 31/12/2023, 31/12/2022, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2021, Adições, Reversões, Saldo em 31/12/2022, Adições, Reversões, Saldo em 31/12/2023.

12. ADIANTAMENTOS:

Table with 4 columns: 31/12/2023, 31/12/2022, Controladora, Consolidado. Rows include Adiantamento de férias, Adiantamento de fornecedores, Adiantamento de dividendos, Retenção contratual de clientes (a), Outros adiantamentos.

(a) Conforme CPC 47 (IFRS 15), a companhia realizou uma adequação contábil durante 2023 entre "Adiantamentos (NE 12)" e "Contas a receber (NE 11)" das retenções contratuais de clientes, mediante natureza dos saldos líquido e certos a serem recebidos e devidamente já reconhecidos, conforme medições de serviços prestados junto aos seus clientes.

Table with 4 columns: 31/12/2023, 31/12/2022, Controladora, Consolidado. Rows include Adiantamentos de clientes, Adiantamento de clientes (POC) (*), Total.

(*): Conforme adequação ao CPC 47 - receita de contrato com cliente, a partir de 1º de janeiro de 2018, o saldo refere-se às receitas reconhecidas conforme POC (Percentage of Compliance) dos projetos que ainda não foram faturados pela Companhia até 31/12/2023.

13. TRIBUTOS A RECUPERAR:

Table with 4 columns: 31/12/2023, 31/12/2022, Controladora, Consolidado. Rows include IRRF a Recuperar, PIS a Recuperar, COFINS a Recuperar, CSLL a Recuperar.

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



PROGEN S.A.									
Controladora					Consolidado				
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
INSS a Recuperar	373	-	305.872	199.568					
IRPJ Negativo	2.139.563	1.786.324	2.401.271	1.790.829					
CSLL Negativo	4.761.527	3.181.247	4.835.115	3.182.385					
Outros Impostos	728.726	2.003.376	701.428	2.098.175					
	22.688.466	22.016.472	23.386.607	22.445.280					
14. INVESTIMENTOS:									
a. Controladora: i. Investimentos:									
	Progen Engenharia e Consultoria Ltda.	Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.	Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A	Progen Facilities Ltda	Concessionária Mineirinho SPE S.A	Total			
Descrição									
Capital social da controladora	300.000	500.000	22.000.000	10.000	4.721.409	27.531.410			
Quantidade de quotas possuídas	299.999	245.000	6.050.300	9.900	2.360.704	8.965.903			
Patrimônio líquido	535.678	2.047.428	(46.160.897)	2.148.873	2.408.566	(39.020.353)			
% participação societária	99,99%	49%	50%	99%	50%	-			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.546)	1.547.428	(20.091.379)	1.666.249	(320.474)	(17.202.721)			
Valor contábil do investimento em 31/12/2022	540.166	910.646	-	477.896	2.360.705	4.289.412			
Recebimento de dividendos	-	(665.596)	-	-	-	(665.596)			
Resultado de equivalência patrimonial	(4.542)	758.190	-	1.649.489	(1.156.422)	1.246.714			
Valor contábil do investimento em 31/12/2023	535.624	1.003.239	-	1.217.385	1.204.283	4.870.531			
As investidas a seguir apresentaram no exercício de 2023, patrimônio líquido negativo, nesta situação, o procedimento contábil, na investidora, é registrar normalmente a equivalência patrimonial e apresentar os saldos negativos em seu passivo, como "Provisão para Perdas com Investimento". O procedimento com as empresas coligadas, no qual sua equivalência acumulada apresenta saldo negativo, para esses casos, diminuímos o saldo ativo do investimento até que este esteja "zerado", com isso, não se registrando, portanto, qualquer parcela a título de investimento negativo. Seguindo a									
15. IMOBILIZADO:									
a. Composição do saldo - Controladora:									
	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adto. Imobilizado	Outras imobilizações	Total
Saldo em 31/12/2021	2.104.203	2.258.256	13.222.814	4.263.066	7.423.548	17.242.024	96.321	487.319	47.097.551
Adições	258.092	-	2.172.150	161.334	-	14.045.884	-	-	16.637.460
Baixas	-	-	(8.733.839)	(51.351)	(6.724)	(903.507)	-	-	(9.695.421)
Saldo em 31/12/2022	2.362.295	2.258.256	6.661.125	4.373.049	7.416.824	30.384.401	96.321	487.319	54.039.591
Adições	1.246.460	269.000	3.623.463	458.777	3.154.000	4.573.850	63.046	-	13.388.596
Baixas	-	-	(153.659)	-	(175.514)	(833.626)	-	-	(1.162.799)
Saldo em 31/12/2023	3.608.755	2.527.256	10.130.929	4.831.826	10.395.310	34.124.625	159.367	487.319	66.265.388
(a.1) Composição do Saldo - Controladora (depreciação):									
	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adto. Imobilizado	Outras imobilizações	Total
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	10%	10%	20%	20%	20%	20%
Saldo em 31/12/2021	143.136	1.533.046	2.893.654	3.545.713	4.048.842	7.559.286	269.376	19.993.053	31.122.814
Depreciação	88.470	144.228	1.342.835	136.443	1.348.615	2.923.546	-	97.464	6.081.601
Depreciação - baixas	-	-	(46.579)	(48.614)	(1.233)	(746.654)	-	-	(843.080)
Depreciação - transferência classe	-	-	(2.270.293)	-	-	2.270.293	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	231.606	1.677.274	1.919.617	3.633.542	5.396.224	12.006.471	96.321	487.319	25.231.574
Depreciação	116.859	147.809	726.128	152.474	1.948.255	5.408.663	-	97.127	8.594.129
Depreciação - baixas	-	-	(61.793)	-	(165.158)	(483.725)	-	-	(710.676)
Saldo em 31/12/2023	348.465	1.825.083	2.583.952	3.786.016	7.179.321	16.928.223	159.367	487.319	33.115.027
(a.2) Valor Líquido (bens - depreciação/amortização):									
	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adto. Imobilizado	Outras imobilizações	Total
Saldo em 31/12/2021	1.961.067	725.210	10.329.160	717.353	3.374.706	9.682.738	96.321	217.943	27.104.498
Saldo em 31/12/2022	2.130.689	580.982	4.741.508	739.507	2.020.601	18.377.929	96.321	120.479	28.808.017
Saldo em 31/12/2023	3.260.290	702.173	7.546.977	1.045.810	3.215.989	17.196.402	159.367	23.352	33.150.361
b. Composição do saldo - Consolidado:									
	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adto. Imobilizado	Outras imobilizações	Total
Saldo em 31/12/2021	2.104.203	2.258.256	13.255.657	4.330.247	7.423.548	17.401.082	96.321	487.319	47.356.632
Adições	258.092	-	2.172.150	161.334	-	14.058.814	-	-	16.650.390
Baixas	-	-	(8.747.169)	(57.209)	(6.724)	(953.758)	-	-	(9.764.860)
Saldo em 31/12/2022	2.362.295	2.258.256	6.680.638	4.434.372	7.416.824	30.506.138	96.321	487.319	54.242.161
Adições	1.246.460	269.000	3.623.463	458.777	3.154.000	4.573.852	63.046	-	13.388.599
Baixas	-	-	(153.659)	-	(175.514)	(833.626)	-	-	(1.162.800)
Saldo em 31/12/2023	3.608.755	2.527.256	10.150.441	4.893.148	10.395.310	34.246.364	159.367	487.319	66.467.960
(b.1) Composição do Saldo - Consolidado (depreciação/amortização):									
	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adto. Imobilizado	Outras imobilizações	Total
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	10%	10%	20%	20%	20%	20%
Saldo em 31/12/2021	143.136	1.533.046	2.915.976	3.602.014	4.048.842	7.719.403	269.376	19.993.053	20.231.794
Depreciação	88.470	144.228	1.339.189	137.995	1.348.615	2.878.168	-	97.464	6.034.128
Depreciação - baixas	-	-	(46.579)	(48.614)	(1.233)	(746.654)	-	-	(843.079)
Depreciação - transferência classe	-	-	(2.270.293)	-	-	2.270.293	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	231.606	1.677.274	1.938.292	3.691.396	5.396.224	12.121.211	96.321	487.319	25.422.842
Depreciação	116.859	147.809	726.845	155.407	1.948.255	5.408.063	-	97.127	8.600.365
Depreciação - baixas	-	-	(61.793)	-	(165.158)	(483.725)	-	-	(710.676)
Saldo em 31/12/2023	348.465	1.825.083	2.603.344	3.846.803	7.179.321	17.045.549	159.367	487.319	33.312.531
(b.2) Valor Líquido (bens - depreciação/amortização):									
	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adto. Imobilizado	Outras imobilizações	Total
Saldo em 31/12/2021	1.961.067	725.210	10.339.681	728.233	3.374.704	9.681.679	96.321	217.942	27.124.837
Saldo em 31/12/2022	2.130.689	580.982	4.742.346	742.976	2.020.600	18.384.927	96.321	120.480	28.819.322
Saldo em 31/12/2023	3.260.290	702.173	7.547.097	1.046.346	3.215.989	17.200.817	159.367	23.353	33.155.431
Durante o exercício de 2023 e 2022, a Companhia realizou uma avaliação de seus bens, resultando em nova apropriação de alguns ativos, que originalmente estavam alocados sob a nomenclatura contábil "máquinas e equipamentos" para devida classificação em "computadores e periféricos". Com isso, foram corrigidas as respectivas taxas fiscais para fins de depreciação de 10% para 20%. Conforme pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos/IAS 16, não foram detectadas evidências de impairment test, que impactassem nos ativos da Companhia a ponto de justificar desvalorizações e serem reconhecidas até a data base de 31/12/2023.									
16. INTANGÍVEL:									
	Controladora	Consolidado							
	Software	Software							
Em 31/12/2021	21.548.876	21.576.565							
Adições	515.240	515.240							
Baixas	-	-							
Em 31/12/2022	22.064.116	22.091.805							
Adições	3.102.696	3.102.696							
Baixas	(2.704.026)	(2.704.026)							
Em 31/12/2023	22.462.786	22.490.474							
Amortização acumulada									
Em 31/12/2021	21.514.819	21.542.507							
Adições	26.038	26.038							
Baixas	-	-							
Em 31/12/2022	21.540.857	21.568.545							
Adições	166.436	166.436							
Baixas	(38.153)	(38.153)							
Em 31/12/2023	21.669.140	21.696.828							
Valor contábil líquido									
Em 31/12/2021	34.057	34.057							
Em 31/12/2022	523.259	523.259							
Em 31/12/2023	793.646	793.646							
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. As composições são de Licenças de (software) adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas fiscais.									
17. DIREITO DE USO:									
Em 31/12/2023 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de arrendamento, tanto para a controladora como para o consolidado, está demonstrado a seguir:									
determinação do CPC 18 (R2), esses valores foram apresentados no grupo do passivo não circulante.									
ii. Provisão para perda de investimentos:									
	Promotora Geradora de Engenharia S.A.P.I de C.V. (México)	Progen Locações Ltda	Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda	Progen Energia S.A	Total				
Capital social da controladora	42	50.000	1.000	1.000	51.042				
Quantidade de quotas possuídas	34	49.500	990	1.000	50.524				
Patrimônio líquido	(1.761)	(12.508)	(2.115.443)	(5.940)	(2.129.712)				
% participação societária	80%	99%	99%	100%	-				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	112	(5.038)	(63.241)	(5.940)	(68.166)				
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2022	(1.404)	(7.395)	(2.026.905)	-	(2.035.703)				
Resultado de equivalência patrimonial	(6)	(4.987)	(67.383)	(5.940)	(78.316)				
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2023	(1.409)	(12.382)	(2.094.288)	(5.940)	(2.114.020)				
b. Consolidado: i. Investimentos:									
	Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.	Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A	Concessionária Mineirinho SPE S.A	Total					
Capital social da controladora	500.000	22.000.000	4.721.410	27.221.410					
Quantidade de quotas possuídas	245.000	6.050.300	2.360.704	8.656.004					
Patrimônio líquido	2.047.428	(46.160.897)	2.408.566	(41.704.904)					
% participação societária	49%	50%	50%	-					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.547.428	(20.091.379)	(320.474)	(18.864.424)					
Valor contábil do investimento em 31/12/2022	910.646	-	2.360.705	3.271.354					
Aumento/ baixa de investimento	-	-	-	-					

Controladora		Consolidado		31/12/2023		31/12/2022	
Juros parcelamento a transcorrer	(46.143.239)	(40.340.300)	(46.196.071)	(40.381.787)			
Outros impostos	209.323	361.266	211.697	361.268			
Total Trabalhistas + Tributárias	112.527.075	140.638.030	113.181.778	141.034.565			
(a) As rubricas de parcelamento INSS e demais débitos previdenciários foram segregados dos parcelamentos federais							
Controladora		Consolidado		31/12/2023		31/12/2022	
Circulante	192.209.084	157.237.822	194.120.949	158.020.595			
Não circulante	78.616.043	106.982.922	78.638.394	106.982.922			
Total	270.825.127	264.220.745	272.759.343	265.003.518			
Reconciliação dos saldos e das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social:							
Controladora		Consolidado		31/12/2023		31/12/2022	
Resultado antes da tributação e JSCP	145.880.392	71.035.627	169.990.765	70.829.625			
Incentivos fiscais*	(1.944.122)	-	(1.954.143)	-			
Juros sobre capital próprio	(21.944.105)	-	(21.944.105)	-			
Adições	17.431.577	5.755.354	17.434.637	5.755.354			
Exclusões	(5.403.229)	(10.725.053)	(5.784.701)	(10.725.053)			
Lucro tributável	134.020.512	66.607.671	157.742.453	65.859.926			
Base de cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social	134.020.512	66.065.928	157.742.543	65.859.926			
Adicional de 10% (excluindo a parcela não tributada de R\$ 240)	13.378.051	6.582.593	13.521.064	6.582.593			
Imposto de renda corrente	33.481.128	15.897.889	33.864.639	15.897.889			
Contribuição social corrente	12.061.846	5.945.934	12.212.157	5.945.934			
Imposto de Renda e Contribuição Social	45.542.974	21.843.822	46.076.796	21.843.822			
*A Companhia está devidamente inscrita no benefício do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador e realizou durante o exercício de 2023 patrocínios nos valores de R\$ 760.000 (setecentos e sessenta mil) e R\$ 379.999 (trezentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e nove) respectivamente, enquadrados no Art. 18º - Lei nº 8.313, de 23/12/1991 e Art. 3º - Lei nº 11.438, de 29/12/2006 - redação atualizada pela Lei nº 14.439, de 24/08/2022. Os projetos estão registrados no nº 237381 Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e processo nº 71000.073039/2023-99 no Ministério do Esporte, conforme Lei do Incentivo ao Esporte. Os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social. Adicionalmente os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.							
21. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS:							
Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia e controladas, apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais, relacionados a contingências:							
Controladora		Consolidado		31/12/2023		31/12/2022	
Bloqueios judiciais	242.246	242.244	242.244	242.244			
Depósitos Judiciais	4.039.343	3.283.466	4.039.379	3.283.502			
Total	4.281.589	3.283.466	4.281.623	3.283.502			
Conforme CPC 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingente, a Companhia mantém julgamento de forma recorrente, a fim de detectar e refletir eventuais provisões contingentes, classificadas como prováveis saídas de recursos.							
Movimentação da provisão para contingências:							
Contencioso trabalhista							
Controladora		Consolidado		31/12/2023		31/12/2022	
Saldo em 31/12/2022			3.453.074				
Adições	1.148.145		1.148.145				
Reversões	(576.510)		(576.510)				
Saldo em 31/12/2023	1.719.780		1.924.709				
Contencioso tributário							
Controladora		Consolidado		31/12/2023		31/12/2022	
Saldo em 31/12/2022			5.493.249				
Adições	5.493.249		5.493.249				
Saldo em 31/12/2023	5.493.249		5.493.249				
Contencioso cível							
Controladora		Consolidado		31/12/2023		31/12/2022	
Saldo em 31/12/2022			152.410				
Adições	152.410		152.410				
Saldo em 31/12/2023	152.410		152.410				
Total de provisão para contingências							
Controladora		Consolidado		31/12/2023		31/12/2022	
(a) Natureza das contingências: A Companhia é parte envolvida em processos nos âmbitos trabalhista, tributário e cível, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos, cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. (b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: Em 31/12/2023 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima o valor de R\$ 82.365.195,12 decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia é indicada para a uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.							
22. PARTES RELACIONADAS:							
Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:							
Controladora		Consolidado		31/12/2023		31/12/2022	
Ativo							
Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda. (a)	2.184.163	2.035.563	2.184.163	2.035.563			
Promotora Geradora (México) (a)	598.684	598.684	598.684	598.684			
Tux Adm de Bens Imóveis Part Ltda. (a)	550.000	550.000	550.000	550.000			
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. (b)	228.442.675	115.305.501	228.442.675	115.305.501			
Progen Locações Ltda. (a)	1.288.955	1.288.955	1.288.955	1.288.955			
Consórcio T.Rio	-	785	-	785			
Progen Facilities (a)	551.058	1.123.808	551.058	1.123.808			
Concessionária Mineirinho SPE S.A. (a)	2.114.486	938.273	2.114.486	938.273			
NK117 Empreendimentos e Participações (a)	300	-	300	-			
Progen Energia S.A. (a)	5.710	-	5.710	-			
Total	235.736.031	121.841.569	235.736.031	121.841.569			
Passivo							
Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.	59.782	59.782	59.782	59.782			
Total partes relacionadas	59.782	59.782	59.782	59.782			
(a) Os saldos mantidos entre a Progen S.A. e demais empresas até 31/12/2023 representam operações de mútuo em conta corrente, sem a incidência de encargos financeiros e não possuem vencimento definido; (b) A Companhia celebrou junto a Concessionária Allegra Pacaembu operações de mútuos que somam o montante acumulado de R\$189.440.334 (cento e oitenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta mil, trezentos e trinta e quatro reais), acrescido de juros remuneratórios de CDI + 3,89% ao ano. Efeituou transações via conta corrente referente a reembolso de despesas pagas pela Progen no início da operação da Concessionária Allegra Pacaembu no montante de R\$ 39.002.340 (trinta e nove milhões, dois mil e trezentos e quarenta reais). Estas operações de mútuo poderão ser convertidas em participação societária na Concessionária Allegra Pacaembu.							
Controladora		Consolidado		31/12/2023		31/12/2022	
Ativo - Contas a receber							
Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda.	-	2.035.563	-	2,035.563			
Promotora Geradora (México)	598.684	598.684	598.684	598.684			
Tux Adm de Bens Imóveis Part Ltda.	550.000	550.000	550.000	550.000			
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.	228.442.675	115.305.501	228.442.675	115.305.501			
Progen Locações Ltda.	-	1.288.955	-	1,288.955			
Total	877.699	2.478.703	877.699	2,478.703			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da Progen S.A., São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Progen S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Progen S.A. ("Companhia"), em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Partes relacionadas:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis, que menciona que a Companhia possui transações substanciais envolvendo empresas relacionadas. Neste contexto, o resultado do exercício poderia vir a ser diferente caso estas transações fossem realizadas com empresas não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade

pelos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação ◀

PROGEN S.A.

ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria

do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19/03/2024.

BDO RCS
Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/0-1

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador
CRC 1 SP 223326/0-3

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Brasceras S/A Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 04.535.453/0001-73

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.303	8.556	49.669	8.560	Forneceadores	11	2.103	4.723	2.103	4.723
Contas a receber de clientes	6	42.117	46.274	41.758	45.391	Empréstimos e financiamentos	12	11.524	9.622	11.524	9.622
Estoques	8	35.076	43.681	35.076	43.681	Impostos a recolher		1.225	1.650	1.225	1.650
Impostos a recuperar	7	2.993	4.219	2.993	4.236	Salários e encargos a pagar		1.846	1.859	1.846	1.859
Despesas antecipadas		559	527	559	527	Adiantamento de clientes		494	400	494	417
Outros créditos		277	251	1.006	250	Parcelamentos de impostos		594	592	594	592
Total do ativo circulante		130.325	103.508	131.061	102.645	Outros passivos		305	310	320	310
Não circulante						Total do passivo circulante		18.091	19.156	18.106	19.173
Aplicações financeiras e títulos de capital	5	-	1.155	-	1.155	Não circulante					
Partes relacionadas	14	11.009	9.659	9.255	8.624	Empréstimos e financiamentos	12	10.957	6.641	10.957	6.641
Depósitos judiciais		1.300	1.222	1.300	1.222	Partes relacionadas	14	-	-	-	-
Impostos a recuperar	7	1.688	3.897	1.688	3.897	Provisão para passivo a descoberto em controladas	10	1.033	1.448	-	-
Impostos diferidos		834	416	834	416	Parcelamentos de impostos		882	1.402	882	1.402
Outros créditos		4	70	9	70	Provisão para contingências	13	701	701	701	701
Imobilizado	9	15.740	15.881	15.740	15.881	Outros passivos		237	537	237	537
Investimentos	10	10	5	5	5	Total do passivo não circulante		13.810	10.729	12.777	9.281
Intangível	9	62	14	62	17	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		30.647	32.319	28.893	31.287	Capital social	16	32.449	32.449	32.449	32.449
Total do ativo		160.972	135.827	159.954	133.932	Reserva de lucros		96.622	73.493	96.622	73.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucros		CTA	Patrimônio líquido	Participação de minoritários	Total
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Resultados acumulados					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	32.449	45.418	6.490	3.209	273	87.839	22.429	(408)	87.431
Resultado do exercício	-	-	-	22.429	-	22.429	-	(1)	22.428
Constituição de reserva	-	27.171	-	(27.171)	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(4.033)	-	-	-	(55)	(4.033)
Outros impactos	-	-	-	(20)	(273)	-	-	(53)	(293)
Baixa de investimento (Gewax)	-	-	-	38.672	-	-	38.672	-	38.672
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.449	72.589	6.490	(5.586)	-	105.942	38.672	(464)	105.478
Resultado do exercício	-	-	-	(28.897)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	-	(2.800)	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(88.686)	-	-	-	-	-
Outros impactos	-	-	-	(12.599)	-	-	-	-	-
Varição cambial de conversão de operações no exterior	-	-	-	88.686	-	-	-	-	-
Baixa de investimento	-	-	-	-	(144)	-	-	464	464
Saldos em 31 de dezembro de 2023	32.449	10.000	6.490	80.276	(144)	129.071	-	-	129.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais - 1.1. Contexto operacional: A Brasceras é uma sociedade com sede na Avenida Copacabana, 238, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social: • Comércio de parafinas; • Entabamento de parafinas • Comércio de produtos químicos em geral; • Fabricação de produtos químicos próprios; • Fabricação e comercialização de emulsão de parafina; • Importação e exportação; • Transporte rodoviário de cargas, em veículos próprios ou de terceiros. Além disso, a Companhia possui participação societária na Cibrelas Indústria e Comércio de Colas Ltda. ("Cibrelas"), ambas operando na mesma linha de negócios da Companhia. Em 14 de dezembro de 2022, o sócio que detinha 49% da Cibrelas encerrou o CNPJ e cedeu sua participação para a Brasceras, sem custo, através de uma transferência de participação, conforme ato societário registrado na Junta Comercial de Salvador em 23 janeiro de 2023. 1.2. **Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 08 de abril de 2024. 1.3. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. 2. **Resumo das práticas contábeis - 2.1. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da entidade controlada pela Companhia (sua controlada) elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia avalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as Empresas do Grupo e Companhia são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo. 2.2. **Conversão de saldos em moeda estrangeira:** (a) **Moeda Funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços; e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. (b) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. 2.3. **Ativos financeiros:** (a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. (b) **Contas a receber de clientes:** Estão apresentadas a valores de custo histórico, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. (c) **Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. 2.4. **Estoques:** Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável. 2.5. **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação e construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. 2.6. **Provisão para valor recuperável dos ativos:** Na data das Demonstrações Financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ativo originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada no final de cada exercício, sendo que o teste é antecipado se ocorrerem indicativos de deterioração. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ativo, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão e os impactos de impostos não sejam demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. 2.8. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado são calculados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras, contabilizados pelo valor líquido de incentivos fiscais, ajustados pelas compensações dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, obedecendo ao limite estipulado em legislação específica e qualquer ajuste aos impostos e passivos reconhecidos em exercícios anteriores. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita. 2.9. **Outros ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). 2.10. **Transações com partes relacionadas:** Os contratos de mútuos da Companhia são atualizados pelos encargos contratados. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. 2.11. **Reconhecimento de receitas de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. 2.12. **Incentivos fiscais:** A Companhia possui incentivos fiscais para redução do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e do imposto de renda. A subvenção governamental não impõe condição de desempenho futuro sobre a Companhia, sendo reconhecida no resultado de acordo com sua natureza, quando os valores da subvenção forem razoavelmente assegurados, sendo, posteriormente, reclassificados para a rubrica "Reserva de incentivos fiscais", quando aplicável, conforme o pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. 2.13. **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Novas Normas ainda não vigentes:** Novas normas e alterações entraram em vigor para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2023. No entanto, esses novos normativos não trouxeram impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Não há outras normas (CPC) ou interpretações (IIPC) que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 2.14. **Reclassificações na demonstração do fluxo de caixa:** A fim de aprimorar a apresentação ao usuário a administração da Companhia efetuou algumas reclassificações de saldos apresentados a fim de melhorar a comparabilidade das informações entre os anos. Cabe ressaltar que as reclassificações não alteram os números anteriormente apresentados e não possuem efeitos materiais na demonstração. 3. **Uso de estimativas:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas; se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. Os principais aspectos sujeitos a estimativas são os seguintes: (a) **Vida útil dos bens do imobilizado e intangível:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.5 e nº 9, a Administração da Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente no fim de cada exercício. (b) **Avaliação da recuperabilidade de ativos:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências sejam identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo e seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que esta não tenha sido registrada (c) **Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. (d) **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico e o lucro tributável futuro projetado.

Demonstração dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Receita líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
(-) Custo dos produtos vendidos	17	309.739	355.893	309.739	355.893
Lucro bruto	18	48.168	34.651	48.168	34.651
Despesas operacionais, líquidas					
Despesas comerciais	19	(13.772)	(20.034)	(13.772)	(20.034)
Despesas administrativas	20	(19.584)	(15.629)	(19.615)	(15.629)
Outras receitas líquidas das despesas	21	30.217	26.570	30.201	26.571
Resultado de equivalência patrimonial		(50)	1	-	-
Resultado financeiro		44.979	25.559	44.982	25.559
Receitas financeiras	22	8.616	9.817	8.614	9.817
Despesas financeiras	22	(11.598)	(12.322)	(11.605)	(12.322)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		41.997	23.054	41.991	23.054
Corrente	15	(3.742)	(347)	(3.742)	(347)
Diferido	15	418	(278)	424	(278)
Lucro líquido do exercício		38.673	22.429	38.673	22.429
Atribuíveis a:					
Acionistas controladores		-	-	-	22.429
Não controladores		-	-	-	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ajuste de conversão		38.673	22.429	38.673	22.429
Participação de não controladores		(144)	-	(144)	-
Resultado abrangente do exercício		38.529	22.429	38.529	22.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	38.673	22.430	38.673	22.430
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	2.203	1.917	2.203	1.934
Aumento de imposto diferido	(418)	(278)	(418)	(285)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	17	46	17	46
Provisão (reversão) de contingências	-	(422)	-	(422)
Equivalência patrimonial	90	1	90	3.144
Juros incorridos e variação cambial sobre empréstimos	50	3.144	901	3.144
Baixa de investimentos	(443)	1.243	464	(17.171)
Incentivos fiscais	(28.897)	(27.171)	(28.897)	(27.171)
Baixa de ativo imobilizado	-	206	-	206
Ajuste de conversão	(144)	-	(144)	-
Outros	-	6	-	223
Redução ou aumento nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	4.140	(15.132)	3.616	(15.132)
Impostos a recuperar	3.435	(3.916)	3.452	(3.901)
Estoques	8.608	(4.684)	8.608	(4.684)
Outros créditos	32	(1.390)	(733)	(1.360)
Depósitos judiciais	(78)	(22)	(78)	(22)
Forneceadores	(2.620)	(600)	(2.620)	(600)
Impostos a recolher	31.359	27.279	31.346	27.279
Salários e encargos a pagar	(13)	132	21	132
Aumento em outros passivos	(211)	88	(228)	90
Partes relacionadas	(27)	(176)	(631)	(176)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	56.567	2.701	55.552	1.731
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.887)	(347)	(2.887)	(347)</

... continuação

Brasceras S/A Indústria e Comércio

Table with columns: 8. Estoques, 9. Imobilizado, 10. Investimentos, 11. Fornecedores, 12. Empréstimos e financiamentos, 13. Provisões para contingências, 14. Partes relacionadas, 15. Imposto de renda e contribuição social, 16. Patrimônio líquido, 17. Receita operacional líquida, 18. Custos, 19. Despesas comerciais, 20. Despesas administrativas, 21. Outras receitas líquidas das despesas, 22. Resultado financeiro, 23. Instrumentos financeiros.

Table with columns: 16. Patrimônio líquido, 17. Receita operacional líquida, 18. Custos, 19. Despesas comerciais, 20. Despesas administrativas, 21. Outras receitas líquidas das despesas, 22. Resultado financeiro, 23. Instrumentos financeiros.

(i) Em 31 de dezembro de 2021 a Brasceras possuía participação de 51% da Cibrelvas. A partir de 14 de dezembro de 2022, o sócio que detinha 49% da Cibrelvas cedeu sua participação para a Brasceras, conforme ato societário registrado na Junta Comercial de Salvador em 23 de janeiro de 2023. (ii) Em 31 de dezembro de 2022 a Brasceras possuía participação de 50% da Colbrax. A partir de 3 de fevereiro de 2023, a Brasceras cedeu sua participação para a entrada de dois novos sócios, conforme ato societário registrado na Junta Comercial de São Paulo em 28 de março de 2023.

(b) Subvenções governamentais: As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir: Incentivo Lei 6.979/2015: A Companhia goza de benefício de subvenção, concedida pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro, para sua unidade localizada no Município de Paraíba do Sul. O regime especial de tributação é baseado no recolhimento do ICMS, previsto nesta Lei, que vigorará até o último dia do vigésimo quinto ano subsequente à data de sua publicação e somente se aplica sobre parcela do ICMS próprio devido pelo estabelecimento industrial optante do referido regime. O mesmo consiste na redução de alíquota para 2% sobre o valor das operações de saída por vendas ou transferências deduzidas as devoluções, vedado o aproveitamento de qualquer crédito fiscal. O montante reconhecido em 31 de dezembro de 2023 no resultado foi de R\$ 28.897. (c) Reservas de lucros: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social. A Companhia chegou ao limite de 20% do capital e dessa forma não constitui reserva legal no período. (d) Dividendos: O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Em ata de reunião registrada em 23 de maio de 2023 foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao resultado de 31 de dezembro de 2022 (R\$ 22.429). Em ata de reunião registrada em 23 de maio de 2023 foi aprovada a distribuição de dividendos, relativo ao resultado de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 4.028. No ano de 2023, foi pago, antecipadamente, o valor de dividendos de R\$ 15.399, relativo ao resultado do exercício de 31 de dezembro de 2023. 17. Receita operacional líquida – A receita operacional líquida para o exercício possui a seguinte composição:

Table with columns: 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Mercado interno, Mercado externo, Receita bruta, (-) Impostos sobre vendas, (-) Devoluções e abatimentos, Receita líquida, 18. Custos, Produtos vendidos, Indiretos de fabricação, Custo com pessoal, Depreciação, Total, 19. Despesas comerciais, 20. Despesas administrativas, Custos, Custo fixo não alocado, Assessoria e consultoria, Serviço de suporte técnico, Energia elétrica, Outras despesas e receitas, Total.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. Aos administradores e acionistas. Brasceras S/A Indústria e Comércio – Barueri-SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Brasceras S/A Indústria e Comércio ("Brasceras" ou "Companhia") e suas controladas, identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Partes relacionadas: Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 as demonstrações financeiras, a Companhia mantém volumes significativos de transações de mútuos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados destas operações, bem como sua posição patrimonial e financeira, podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável por assegurar a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtenhamos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia ou atividades de seu negócio da Companhia e suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Barueri, 08 de abril de 2024. Mazurs Auditores Independentes – CRC 25P 023.701/O-8. Daniel Augusto Reis – Contador CRC 15P 254.522/O-0.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024. ICP Brasil. Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

CNPJ/MF nº 43.655.612/0001-25

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos, com satisfação, os bons resultados alcançados em 2023, mesmo com uma queda na receita, retemos um caixa maior em função de créditos tributários, conquistamos novos clientes e melhoramos nossa geração de caixa, o que nos potencializa para um futuro promissor e com fortes resultados. Buscamos sempre o crescimento, mantendo a qualidade dos nossos produtos e o foco em não dependente de empréstimos ou financiamentos com instituições financeiras. Em 2023, além dos investimentos realizados, os novos clientes conquistados e a melhor geração de caixa, considerando o alongamento dos prazos de recebimentos, o que já equalizamos no decorrer do ano e será acompanhado para mantermos a alavancagem em níveis baixos, como determina nossa política interna. Permanecemos engajados e certos de que a prática de sustentabilidade é determinante ao nosso desenvolvimento, por isso, investiremos cada vez mais na construção de um ambiente inclusivo, ético e ambientalmente sustentável. Dessa forma, buscaremos melhorias contínuas na qualidade de vida de todos os envolvidos no nosso negócio, alinhados com lucros, propósitos e transparência. **Governança Corporativa:** Em consonância com a visão de ser uma Companhia líder em seu mercado, a Poly-Vac elabora e apresenta suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas introduzidas

pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023 e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. **Agradecimentos:** O ano de 2023 foi de muito trabalho, chegaram novos clientes e mantivemos os clientes recorrentes, melhoramos nossa geração de caixa em 56,6%, quando comparado a 2022, alcançamos bons resultados graças ao esforço de cada um dos 463 colaboradores. Deixo a minha gratidão a todos, pelo comprometimento, empenho e dedicação demonstrado a Companhia neste exercício. Por fim, agradeço nossa parceria, fornecedores, instituições financeiras e a todos pela confiança e apoio. **Michela Brígida Aripoll** - Presidente da Poly-Vac

Destacues Financeiros e Operacionais – 2023

• **Receita líquida** houve uma queda de 13,5% em 2023; • **Investimentos** na ordem de R\$ 2,5 milhões em 2023 para novas máquinas; • **Alavancagem** de 0,4x, medida pela dívida líquida/EBITDA, alinhado com a política de baixo endividamento da Companhia; • **Contas a receber** manteve-se linear em relação a 2022, devido a conquista de novos clientes e renovação de

importantes contratos, mantendo nossa disciplina financeira e realizando rigorosas práticas de análise de créditos, que evitam risco de perda;

Destacues financeiros (R\$ Milhões)	2023	2022	A/A
Receita bruta	292,1	337,2	-13,4%
Receita líquida	225,5	260,8	-13,5%
Lucro líquido	20,1	36,0	-44,2%
EBITDA	31,3	44,8	-30,1%
Margem*	13,9%	17,2%	-3,3 p.p.

* Calculado sobre a receita líquida

Reconciliação do EBITDA (R\$ Milhões)	2023	2022	A/A
Lucro líquido do exercício	20,1	36,0	-44,2%
Resultado financeiro	(3,7)	(4,0)	-7,5%
IRPJ e CSLL	8,1	8,2	-1,2%
Depreciação e amortização	6,8	4,6	47,8%
EBITDA	31,3	44,8	-30,1%

ROIC LTM (R\$ Milhões)	2023	2022	A/A
(-) Desp. gerais, administrativas e comerciais	(26,1)	(24,5)	6,5%
(+/-) Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	(2,9)	(3,4)	-14,7%
EBIT	24,6	40,2	-38,8%
(+/-) Impostos (considera alíquota efetiva)	(8,1)	(8,2)	-1,2%
(-) Lucro operacional líquido menos impostos	16,5	32,0	-48,4%
(=) Capital investido (Patrimônio líquido + dívida)	155,8	147,5	5,6%
ROIC	10,6%	21,7%	p.p.

Indicadores de alavancagem (R\$ Milhões)	2023	2022	A/A
Dívida líquida*	-7,7	20,1	-138,3%
EBITDA	31,3	44,8	-30,1%
Dívida líquida / EBITDA	-0,2x	0,5x	-1,5%

* Dívida líquida = Passivo de arrendamentos circulante e não circulante menos caixa e equivalentes de caixa.

Balancos patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
	Notas	2023	2022	
Ativos				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	7	46.281	21.427	
Contas a receber de clientes	8	67.345	70.172	
Estoque	9	12.000	11.538	
Impostos a recuperar	10	7.635	10.147	
Despesas antecipadas		180	151	
Outras contas a receber		2.720	2.700	
		136.161	116.135	
Depósito judicial	11	13.660	13.962	
Impostos a recuperar	10	282	9.541	
		13.942	23.503	
Imobilizado	12	43.678	47.842	
		43.678	47.842	
		57.620	71.345	
Total do ativo		193.781	187.480	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal		
Saldos em 1º de janeiro de 2022	4.211	843	42.835	27.262
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	35.986
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	35.986
Renuneração aos acionistas (R\$ 38,95 por lote de mil ações) na forma de juros sobre o capital próprio	-	-	-	(5.033)
Destinação para retenção de lucros	-	-	30.953	(30.953)
Destinação para reserva de lucros a realizar	-	-	8.990	-
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(873)	(873)
Saldos em 31/12/2022	4.211	843	81.905	18.272
Saldos em 1º de janeiro de 2023	4.211	843	81.905	18.272
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	20.131
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	20.131
Renuneração aos acionistas (R\$ 57,02 por lote de mil ações) na forma de juros sobre o capital próprio	-	-	-	(7.368)
Destinação para Reserva Legal	-	1.006	-	(1.006)
Destinação para retenção de lucros	-	-	11.757	(11.757)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	9.257	(9.257)
Destinação para aumento de Capital	40.953	-	(40.953)	-
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(708)	(708)
Saldos em 31/12/2023	45.164	1.849	61.258	9.015

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia") foi fundada em 1973, tornando-se uma Sociedade Anônima de capital fechado, situada à Av. das Nações Unidas, 21.313, que produz embalagens rígidas. A Poly-Vac iniciou no Brasil, com tecnologia própria, a fabricação de embalagens termofixadas em polipropileno, tornando-se a primeira Companhia em nível mundial neste segmento. Entre as líderes de mercado, a Poly-Vac atende as principais indústrias alimentícias e redes de fast food do País, sendo suas embalagens largamente utilizadas no envase de margarina, tempero, água mineral, suco, sorvete, doces em geral, iogurte, queijo, requeijão, manteiga, creme de leite, maionese, pipoca, goiabada, sabão em pasta e cosméticos. Também produz bases para ovos de Páscoa e copos descartáveis. Destacam-se, também, os copos descartáveis de polipropileno, amplamente utilizados nos post-mix dos fabricantes de refrigerantes e cervejas e nas redes de fast food. **Continuidade operacional:** A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 22/03/2024. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício social encerrado em 31/12/2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Notas Explicativas n°s 8, 9 e 12 - teste de redução ao valor recuperável:** principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis; **• Nota Explicativa n° 17 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: **• Nota Explicativa n° 23 - instrumentos financeiros.** **5. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **6. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a. Receita operacional:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	19	225.507	260.804
Custo dos produtos vendidos	(171.944)	(192.736)	
Lucro bruto		53.563	68.068
Despesas de vendas	20	(15.265)	(14.480)
Despesas gerais e administrativas	21	(10.757)	(9.913)
Honorários dos administradores		(90)	(85)
Outras (despesas)/receitas operacionais		(2.925)	(3.399)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		24.526	40.191
Receitas financeiras	22	11.986	9.996
Despesas financeiras	22	(8.334)	(6.017)
Resultado financeiro líquido		3.652	3.979
Resultado antes do IRPJ e CSLL		28.178	44.170
IRPJ e CSLL - Corrente	16.b	(9.965)	(9.744)
IRPJ e CSLL - Diferido		1.918	1.560
Lucro líquido do exercício		20.131	35.986

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	20.131	35.986
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	20.131	35.986

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Lucro básico/diluído por ação (R\$)

	2023	2022
Lucro básico	0,16	0,28

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	20.131	35.986
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	20.131	35.986

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos estão descritas na Nota Explicativa n° 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **h. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: Custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os ativos financeiros e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou suspensa. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Ativo financeiro ao custo amortizado:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. **Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. A Companhia não possui ações preferenciais, sendo em sua totalidade ações ordinárias sem valor nominal. **i. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de impairment. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: **• Indisponibilidade ou atrasos do devedor;** **• Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;** **• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;** **• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;** **• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;** **• Os dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.** **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o IRPJ e CSLL, diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço. **k. Distribuição de dividendos:** As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. **l. Juros sobre o capital próprio:** De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		20.131	35.986
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(2.456)	(6.595)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(6.707)	(5.400)
Total		10.768	13.991

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Fluxo de caixa das atividades operacionais

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	20.131	35.986
Depreciação e amortização	12	6.793
Constituição da provisão para contingências	17	108
Juros sobre arrendamento	22	2.502
IRPJ e CSLL - corrente e diferido	DRE/16.b	8.047
Perda na venda de ativo imobilizado	-	(52)
Outros ajustes	(156)	569
Total	37.425	51.671

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Aumento/(redução) nos ativos

	2023	2022
Contas a receber de clientes	2.827	(9.242)
Estoques	(462)	1.664
Impostos a recuperar	11.771	2.348
Outros ativos circulantes	(49)	(1.860)
Depósitos judiciais	302	4.893
Total	(484)	(1.631)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Aumento/(redução) nos passivos

	2023	2022
Fornecedores	88	(97)
Obrigações sociais	(1.388)	503
Obrigações tributárias	175	(916)
Outras contas pagar	(10.746)	(12.657)
Total	(12.149)	(12.215)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

	2023	2022
Adições ao ativo imobilizado	12	(2.456)
Total	(2.456)	(6.595)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

	2023	2022
Amortização de arrendamento	(6.707)	(5.400)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(5.442)	(6.815)
Total	(12.149)	(12.215)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa

continuação

Em 31/12/2023 e 2022 não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia possui controle razoável sobre a avaliação da PECLD, não havendo necessidade de provisão para a posição de 31/12/2023.

9. Estoques: 2023 2022
Produtos em processo 5.522 4.402
Matérias-primas 2.408 3.275
Almoxarifados 1.499 1.366
Produtos acabados 1.504 1.541
Materiais auxiliares e embalagens 1.067 954
Total 12.000 11.538

A Companhia não possui provisão para perda nos estoques para o exercício findo em 31/12/2023.

10. Impostos a recuperar: 2023 2022
IPI a recuperar 4.422 1.981
IRPJ e CSLL a compensar 3.176 3.176
IRRF a recuperar 37 31
PIS a recuperar - 4.959
PIS e COFINS a recuperar (*) 282 9.541
Total 7.917 19.688

(* PIS e COFINS a recuperar - Exclução do ICMS da base de cálculo: foi transitado em julgamento a decisão acolhendo a pretensão da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e do COFINS, com efeito a partir de 2007. A Administração efetuou levantamento dos seus créditos do período de 2003 a 2021, em conformidade com a decisão de repercussão geral do STF, que em 15/03/2017, analisou o processo relacionado a esse assunto, e, por seis votos a quatro, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e do COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão. Em 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso de embargos de declaração que a Procuradoria da Fazenda Nacional havia oposto alegando que a decisão do Supremo fora omissa em determinados pontos, e requerendo a modulação dos efeitos da decisão. No referido julgamento, o STF acolheu, em parte, os embargos de declaração, para modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15/03/2017 (data em que julgado o RE Nº 574.706), ressalvadas as ações judiciais ou processos administrativos instaurados até essa data, e rejeitou os embargos quanto à alegação de omissão, obscuridade ou contradição e, no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS-COFINS, firmou o entendimento de que se trata do ICMS destacado. A partir deste julgamento, o conceito de praticamente certo para fins da entrada de benefícios econômicos e reconhecimento do ativo e o correspondente ganho passou a ser demonstrado. A Companhia reconheceu no exercício de 2021 o montante de R\$ 17.898, sendo o valor do principal de R\$ 8.472 e de atualização monetária sobre o indébito de R\$ 9.426, os montantes ora informados foram revisados e tiveram o suporte de consultoria externa, a qual aplicou os métodos em conformidade com a modulação do STF. A compensação dos créditos fiscais de PIS e COFINS serão efetuadas por meio de procedimento administrativo, cuja autoridade fiscal tem o prazo legal para executar o seu direito de fiscalizar a Companhia ou existir a homologação por prescrição.

11. Depósitos judiciais: 2023 2022
Depósitos judiciais - COFINS (*) 13.660 13.660
Bloqueio judicial trabalhistas - 302
Total 13.660 13.962

(* A Companhia efetuou depósitos judiciais da COFINS judicialmente, que corresponde ao período de dezembro de 2006 a janeiro de 2021, correspondente ao montante de R\$ 18.553, e está no aguardo da decisão do juízo com relação ao valor que terá direito a restituir, isso decorre de que em 2006, a Companhia entrou com mandado de segurança visando a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS, sendo autorizada em juízo a recolher as diferenças entre o cálculo da Companhia e o cálculo conforme regime fiscal. Devido a decisão do STF, modulando a forma de cálculo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, a Companhia reverteu a provisão para riscos fiscais que havia provisionado contra o resultado do exercício, efetuando o registro do passivo fiscal diferido sobre o valor, e atualmente espera a liberação dos valores depositados judicialmente.

12. Imobilizado: 2023 2022
Taxa de depreciação (% a.a.) Custos Depreciação acumulada Líquido
Máquinas, equipamentos e instalações 10 a 20 57.384 (52.753) 4.631 3.601
Móveis e utensílios 10 1.271 (1.246) 25 9
Ativo de direito de uso 10 48.440 (14.127) 34.313 39.800
Veículos 20 1.153 (519) 634 432
Outros 4,075 - 4.075 4.000
Total 112.323 (68.645) 43.678 47.842

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas atividades exercidas pela Companhia. A seguir, a movimentação do imobilizado em 2023 e 2022:

2022 2023
Saldo final Adições Baixas Transf. ferências Depreciação acumulada Saldo final
Máquinas, equipamentos e instalações 3.376 1.606 - (278) (728) 3.976
Móveis e utensílios 31 20 - - (3) 48
Veículos 457 325 - - (124) 658
Outros 4.178 505 - - - 4.683
Ativo de direito de uso 39.800 450 - - (5.937) 34.313
Total 47.842 2.906 - (278) (6.792) 43.678

2021 2022
Saldo final Adições Baixas Transf. ferências Depreciação acumulada Saldo final
Máquinas, equipamentos e instalações 1.723 1.987 - - (334) 3.376
Móveis e utensílios 33 - - - (2) 31
Veículos 75 430 - - (48) 457
Outros 4.178 - - - - 4.178
Ativo de direito de uso 36.135 7.840 - - (4.175) 39.800
Total 37.966 14.435 - - (4.559) 47.842

Revisão da vida útil: A Companhia avaliou a vida útil econômica de todos os bens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31/12/2023, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. Revisão do impairment: A Companhia não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo imobilizado.

12.1. Direito de uso e passivo de arrendamento: Direito de uso: A Poly-Vac possui contratos de arrendamentos referentes a contratos de locação de imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização permanecem com o arrendador. O reconhecimento está apresentado em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Em 31/12/2023, o valor contábil referente ao direito de uso dos compromissos de arrendamentos registrados no ativo imobilizado como direito de uso era de R\$ 34.313. Passivo de arrendamento: As obrigações decorrentes de Arrendamentos a pagar, referentes à norma contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos, são alocadas a encargos

POLY-VAC S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS

financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Em 31/12/2023 a taxa média ponderada utilizada de desconto aplicada no reconhecimento dos contratos de arrendamentos foi de 6,39%. Os saldos de passivo circulante e não circulante estão demonstrados abaixo:

2023 2022
Passivo de arrendamento 47.508 53.765
Juros a apropriar - AVP (8.952) (11.455)
Total 38.556 42.310
Passivo circulante 5.032 4.313
Passivo não circulante 33.524 37.997
Total 20.720 21.204

A Companhia em 31/12/2023 não possuía fornecedores estrangeiros e, não há operações de "Forfeiting" ou Risco Sacado e não há exposição cambial.

14. Obrigações sociais: 2023 2022
Provisão para férias 433 546
INSS a recolher 1.060 969
Salários 888 773
FGTS a recolher 337 312
Encargos sociais - FGTS 22 45
Outros 84 121
Encargos sociais - INSS 80 69
Empréstimo consignado 45 26
Total 2.949 2.861

15. Impostos, taxas e contribuições: 2023 2022
IRRF a recolher 696 640
ICMS a recolher 1.030 1507
COFINS a recolher 647 806
PIS a recolher 139 174
Outros 22 15
Total 2.534 3.142

16. IRPJ e CSLL: a. IRPJ e CSLL a pagar: 2023 2022
IRPJ 342 912
CSLL 127 337
Total 469 1.249

b. Reconciliação da taxa efetiva: 2023 2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL 28.178 44.171
Adições:
Provisão para contingências trabalhistas 555 164
Despesas não dedutíveis 26 30
Desp.com juros arrendamento 2.502 2.259
Depreciação arrendamento Direito e Uso 5.937 4.175
Outros 2.506 3.031
Valor Principal - Habilitação PIS 6.925 1.631

Exclusões:
Juros sobre capital próprio (7.368) (5.033)
Baixa de Provisão Trabalhista (446) -
Proc. Excl. ICMS BC PIS/COFINS (912) (4.372)
Atualiz. Proc.Excl. ICMS BC PIS/COFINS (6.707) (5.509)
Arrendamento Ajuste adequação (1.288) (11.300)
Lucro Real 29.908 29.247
Compensação do Prejuízo 30% 29.908 29.247
IRPJ 15% (4.486) (4.387)
IPR adicional de 10% (2.967) (2.900)
Pat 4% dos 15% IRPJ 180 175
IRPJ 25% (7.273) (7.112)
CSLL 9% (2.692) (2.632)
IRPJ e CSLL na demonstração do resultado (9.965) (9.744)
Taxa efetiva 33,3% 22,1%

17. Provisão para riscos processuais: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, civil e criminal. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Em 31/12/2023, está provisionado o montante de R\$ 431 (R\$ 322 em 31/12/2022), o qual, na opinião da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais em 31/12/2023, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, ainda assim foram recolhidos depósitos judiciais para a totalidade dos montantes.

Depósitos judiciais para riscos processuais: 2023 2022
Trabalhista 431 322
ICMS sobre base de cálculo COFINS 431 322
Total 431 322

As movimentações na provisão para riscos processuais são apresentadas a seguir:

2022 Adições Reversões 2023
Trabalhista 322 109 - 431
Total 322 109 - 431

ICMS sobre base de cálculo COFINS: Em 2006, a Companhia entrou com mandado de segurança visando a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS, sendo autorizada em juízo a recolher as diferenças entre o cálculo da Companhia e o cálculo conforme regime fiscal. Com isso, a Companhia mensalmente calcula e adiciona a diferença na conta de provisão para riscos fiscais e efetua o recolhimento dos depósitos judiciais. Processos com probabilidade de perda possível: A Companhia possui processos nos quais a probabilidade de perda possível, sendo ações de natureza civil no montante de R\$ 1.478 (R\$ 1.567 em 31/12/2022), de natureza trabalhista no montante de R\$ 409 (R\$ 449 em 31/12/2022), de natureza fiscal no montante de R\$ 667 (R\$ 596 em 31/12/2022) em 2023 de acordo com seus assessores jurídicos, foram classificadas como risco de perda possível, não cabendo efetuar a provisão. Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária: Em 08/02/2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva "coisa julgada" a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24/IAS 10 Eventos Subsequentes, não resulta em impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2023.

18. Patrimônio líquido: a. Capital social (Valor expresso em reais): O capital social da Companhia em 31/12/2023 é de R\$ 45.163.927, dividido em 129.224.067 ações ordinárias nominativas e em 2022 foi de R\$ 4.211.427, dividido em 129.224.067 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.

Números de ações Participação no capital social (%)
Michela Brígida Aripoll 116.314.583 90,01
Denis Aripoll Borenstein 12.909.484 9,99
Total 129.224.067 100

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da

Em setembro de 2020, a Companhia efetuou a cisão parcial de ativos, reduzindo o capital social no montante de R\$ 23.088, que corresponde a redução na quantidade de 93.216.365 ações. A Cisão foi efetuada com base em valores contábeis de registro. b. Reserva legal: Constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei, é destinada à manutenção da integridade do capital social. O saldo constituído até o momento está no limite de 20% em conformidade com a exigência da Lei nº 6.404/76. c. Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95: De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício de 2023, no montante de R\$ 7.368 (R\$ 5.033 em 31/12/2022), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório seja de 10% do resultado no exercício, ajustado na forma da lei, quando houver lucro no exercício. Dividendos adicionais podem ser distribuídos, desde que aprovado em ata. Em 2023 não houve dividendos, pois os Juros sobre o Capital Próprio superaram o percentual de 10% sobre o lucro do exercício. Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

Valor 20.131
(-) Reserva legal (1.007)
Base de cálculo 19.124
Juros sobre o capital próprio 7.368
IRRF - IRPJ Retido na Fonte = 15% (1.105)
Total 6.263

Juros sobre o capital próprio líquido de impostos 31,1%
Os juros sobre capital próprio foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Patrimônio líquido 2023 2022
Base para o cálculo 105.231 75.152
TJLP acumulada de 2023 - 7,05% a.a. 105.231 75.152
IRPJ Restituído na Fonte - IRRF 7.368 5.033
Total 112.599 80.185

Juros sobre capital próprio a pagar liq. de IRRF 6.263 4.278
d. Retenção de lucros: Conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração propõe ad referendum na Assembleia dos acionistas a destinação do saldo do lucro líquido do exercício, quando houver, após a destinação da reserva legal, dividendos e juros sobre o capital próprio. Limite para reserva de retenção de lucros, a reserva cita supero o valor do capital social, conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, a administração em conjunto com os acionistas, irão avaliar a destinação para aumento de capital social ou distribuição da retenção de lucros.

19. Receita operacional líquida: 2023 2022
Receita bruta operacional de venda - nacional 284.011 332.031
Receita bruta operacional de venda - exterior 8.081 5.132
Subtotal 292.092 337.163
Impostos sobre vendas (62.640) (75.191)
Devolução de vendas (3.945) (1.168)
Subtotal (66.585) (76.359)
Total 225.507 260.804

A Companhia possui um cliente significativo, que superou o percentual de 10% do total da receita líquida no exercício de 2023. A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável e outras contas de controle.

20. Despesas de vendas: 2023 2022
Fretes e carretos (6.562) (6.162)
Comissões sobre vendas (2.928) (3.107)
Ordenados salários (2.042) (1.912)
Outras despesas (775) (688)
Outras obrigações trabalhistas (1.024) (856)
Descontos e abatimentos (248) (442)
Despesas com exportação (249) (98)
Encargos sociais - FGTS (154) (147)
Encargos sociais - INSS (446) (462)
Títulos incorbráveis (18) -
Depreciação arrendamento (837) (588)
Total (15.265) (14.480)

21. Despesas gerais e administrativas: 2023 2022
Ordenados e salários (4.319) (4.046)
Serviços prestados (1.012) (1.138)
Férias (611) (554)
Outras despesas (706) (594)
Assistência médica (475) (410)
Encargos sociais - FGTS (412) (385)
Manutenção máquinas e outros (232) (205)
13º salário (433) (391)
Encargos sociais - INSS (1.250) (1.275)
Outras obrigações trabalhistas (473) (307)
Energia elétrica (247) (141)
Materiais de limpeza (161) (143)
Impostos e taxas (70) (58)
Depreciação (80) (71)
Despesas não dedutíveis (26) (19)
Depreciação arrendamento (250) (176)
Total (10.775) (9.913)

22. Resultado financeiro líquido: 2023 2022
Receitas financeiras
Juros ativos 648 137
Atualização monetária de indébito tributário 6.714 7.997
Rendimento sobre aplicações financeiras 4.342 1.791
Outras receitas financeiras 282 71
Total 11.986 9.996

Despesas financeiras
Juros sobre arrendamento - CPC 06 (R2) (2.502) (2.261)
Juros passivos (30) (131)
Despesas bancárias e encargos financeiros (5.802) (3.624)
Proc. PIS/COFINS estorno de Provisão (8.334) (6.016)
Total (11.638) (11.032)

Resultado financeiro líquido 3.348 8.964
23. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. a. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. O risco proveniente das contas a receber pode ser considerado baixo, uma vez que a carteira de clientes da Companhia é bem pulverizada. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente a Companhia não possui histórico de perdas significativas. A Companhia realiza análise de crédito destinada a avaliar e propor limites

de crédito a serem concedidos aos clientes. As diretrizes para aprovação e preservação do crédito são estabelecidas pela Gerência Financeira, sob a qual cada cliente tem sua capacidade de crédito individualmente analisada, utilizando-se fontes internas e externas. Estas diretrizes visam a permitir o acompanhamento da evolução do mercado e a capacidade financeira dos clientes e norteiam a Gerência Financeira e a Diretoria na avaliação e concessão deste crédito. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. Exposição a riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

2023 2022
Caixa e equivalentes de caixa 46.281 21.427
Contas a receber de clientes 67.345 70.172
Outras contas a receber 2.720 2.700
Total 116.346 94.299

b. Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros, uma vez que o prazo médio de recebimento da Companhia tem se mantido inferior a 108 dias e com incidência mínima de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, sendo que o prazo médio de pagamento a fornecedores é em torno de 43 dias. A Companhia não apresenta necessidade de captação de recursos bancários para capital de giro. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

2023 2022 De 1 a 12 meses
Fornecedores 20.720 21.204 20.720
Juros sobre capital próprio a pagar 4.231 2.703 4.231
Outras obrigações 978 803 978
Total 25.929 24.710 25.929

c. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O risco de mercado da Companhia em relação à taxa de câmbio é mínimo devido ao fato de que a maior parte do seu faturamento e aquisições estão concentrados no mercado nacional. A Companhia não possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro.

d. Risco operacional: Os riscos de processos trabalhistas não são significativos devido à adequada gestão utilizada pela Companhia e suas práticas éticas adotadas, tanto na contratação, como na manutenção e/ou demissão de funcionários. A Administração da Companhia estabelece controles para administrar o risco operacional e buscar eficácia na gestão dos custos, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. e. Valor justo: Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não possui histórico de operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração dos instrumentos financeiros é realizada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como hedges exóticos. Instrumentos financeiros "não derivativos": Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31/12/2023 e 2022. A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo na hierarquia do valor justo nos níveis 1, 2 e 3, todos os ativos e passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado.

Ativo financeiro ao custo amortizado 31/12/2023
Passivos financeiros ao custo amortizado 31/12/2023
Total contábil 31/12/2023
Valor justo 31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa 46.281 - 46.281 46.281
Contas a receber de clientes 67.345 - 67.345 67.345
Outras contas a receber 2.720 - 2.720 2.720
Total 116.346 - 116.346 116.346

Passivo 31/12/2023
Fornecedores - (20.720) (20.720) (20.720)
Juros sobre capital próprio a pagar - (4.231) (4.231) (4.231)
Outras obrigações - (978) (978) (978)
Total - (25.929) (25.929) (25.929)

Ativo financeiro ao custo amortizado 31/12/2022
Passivos financeiros ao custo amortizado 31/12/2022
Total contábil 31/12/2022
Valor justo 31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa 21.427 - 21.427 21.427
Contas a receber de clientes 70.172 - 70.172 70.172
Outras contas a receber 2.700 - 2.700 2.700
Total 94.299 - 94.299 94.299

Fornecedores - (21.204) (21.204) (21.204)
Juros sobre capital próprio a pagar - (2.703) (2.703) (2.703)
Outras obrigações - (803) (803) (803)
Total - (24.710) (24.710) (24.710)

24. Cobertura de seguros: Em 31/12/2023, a cobertura de seguros para danos materiais é de R\$ 255.326 (R\$ 218.355 em 31/12/2022) e para lucros cessantes é de R\$ 40.921 (R\$ 68.383 em 31/12/2022) para a Companhia. 25. Partes relacionadas: Remuneração da Administração: Em 2023 e 2022, a Companhia remunerou por meio de honorários, juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas e o seu pessoal-chave (diretores estatutários da Companhia), no montante de R\$ 8.166 (R\$ 5.992 em 2022).

2023 2022
Honorários à diretoria 90 85
Juros sobre o capital próprio 7.368 5.033
Dividendos adicionais 708 874
Total 8.166 5.992

Posição a pagar aos acionistas em 2023 e 2022: 2023 2022
Juros sobre o capital próprio 4.231 2.703
Dividendos - - -
Total 4.231 2.703

Posição a pagar aos acionistas em 2023 e 2022: 2023 2022
Saldo inicial 2.703 4.366
Constituição a pagar de Dividendos 708 874
Dividendos pagos (708) (874)
Constituição de JSCP, líquido de impostos 6.262 4.278
JSCP pago (4.734) (5.941)
Saldo Final 4.231 2.703

Michela Brígida Aripoll - Diretora Presidente Denis Aripoll Borenstein - Diretor Sérgio Costa - Diretor Administrativo Financeiro Marcos Antônio Lessa Silva - Gerente Financeiro Keli Cristina da Silva - CRC 1SP235514/0-6

Aos Administradores e Acionistas da Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens, São Paulo - SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024
ICP Brasil
Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

continuação

Poly-Vac S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter

em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26/03/2024. **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**, CRC 2 SP 013846/0-1; **Luiz Fernandes Carvalho Tenório**, Contador - CRC 1 SP 264072/0-9.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Cigla – Construtora Impregilo e Associados S.A.

CNPJ/MF nº 47.234.513/0001-20

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais (R\$))				Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais (R\$))			Demonstrações os Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais (R\$))		
Ativo	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021
Ativo Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	5	390	808						
Contas a receber	6	898	17.459						
Impostos a recuperar	7	762	956						
Conta corrente consórcios	8	709	747						
Outros créditos	2	2	2						
Não circulante									
Depósitos judiciais	11	74							
Cauções	-	6							
Imobilizado	32	50							
Total do ativo	2.804	20.102							
Passivo e patrimônio líquido Circulante									
Fornecedores			93						
Obrigações trabalhistas			133						
Tributos a recolher			1						
Adiantamento de cliente	9	5.164	5.164						
Partes relacionadas	8	22.411	20.804						
Conta corrente consórcios	8	2.505	2.502						
Outras obrigações			6						
Não circulante									
Partes relacionadas	8	36.539	35.578						
Provisão para contingências	10	3.150	3.287						
Provisão para rescisões			27						
Total do passivo e patrimônio líquido	2.804	20.102							
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022									
<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>									
<p>1. Contexto operacional – A Cigla Construtora Impregilo e Associados S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, com sede na Avenida Ibirapuera, nº 2144, conjunto 21, na cidade de São Paulo – Brasil e tem por objetivo social a execução de obras civis de usinas hidrelétricas, barragens, portos, diques e obras correlatas, execução de obras de engenharia em geral, locação de equipamentos, prestação de serviços técnicos, importação de equipamentos e peças correlatas, exportação de bens e serviços, participação em outras sociedades de qualquer natureza como sócia quotista ou acionista e outras atividades afins. A Companhia assinou em 21 de dezembro de 2016 um novo Contrato para o desenvolvimento de 4 lotes das obras do Contorno de Florianópolis para a Concessionária Auto Pista Litoral Sul, para a execução das obras, constituiu um Consórcio em 2 de fevereiro de 2017, com participação de 40%, com início das obras no dia 5 de janeiro de 2017. O contrato posteriormente fora aditado em 30 de outubro 2017, com a aquisição de novo lote, passando o prazo final para conclusão em 32 meses. O "Consórcio Construtor Salini Impregilo – Cigla" ("Consórcio") foi constituído pelas Companhias: Webuild S.P.A. (anteriormente denominada Salini Impregilo S.p.A.), com participação de 60%; e pela Cigla Construtora Impregilo e Associados S.A., com participação de 40%. O Consórcio, constituído em 2 de fevereiro de 2017, tem como objetivo a construção dos Lotes das obras do Contorno de Florianópolis. O escopo original do contrato era a construção dos Lotes C, 2, N e B, no entanto foi aditado em 30 de outubro de 2017 para a adição dos Lotes B2 e Intermediário 4 do mesmo projeto. O início das obras ocorreu em 5 de janeiro de 2017 com prazo de 32 meses para a sua conclusão. Em meados de junho de 2018 o Consórcio apresentou ao cliente um Pleito visando a recuperação do equilíbrio econômico do contrato devido a custos adicionais incorridos em função da inexecução do Projeto Executivo para a região, negado pelo cliente. O pleito deverá ser discutido em Comissão de Arbitragem. Maiores detalhes sobre o tema constam na Nota Explicativa nº 17. Em decorrência das tratativas de adequar o projeto executivo, vista a impossibilidade de continuidade do projeto pelo Consórcio sem as alterações, a Auto Pista Litoral Sul resolveu, unilateralmente, romper o contrato com o consórcio em 10 de janeiro de 2019, ensejando o Consórcio a também ingressar na justiça com ações para recuperação de prejuízos bem como para o bloqueio da execução de quaisquer garantias contratuais, tendo êxito na obtenção de liminares garantindo tais bloqueios. Em decorrência do rompimento contratual, o consórcio negociou, com êxito, junto aos seus fornecedores o pagamento dos saldos em aberto em seis parcelas. Os pagamentos foram suportados com apoio financeiro da Webuild S.P.A. A Companhia trabalha visando o desenvolvimento de novos projetos de infraestrutura nas áreas pública e privada. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras – 2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis: As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de continuidade da Companhia às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 26 de março de 2024. 2.2. Base para avaliação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo. 2.3. Acordos de operação em conjunto: A Companhia mantém participação em consórcios, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações. A Companhia combina sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas do consórcio, linha por linha, nas suas demonstrações financeiras de acordo com a sua participação. As demonstrações financeiras do consórcio são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia. Ajustes são efetuados com o objetivo de eliminar a participação da Companhia nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e o consórcio. Perdas em transações não reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos. O consórcio é proporcionalmente contabilizado na Companhia até a data em que a Companhia deixe de exercer controle conjunto ou quando o consórcio se encerrar. 2.4. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado no grupo de resultados financeiros. 2.5. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para créditos de liquidação duvidosa, os custos orçados para os empreendimentos, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. 3. Resumo das principais práticas contábeis – As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes: 3.1. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros: Conforme a NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir: Ativos financeiros a custo amortizado – Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em</p>									

dados específicos, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5) classificadas ao valor justo por meio do resultado e contas a receber (Nota Explicativa nº 6) e conta corrente consórcios (Nota Explicativa nº 8), classificadas como mensuradas subsequentemente ao custo amortizado. A adoção da NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, por derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por fornecedores, adiantamento de cliente (Nota Explicativa nº 9), e partes relacionadas e conta corrente consórcios (Nota Explicativa nº 8), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, a adoção da NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras. **3.2. Ajuste a valor presente:** A administração analisa suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, considerando a relevância dos saldos e transações, para identificação e mensuração de possíveis ajustes a valor presente. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia não efetuou nenhum ajuste desta natureza. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.4. Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos; os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **3.5. Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, formação ou constituição, as depreciações são calculadas pelo método linear, levando em consideração o prazo de vida útil econômica dos bens. **3.6. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment"):** O saldo de imobilizado e outros ativos são revisados internamente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar ao valor recuperável, que é maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **3.7. Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. **3.8. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não (obrigação construtiva) adquirida resultante de eventos passados, (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente, e (iii) quando o valor pode ser estimado com razoável segurança. Contingências são determinadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados com base em uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e, onde apropriado, os riscos específicos do passado. **3.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício reconhecidas na demonstração do resultado compreendem os impostos correntes e diferidos. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. **3.10. Impostos correntes:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável, ou prejuízo fiscal, do exercício são calculados com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. **3.11. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **3.12. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: **3.13. Prestação de serviços:** A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço de acordo as medições físicas, e ajustada pelo percentual financeiro de evolução da obra (POC),

apurado com base no custo incorrido sobre o custo orçado, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. **3.14. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda é identificada em relação a um conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado. **3.15. Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações:** Normas novas e alterações em vigor no exercício corrente: **NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** Explicação da distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023. **NBC TG 25 (R2) – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023. **NBC TG 26 (R5) – Apresentação das demonstrações financeiras:** Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023. **NBC TG 26 (R5) – Apresentação das demonstrações financeiras:** Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023. **NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros:** Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise da baixa de passivos financeiros. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023. **NBC TG 50 – Contratos de seguro:** Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023. **NBC TG 15 (R4) – Combinação de Negócios:** Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. Essas alterações são aplicáveis após 01 de novembro de 2023. **NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado:** A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. Essas alterações são aplicáveis para após 01 de novembro de 2023. A administração da Companhia avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras. **Novas normas revisadas e emitidas, mas ainda não vigentes:** Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo: **IAS 1 – Presentation of Financial Statements/IFRS – Practice Statements:** Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. **IAS 1 – Presentation of Financial Statements/IFRS 2 – Practice Statements:** Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por, no mínimo, doze meses da data do balanço patrimonial. **IAS 7 – Statement of cash flows/IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures:** Explica as características de acordos de financiamento de fornecedores e exige divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. **IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors:** Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. **IAS 12 – Income Taxes:** Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração. **IAS 12 – Income Taxes:** Requer isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE (Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **IFRS 16 – Leasing:** Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade de ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. **IAS 21 – The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates:** Moeda não passível de conversão. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, à medida em que os normativos são regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **4. Participação em consórcio** – A Companhia possui participação no seguinte consórcio: • Consórcio Construtor Salini Impregilo – Cigla: iniciado no início de 2017 e tem por objeto a execução de obras e serviços de manutenção ordinária e extraordinária nas rodovias em concessão da Arteris. Os aportes de capitais e bens, como também os resultados auferidos nas operações no consórcio, são distribuídos na seguinte proporção:

Participação	2023	2022
Webuild S.P.A.	60%	60%
CIGLA – Construtora Impregilo e Associados S.A.	40%	40%
Total	100%	100%

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Banco conta movimento	114	59
Aplicações financeiras	276	769
Total	390	808

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

... continuação		Cigla - Construtora Impregilo e Associados S.A.	
	2023	2022	
mesmo está registrado no Banco Central do Brasil sob os certificados nº: RDE-IED IA060287 e RDE-IED IA 028040, ambos datados de 29 de junho de 2007. 12. Imposto de renda e contribuição social – Prejuízos fiscais: Os prejuízos fiscais acumulados, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros sem prazo de prescrição, somam R\$ 133.448 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 128.306 em 2022) para fins do Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido e R\$ 154.418 (R\$ 149.279 em 2022) para fins de Contribuição Social Sobre Lucro Líquido.			
13. Receita líquida e custos dos serviços prestados			
	2023	2022	
Consórcio Construtora Salini Impregilo – Cigla (a)	(16.532)	(20.297)	
Impostos incidentes	–	–	
Receita líquida	(16.532)	(20.297)	
Custo com pessoal	(23)	(45)	
Subempreiteiros	–	(2)	
Outros custos	(1)	(1)	
Custos dos serviços prestados	(24)	(48)	
Lucro bruto	(16.556)	(20.345)	
(a) O valor negativo refere-se ao ajuste do pleito em discussão (Nota Explicativa nº 17)			
14. Despesas gerais e administrativas	2023	2022	
Aluguéis e condomínios	(35)	(89)	
Serviços prestados por terceiros	(479)	(343)	
Viagens, transportes e estadias	(165)	(373)	
Provisão para contingências	–	(2.948)	
Despesas corporativas	(291)	(184)	
Outras receitas (despesas) operacionais	–	(184)	
Total	(1.052)	(4.228)	
15. Resultado financeiro			
Receitas financeiras			
Variação cambial ativa	3.677	13.490	
Rendimento de aplicação financeira	34	12	
Outros valores	50	77	
Despesas financeiras			
Variação cambial passiva	(1.829)	(7.345)	
Juros passivos	(3.436)	(1.758)	
Total	(5.265)	(9.103)	
	(1.504)	4.476	
16. Cobertura de seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros, de responsabilidade civil dos administradores (D&O), contra incêndio e riscos diversos. As coberturas foram contratadas pelos montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros. 17. Pleitos em discussão – Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em meados de junho de 2018 o Consórcio apresentou ao cliente um pleito visando a recuperação do equilíbrio econômico do contrato devido à custos adicionais incorridos em função da Inequiração do Projeto Executivo para a região, entre outros pleitos menores. O contrato de empreitada global prevê na cláusula 23.13 a possibilidade de discussões para recuperação do equilíbrio econômico, bem como, nos dispostos dos art. 317, 418, 619 e 625, entre outros, do Código Civil Brasileiro. Com base nestes fatos a Administração, com o auxílio do seu assessor jurídico Botelho de Mesquita, entendia que existia um direito exigível por parte do Consórcio frente ao cliente, avaliado altamente provável as chances de êxito do pleito de R\$ 92 milhões. Para fins de mensuração dos valores, o consórcio contratou a Hormigon, Companhia técnica especializada, a qual avaliou todos os pedidos mencionados no pleito e concluiu que as argumentações, documentações e evidências que suportam o pleito são adequadas e suficientes para defesa em esfera arbitral e/ou judicial. Em agosto de 2022, foi proferido acórdão pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, referente à última decisão judicial relacionada ao Pleito do Consórcio, o qual foi confirmado pelo juiz em agosto de 2023 após o assessor jurídico Botelho de Mesquita Advogados ter interposto embargos de declaração para sanar e alterar as conclusões da decisão. Diante da decisão do Tribunal Catarinense, o Consórcio, através do assessor jurídico Botelho de Mesquita Advogados e com o auxílio do consultor Salomão Advogados, interpus recursos aos tribunais superiores, atualmente em curso. Com base na referida sentença, a Administração, com o auxílio do seu assessor jurídico Botelho de Mesquita Advogados, entende que as projeções de sucesso e valores envolvidos necessitam de ajuste, sendo que não há valores com alta probabilidade de êxito (R\$ 41.330 em 31 de dezembro de 2022). Neste contexto, os valores a receber foram ajustados, de modo a refletir a atual situação do tema em discussão. Neste sentido, não há valores devidos à Companhia em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 16.532 em 2022 considerando a sua participação no Consórcio de 40%). 18. Instrumentos financeiros – Os instrumentos financeiros ativos e passivos (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos, fornecedores e outras obrigações a pagar) estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, conforme critérios mencionados nas notas explicativas. Durante o exercício a Companhia não realizou operações com derivativos financeiros. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas por sua administração. 19. Política de gestão de riscos – A atividade da Companhia está exposta a alguns riscos financeiros, principalmente aos de mercado, incluindo a taxa de câmbio. O risco da taxa de câmbio resulta, essencialmente, de operações com partes relacionadas em moeda estrangeira. a. Risco de capital: A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. b. Risco de taxa de câmbio: A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros. 20. Eventos subsequentes – Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a administração da Companhia fez suas avaliações e chegou a conclusão que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.			
Maurício Malins Kuchembuck – Diretor Administrativo Waltherr Bottaro – Contador CRC 1SP 244.423/0-9			
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras			
Aos Administradores e Acionistas da CIGLA - Construtora Impregilo e Associados S.A. São Paulo-SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CIGLA – Construtora Impregilo e Associados S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIGLA – Construtora Impregilo e Associados S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfases: Encerramento das atividades do Consórcio: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que o Consórcio Construtor Salini Impregilo – Cigla (“Consórcio”) está em fase de encerramento das suas atividades e tratativas para recebimento do pleito mencionado na Nota Explicativa nº 17, em decorrência do distrato dos seus contratos de prestação de serviços ocorrido em 10 de janeiro de 2019. Não há planos de a Administração retomar as operações do Consórcio no futuro. As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em consideração que o pressuposto de continuidade deste Consórcio não é apropriado e, portanto, elas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: A Companhia vem incorrendo em prejuízos, sendo R\$ 19.735 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 21.133 mil em 2022) e, nessa data, o seu passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$ 27.546 mil (R\$ 8.695 mil em 2022), bem como apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 67.192 mil (R\$ 47.457 mil em 2022). Essas condições, além da evidente dependência econômica e financeira de seus acionistas, juntamente com os fatos descritos nas Notas Explicativas nº 1 e nº 17 às demonstrações financeiras, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas pressupondo a continuidade normal de suas operações e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou repre-			
sentações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de março de 2024. Crowe Macro Auditores Independentes CRC 2SP 033.508/0-1 Fábio Debiaze Pino Contador- CRC 1SP 251.154/0-9			

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Azalea Participações S.A.

CNPJ/MF nº 36.178.458/0001-82 - NIRE 35.300.548.426

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Azalea Participações S.A.
A **Azalea Participações S.A.**, sociedade anônima, constituída em 22 de janeiro de 2020, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 35, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 36.178.458/0001-82, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.548.426, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Rubens Celso Alves Misorelli Filho**, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("Acionistas"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em 1ª (primeira) convocação às 13h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 35, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Azalea Participações S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** - Diretor Presidente. (09, 10 e 11/04/2024)

GET Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 31.557.781/0001-43 - NIRE 35.300.548.183

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da GET Comercializadora de Energia S.A.
A **GET Comercializadora de Energia S.A.**, sociedade anônima, constituída em 22 de agosto de 2018, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 15, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 31.557.781/0001-43, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.548.183, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Rubens Celso Alves Misorelli Filho**, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("Acionistas"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em 1ª (primeira) convocação às 18h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 15, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **GET Comercializadora de Energia S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** - Diretor Presidente. (09, 10 e 11/04/2024)

Cedro Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 48.210.788/0001-97 - NIRE 35.300.602.153

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Cedro Energias Renováveis S.A.
A **Cedro Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de outubro de 2022, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 32, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 48.210.788/0001-97, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.602.153, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Rubens Celso Alves Misorelli Filho**, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("Acionistas"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em 1ª (primeira) convocação às 16h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 32, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Cedro Energias Renováveis S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** - Diretor Presidente. (09, 10 e 11/04/2024)

Ventos Altos Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 40.586.962/0001-99 - NIRE 35.300.568.150

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
A **Ventos Altos Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 27 de janeiro do ano de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 34, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 40.586.962/0001-99, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.568.150, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Rubens Celso Alves Misorelli Filho**, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("Acionistas"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em 1ª (primeira) convocação às 12h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 34, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Ventos Altos Energias Renováveis S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** - Diretor Presidente. (09, 10 e 11/04/2024)

Matrix Energy Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.834.826/0001-84 | NIRE: 35.300.463.111

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Matrix Energy Participações S.A.
A **Matrix Energy Participações S.A.**, sociedade anônima, constituída em 17 de fevereiro do ano de 2014, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 03, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 19.834.826/0001-84, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.463.111, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Rubens Celso Alves Misorelli Filho**, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("Acionistas"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em 1ª (primeira) convocação às 09h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 03, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 8 de abril de 2024. **Matrix Energy Participações S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** - Diretor Presidente. (06, 09 e 10/04/2024)

Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

CNPJ/MF nº 17.858.631/0001-49 | NIRE: 35.300.502.221

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.
A **Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.**, sociedade anônima, constituída em 26 de março do ano de 2013, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 01, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.858.631/0001-49, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.502.221, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Rubens Celso Alves Misorelli Filho**, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("Acionistas"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em 1ª (primeira) convocação às 10h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 01, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 12, parágrafo segundo do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 8 de abril de 2024. **Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** - Diretor Presidente. (06, 09 e 10/04/2024)

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas do dia 17 de abril de 2024, na sede da Companhia localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** autorizar a diretoria executiva a contratar financiamento para operação de ACC perante a Instituição Financeira que dispôr das melhores condições, no valor de até USD 10.000.000 (dez milhões de dólares americanos); **(ii)** autorização da Diretoria Executiva para adotar as providências necessárias relacionadas ao referido contrato, bem como a ratificação de todos os atos praticados inerentes à referida operação. Ribeirão Pires, 08 de abril de 2024. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** - Diretor Presidente. **Sandro Morais Nogueira** - Diretor Administrativo e Financeiro. (09, 10 e 11/04/2024)

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/ME nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Nos termos do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, convidamos os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 22 de abril de 2024, às 9h, na sede da Companhia, na Av. Doutor Jose Artur Nova, 951, São Miguel Paulista, São Paulo/SP, com a seguinte Ordem do Dia: **(1)** Deliberar sobre as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras (DFs) referentes ao exercício social encerrado em 2023; **(2)** Deliberar sobre a proposta de constituição de reserva de incentivos fiscais à conta do saldo da Reserva de Investimento da Companhia ao final do exercício social de 2023; **(3)** Deliberar sobre a proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado 2023; **(4)** Deliberar sobre o resultado apurado pela Diretoria a título de EBITDA da Companhia em 2023, nos termos do Estatuto Social; **(5)** Eleger os Membros do Conselho de Administração; **(6)** Fixar a Remuneração Global dos administradores da Companhia para o ano de 2024. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos previstos no art. 133 da Lei 6.404/76. São Paulo, 04 de abril de 2024. **Companhia Nitro Química Brasileira. Lucas Santos Rodas** - Presidente do Conselho de Administração. (09, 10 e 11/04/2024)

Renovar Ambiental Participações S.A.

CNPJ/MF nº 00.280.334/0001-66 - NIRE 35.300.385.098

Edital de Convocação
Ficam convocados os senhores acionistas da **Renovar Ambiental Participações S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do art. 123 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e da Cláusula 6ª de seu Estatuto Social, a se realizar no dia 22 de abril de 2024, às 10 horas, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, conj. 41, sala B, Vila Andrade, CEP: 05727-900, a fim de deliberar sobre **(i)** a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Jaime Bargallo Arnabat** - Diretor Presidente. (10, 11 e 12/04/2024)

Linha Universidade Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 35.310.646/0001-50 - NIRE 35.300.543.823

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2024
Data, Hora e Local: Aos 23 de fevereiro de 2024, às 10h00, na sede da Linha Universidade Investimentos S.A., localizada na Rua Olimpíadas, nº 134, conjunto 72, sala 1, 7º andar, Condomínio Alpha Tower, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, 04551-000 ("Companhia"). **Presenças:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia, representando 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Juan Antonio Santos Paz; e Secretário: Fernando Minguez Llorente. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** o aumento do capital social da Companhia, com a emissão de novas ações preferenciais e ordinárias; e **(ii)** a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social. **Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovado por unanimidade que a presente ata fosse lavrada na forma sumária, conforme autorizado pelo Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Ato seguinte, após leitura, análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(a)** Aprovar o aumento do capital na Companhia, no valor de R\$ 133.026.096,24 (cento e trinta e três milhões, vinte e seis mil e noventa e seis reais e vinte e quatro centavos), mediante a emissão de 4 (quatro) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 33.256.524,06 (trinta e três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais e seis centavos) por ação, fixado com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das S.A. A totalidade das ações preferenciais emitidas em decorrência do aumento do capital social ora aprovado foi subscrita pela acionista Acciona Concesiones S.L., nos termos do boletim de subscrição constante do **Anexo I** a esta ata, com a expressa anuência da acionista Transdev LATAM, a qual, neste ato, renunciou ao seu direito de preferência, nos termos da Lei das S.A. Adicionalmente, em virtude do aumento de capital ora deliberado, a acionista Transdev LATAM subscreve e integraliza I (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, mediante o exercício do Bônus de Subscrição nº 01 de que é titular, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, conforme estabelecido no referido título, também nos termos do boletim de subscrição constante do **Anexo I** a esta ata. Em decorrência do aumento de capital ora aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$ 26.597.654,76 (vinte e seis milhões quinhentos e noventa e sete mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos) para R\$ 159.623.752,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais), dividido em 120 (cento e vinte) ações, sendo **(a)** 104 (cento e quatro) ações ordinárias; e **(b)** 16 (dezesseis) ações preferenciais. **(b)** a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social aprovado no item **(a)** da ordem do dia, de maneira que o referido dispositivo passe a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 159.623.752,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, dividido em 120 (cento e vinte) ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais **(a)** 104 (cento e quatro) são ações ordinárias, e **(b)** 16 (dezesseis) são ações preferenciais." **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisese fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Juan Antonio Santos Paz; Secretário: Fernando Minguez Llorente. **Acionistas:** Acciona Concesiones S.L.; Transdev LATAM. Certifico e dou fé que esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 23 de fevereiro de 2024. Mesa: **Juan Antonio Santos Paz** - Presidente; **Fernando Minguez Llorente** - Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 139.658/24-5 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

